**ÍNDICE**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

[Relatório de Administração 3](#_Toc64566660)

[Balanço Patrimonial – Ativo 23](#_Toc64566660)

[Balanço Patrimonial – Passivo 24](#_Toc64566661)

[Demonstração do Resultado 25](#_Toc64566662)

[Demonstração do Resultado Abrangente 26](#_Toc64566663)

[Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido 27](#_Toc64566664)

[Demonstração dos Fluxos de Caixa 28](#_Toc64566665)

[Demonstração do Valor Adicionado 29](#_Toc64566666)

**NOTAS EXPLICATIVAS**

[Nota 1 - Contexto operacional 30](#_Toc64566838)

[Nota 2 - Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas 30](#_Toc64566839)

[Nota 3 - Principais práticas contábeis 32](#_Toc64566840)

[Nota 4 – Segregação do balanço em curto e longo prazo 41](#_Toc64566841)

[Nota 5 - Caixa e equivalente de caixa 43](#_Toc64566842)

[Nota 6 - Aplicações interfinanceiras de liquidez 43](#_Toc64566843)

[Nota 7 - Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil 44](#_Toc64566844)

[Nota 8 - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos 44](#_Toc64566845)

[Nota 9 - Operações de crédito, transação de arranjo de pagamento, outros créditos com características de operações de crédito e provisão para perda esperada associada ao risco de crédito 49](#_Toc64566846)

[Nota 10 - Outros instrumentos financeiros 53](#_Toc64566847)

[Nota 11 - Relações interfinanceiras e interdependências 53](#_Toc64566848)

[Nota 12 - Outros valores e bens 54](#_Toc64566849)

[Nota 13 - Outros créditos 55](#_Toc64566850)

[Nota 14 - Outros investimentos 55](#_Toc64566851)

[Nota 15 - Investimentos em controladas no país 55](#_Toc64566852)

[Nota 16 - Imobilizado de uso 56](#_Toc64566853)

[Nota 17 - Intangível 57](#_Toc64566854)

[Nota 18 - Depósitos 57](#_Toc64566855)

[Nota 19 - Captação no mercado aberto 58](#_Toc64566856)

[Nota 20 - Dívidas subordinadas 59](#_Toc64566857)

[Nota 21 - Outros passivos financeiros 59](#_Toc64566858)

[Nota 22 - Provisões, Passivos Contingentes e Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias) 61](#_Toc64566859)

[Nota 23 - Outras obrigações 64](#_Toc64566860)

[Nota 24 - Patrimônio líquido 64](#_Toc64566861)

[Nota 25 - Imposto de Renda e Contribuição Social 66](#_Toc64566862)

[Nota 26 - Receitas e despesas 67](#_Toc64566863)

[Nota 27 - Resultado recorrente 69](#_Toc64566864)

[Nota 28 - Gestão de riscos e gestão do capital 70](#_Toc64566865)

[Nota 29 - Transações com partes relacionadas 76](#_Toc64566869)

[Nota 30 - Compromissos e garantias 79](#_Toc64566870)

[Nota 31 - Benefícios a empregados 79](#_Toc64566871)

[Nota 32 - Outras informações 87](#_Toc64566872)

**OUTROS**

[Membros da Administração 89](#_Toc64645355)

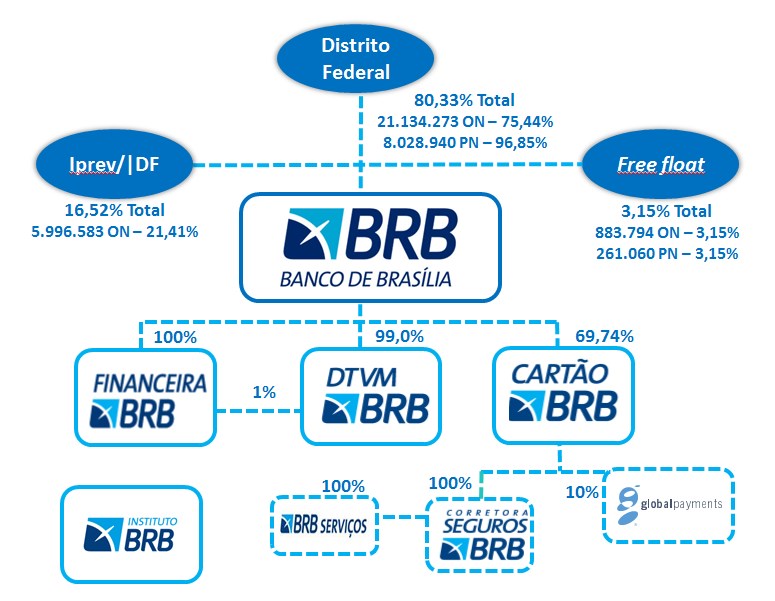
[Relatório do Auditor Independente 91](#_Toc64645359)

[Manifestação do Conselho de Administração 101](#_Toc64645360)

[Parecer do Conselho Fiscal 102](#_Toc64645361)

[Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria 103](#_Toc64645362)

**Relatório da Administração**

Submetemos à apreciação de V. S.ªs. o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas do BRB – Banco de Brasília S.A. relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O BRB é um banco múltiplo, constituído sob a forma de sociedade de economia mista, cujo Capital Social é dividido em ações na seguinte proporção: 80,33% do Distrito Federal, 16,52% do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF e 3,15% destinadas à livre negociação no mercado (free float).

Seu Conglomerado é formado pelas empresas coligadas e controladas pelo Banco de Brasília S.A., conforme a estrutura e a composição acionária apresentada.

**NOSSAS conquistas no ano de 2020**

Em 2020, a atuação do BRB seguiu em conformidade com sua Identidade e Objetivos Estratégicos consolidados no Planejamento Estratégico do quinquênio 2020-2024, transformando a vida das pessoas e promovendo o desenvolvimento econômico, social e humano por meio de soluções financeiras, de meios de pagamento e de seguridade simples, inovadoras e digitais, com uma experiência única e completa.

Mesmo em meio ao contexto econômico ocasionado pela pandemia do Covid-19, o BRB seguiu comprometido com seus acionistas e com o desenvolvimento e suporte à sociedade do Distrito Federal, instituindo e ampliando o programa Supera-DF para ajudar pessoas físicas e jurídicas a superarem as dificuldades exigidas pelo momento e mantendo em patamares de mercado seus índices de retorno e eficiência.

Com um **Lucro Líquido Recorrente de R$ 455,8 milhões** (crescimento de 10,5% em relação ao fechamento de 2019), o BRB gerou importantes investimentos para diversas áreas do Distrito Federal e deu início a parcerias estratégicas com empresas, governos e organizações estatais.

Ao longo do ano, destacam-se as ações que impulsionaram esse resultado e contribuíram para o reposicionamento de mercado do BRB, tais como:

* Aceleração do processo de transformação digital;
* Lançamento e expansão do Banco Digital Nação BRB FLA;
* Crescimento dos negócios e da eficiência operacional;
* SUPERA-DF: R$ 4,4 bi em estímulo à economia;
* Liderança do Crédito Imobiliário do DF
* Reestruturação organizacional com foco em eficiência, governança e inovação;
* Parceiras estratégicas com vistas à ampliação dos negócios;
* Investimentos em treinamentos e capacitação dos colaboradores, com os lançamentos das bases para a implementação da Universidade Corporativa e Programa de Liderança;
* Lançamento de seleções para contratação de parceiros estratégicos como a *Plug and Play* (aceleradora de *startups*).

**Banco Digital**

O crescimento do Banco Digital, Nação BRB FLA, decorrente de uma parceria inovadora e estratégica entre o BRB e o Clube de Regatas do Flamengo, representou um passo importante para o Banco em sua estratégia de diversificação dos negócios e ampliação da base de clientes. Em pouco mais de um semestre do lançamento, o BRB FLA já possui mais de 97 mil novas contas, estando presente em 57% dos municípios brasileiros e em 23 países de todos os continentes. A expansão, que inicialmente seria focada na presença física, ganhou novos direcionamentos com a entrada do BRB no âmbito digital. Isso ocasionou movimentação no mercado e forte valorização das ações do BRB na bolsa de valores, gerando um aumento do valor de mercado do Banco.

O Banco Nação BRB FLA já emitiu mais de 92 mil cartões, realizou mais de 2.300 aplicações em CDB, cujo saldo ultrapassa o montante de R$ 13,5 milhões, 77 contratações de BRB Parcelado, além de outros, movimentando, desde o seu lançamento mais de R$ 88 milhões.

Inicialmente pensado para atender aos torcedores do Flamengo, o Nação BRB FLA foi montado sob um modelo de Banco Digital completo, com a oferta de soluções bancárias, de seguridade, meios de pagamento e relacionamento com clientes, além de *marketplace* e plataforma de investimentos digital.

O modelo de negócio foi constituído na forma de participação nos resultados (*profit sharing*), baseado na exposição recíproca das marcas e contrapartidas mútuas, regendo-se por um plano de negócios.

Para 2021, além do lançamento de um novo Banco Digital, o BRB será mais agressivo na estratégia de crescimento de sua base de clientes, oferecendo novos produtos e melhorias nos serviços, trabalhando constantemente para melhor atender aos correntistas, proporcionando uma experiência digital única.

**ações relacionadas à pandemia**

O BRB tem adotado medidas assertivas desde as primeiras notícias sobre a pandemia para preservar a saúde e condições financeiras dos seus colaboradores e clientes, com o objetivo de minimizar os impactos do novo Coronavírus. Nesse sentido o Banco criou o programa Supera-DF, com o intuito de centralizar as diversas medidas desenvolvidas para ajudar as pessoas, físicas e jurídicas, a superarem as dificuldades e os desafios que o momento vem exigindo.

As ações do programa foram centralizadas em 3 diferentes áreas: cuidado com a saúde, estímulo à atividade econômica e proteção social, conforme detalhado no Relatório da Administração do 1º e 2º trimestres de 2020.

O volume total movimentado no Supera-DF foi de R$ 4,4 bilhões de crédito, valor bem superior ao inicialmente previsto. Dos mais de 37.300 clientes atendidos, mais de 4.600 foram de clientes pessoa jurídica. Até o encerramento do programa, aproximadamente 8,5 mil empresas procuraram o Banco em busca das oportunidades oferecidas pelo Supera DF, o que influenciou para o crescimento no ano de 15,6% da carteira de clientes PJ.

**o que esperaR para O FUTURO**

Como estratégia para os próximos anos, o objetivo é expandir sua operação e atuação geográfica, visando ampliar o *Market share*, a diversificação das fontes de receitas, aumento e rentabilização da base de clientes. Para isso, deverá buscar consolidar sua presença no mundo digital, com possibilidade de novos negócios e receitas.

Com foco na inovação, desenvolvimento e consolidação do BRB como instituição de referência, o Banco seguirá com projetos de realização de fusões, aquisições e parcerias estratégicas, visando acelerar a expansão, a modernização, a diversificação das fontes de receitas e aumentando a capacidade de competição do Banco.

O BRB mantém o seu compromisso em ser referência como agente de Políticas Públicas no DF e provedor de soluções governamentais, protagonista no desenvolvimento econômico e catalisador para a transformação social, por meio de soluções financeiras, de meios de pagamento e de seguridade simples, inovadoras e digitais.

O Banco seguirá em busca de tornar a experiência do cliente superior e personalizada, isto é, ter uma abordagem exclusiva e completa e disponibilizar produtos ou serviços únicos, que sejam compatíveis com cada perfil de cliente. Ademais, deve procurar expandir a marca BRB, de forma a ampliar a sua notoriedade e consolidar a visão de Banco ágil, sólido e capaz de transformar a vida das pessoas por meio de uma experiência inovadora e completa, se tornando referência de mercado.

Em relação a seus processos, diante do cenário adverso e na necessidade de consolidação das transformações internas, o Banco deverá focar na melhoria da eficiência operacional, seja por meio da simplificação, racionalização, digitalização, robotização e automatização, otimizando a estrutura de custos e maximizando o resultado. Deve ainda promover a inovação e a transformação digital, principalmente por parcerias e programas que estimulem uma cultura ágil e colaborativa na melhoria dos processos. Além disso, deve sempre buscar o fortalecimento da Governança, dos controles internos e da gestão de riscos de todo o Conglomerado.

Por fim, o BRB almeja ser uma das melhores empresas para se trabalhar, buscando o engajamento e qualificação do corpo funcional e proporcionando meios para o aumento da produtividade.

**cenário econômico**

**Economia Internacional**

A recuperação econômica observada nos últimos meses foi fundamentalmente puxada pelos agressivos estímulos fiscais adotados pelas principais economias. Boa parte das medidas visavam amparar a renda das famílias e garantir a sobrevivência de empresas mais vulneráveis à pandemia.

Contudo, essas medidas governamentais começaram a diminuir e esforços adicionais para renová-las, mesmo que parcialmente, têm enfrentado, na maioria das economias, resistências políticas e/ou fiscais. Nesse sentido, o Fundo Monetário Internacional (FMI) melhorou marginalmente as perspectivas da economia mundial, com estimativa de contração de 3,5% em 2020, ante a previsão de abril de retração de 4,9%.

A conjuntura econômica internacional para os próximos anos é alvissareira diante das perspectivas de disponibilização, em massa, de vacinas eficazes contra o Coronavírus, bem como da postura pró-crescimento das principais autoridades mundiais. Adicionalmente, a confirmação da vitória de Joe Biden nos EUA cria expectativas de que ocorrerá um refluxo das tensões comerciais – o que pode instigar uma retomada mais dinâmica do comércio global em 2021.

**Economia Nacional**

O primeiro semestre de 2020 foi marcado pelo patamar elevado de infectados e de óbitos pelo novo Coronavírus no país, pelo alto custo fiscal para atenuar os efeitos negativos sobre a economia e pelas dificuldades de coordenação das autoridades brasileiras para debelar a epidemia nas diferentes regiões do Brasil. Contudo, o estímulo fiscal por meio de políticas creditícias, para o segmento empresarial, e de benefícios sociais (auxílio emergencial para trabalhadores informais e beneficiários do Bolsa Família) reduziram as expectativas de contração de 6,5% do PIB nacional para um recuo estimado em 4,4%.

Seguindo o raciocínio supracitado, o FMI revisou as projeções do PIB nacional para cima (de recuo de 9,1% para retração de 4,5%). O declínio do número de casos e da letalidade da Covid-19, o aumento da produção industrial e o aumento dos preços internacionais das commodities ajudaram a explicar a revisão positiva do Brasil pelo órgão multilateral.

Quanto ao crédito, a elevação de 12,4% no crédito direcionado, puxado principalmente pela alta de 8,2% do crédito imobiliário, de +5,4% no crédito rural e de +28,4% nos desembolsos do BNDES para capital de giro, no acumulado de janeiro a outubro de 2020, contribuíram para impulsionar a economia doméstica. No crédito livre foi registrada uma aceleração do crescimento dos saldos à Pessoa Jurídica de 16,5%, e em menor magnitude, de +5,6% dos saldos destinados a Pessoa Física. Ademais, houve queda da inadimplência tanto para Pessoa Física (de 5,0% para 4,5%), quanto para Pessoa Jurídica (de 2,1% para 1,5%) no segmento livre.

**Economia Regional**

A economia do Distrito Federal sofreu retração econômica no 3° trimestre de 2020, com relação ao mesmo período de 2019, de 0,6%. No acumulado de 2020, até setembro a economia do DF retrocedeu 1,1% frente ao mesmo período de 2019.

Já a taxa de desemprego em dezembro de 2020 se manteve estável no patamar de 18%, frente aos 17,8% registrados em novembro de 2020. Destaque para o setor de serviços que contratou 4 mil pessoas em dezembro do ano passado. Em contraponto, a administração pública teve a maior queda registrada, na casa de 5 mil pessoas a menos. A crise de saúde provocada pelo novo Coronavírus impactou severamente os números da atividade local disponíveis até o momento.

Conforme apresentado pela CODEPLAN, a atividade financeira no Distrito Federal cresceu 7% quando comparada ao terceiro trimestre de 2020 com o mesmo período de 2019. Além disso, até setembro de 2020 a atividade obteve um acúmulo de alta no patamar de 4% comparado ao mesmo período do ano anterior, enquanto no Brasil foi um crescimento de 4,3%.

De acordo com a órgão público, essa alta na atividade financeira adveio principalmente da abertura de várias linhas de crédito direcionadas para as empresas que foram impactadas pelas restrições de funcionamento por causa da pandemia.

Em relação ao crédito no DF, os dados apurados até setembro mostraram expansão de 9,2%, puxado pela alta de 14,4% dos saldos destinados à Pessoa Jurídica e 4,7% para Pessoa Física. A inadimplência total caiu 0,42p.p. e atingiu 1,57% em setembro de 2020, sendo que houve queda de 0,58 p.p dos atrasos para Pessoa Física (2,46%) e de 0,14p.p. da Pessoa Jurídica (0,63%).

Embora seja positivo a alta do crédito no DF, percebe-se que as medidas creditícias de suporte do governo, com linhas de crédito de capital de giro para as empresas e adoção do auxílio emergencial para as famílias mais vulneráveis, impulsionaram o segmento.

**DESEMPENHO financeiro CONSOLIDADO**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **R$ milhões** | **4T20** | **3T20** | **4T19** | **Δ% 3m** | **Δ% 12m** | | **2020** | **2019** | **Δ%** |
| MARGEM FINANCEIRA | 666 | 651 | 596 | 2,3% | | 11,6% | 2.407 | 2.090 | 15,2% |
| RES. OPERACIONAL RECORRENTE | 256 | 209 | 238 | 22,4% | 7,7% | | 831 | 738 | 12,6% |
| **LUCRO LÍQUIDO RECORRENTE** | 137 | 114 | 129 | 20,2% | 5,5% | | 456 | 412 | 10,5% |

A Margem Financeira de 2020 apresentou evolução positiva no comparativo anual (15,2%), influenciada pelo aumento das receitas com operações de crédito, tendo em vista a expansão da carteira, assim como pela redução das despesas de captação, ocasionada pela redução dos juros.

Contribuindo para o Resultado Líquido de R$ 449,6 milhões, o resultado operacional recorrente apresentou uma evolução positiva de 12,6% no comparativo anual. Contribuíram de forma relevante para esse movimento, o aumento das receitas de prestação de serviços, que apresentaram um crescimento de 27,3% frente ao registrado em 2019, bem como o controle sobre as despesas de pessoal, que tiveram um aumento de 3,4%, patamar inferior ao da inflação correspondente ao período.

No ano de 2020, houve o impacto positivo no resultado decorrente de evento não recorrente. Desconsiderando esse efeito, o lucro líquido recorrente obtido pelo Banco foi de R$ 136,6 milhões no 4º trimestre e R$ 455,8 milhões no ano 2020.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **4T20** | **3T20** | **4T19** | **Δp.p. 3m** | **Δp.p. 12m** |
| **ROAE** (%a.a.) | 24,5% | 27,1% | 26,6% | -2,5% | -2,1% |
| **ROAA** (%a.a.) | 2,2% | 2,5% | 2,6% | -0,3% | -0,5% |

O BRB manteve o seu retorno médio em patamar superior à média observada para seus concorrentes, resultado da melhoria da eficiência, ampliação de seus negócios e melhor gestão de sua base de clientes.

**Remuneração ao Acionista (Dividendos e JCP)**

Importante mencionar que para o ano de 2020, em decorrência da Resolução CMN 4.820, as instituições financeiras estiveram limitadas ao pagamento mínimo obrigatório instituído pelo art. 202 da Lei 6.404/76, a título de distribuição de resultados. A medida visa à preservação da estrutura de capital do Sistema Financeiro Nacional frente aos potenciais impactos impostos pela pandemia do Covid-19.

Referente ao resultado apurado em 2020, foram distribuídos aos acionistas o montante de R$ 90,0 milhões, a título de Juros sobre Capital Próprio e Dividendos.

**Valor Adicionado**

A riqueza gerada pelo BRB durante o exercício de 2020, medida pelo conceito de valor adicionado, cresceu 9,3% em relação ao montante de 2019, somando R$ 1.925,6 milhões, dos quais R$ 874,8 milhões (42,8%) foram para pagamento de pessoal, R$ 570,2 milhões (30,8%) para pagamento de impostos, taxas e contribuições, R$ 31,0 milhões (2,1%) para remuneração de capitais de terceiros e R$ 449,6 milhões (24,3 %) para remuneração de capitais próprios.

**Gestão do Ativo e Passivo**

Os ativos totais apresentaram saldo de R$ 25,3 bilhões ao final de 2020, uma expansão de 48,9% quando comparado ao fechamento de 2019 e de 15,6% em relação ao 3º trimestre. Na composição dos ativos, a carteira de crédito ampliada atingiu o montante de R$16,2 bilhões, representando 64,0% do total.

Com relação aos efeitos decorrentes da pandemia do Coronavírus sob a composição dos ativos e passivos, foram adotadas ações para preservação da liquidez, e não foi observada qualquer atipicidade nos fluxos de recursos da instituição, mantendo os indicadores em níveis confortáveis.

Os recursos captados registraram saldo de R$ 20,3 bilhões ao final do exercício de 2020, crescimento de 58,2% em relação ao saldo final de 2019 e de 25,5% em relação ao 3T20, com destaque para o crescimento das captações em depósitos especiais (DPGEs) e Letras Financeiras, assim como da continuidade de crescimento dos depósitos a prazo.

O BRB intensificou a sua captação junto a investidores institucionais no 2º semestre de 2020, apesar de sua confortável posição prévia de liquidez, com o intuito de se fortalecer e estar preparado para eventuais impactos decorrentes do cenário desafiador, bem como visando o fortalecimento de sua estrutura de capital a fim de suportar a expansão de seu negócio. Assim, diante de oportunidades apresentadas pela flexibilização das normas impostas pelo Banco Central do Brasil, o Banco realizou a captação de DPGE, sem garantia, no valor aproximado de R$ 727 milhões, e de Linha Temporária Especial de Liquidez com operações em Letras Financeiras Garantidas – LTEL/LFG, no valor de R$ 1,83 bilhão

Adicionalmente, realizou a emissão de aproximadamente R$ 227 milhões em instrumentos específicos para reforço do capital, sendo que desses aproximadamente R$ 173 milhões em emissões de Letras Financeiras com cláusula de subordinação – LFS, e R$ 54 milhões em novas emissões de LFS perpétuas.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **R$ milhões** | **31.12.20** | **30.09.20** | **31.12.19** | **Δ% 3m** | **Δ%9m** |
| Depósitos à Vista | **1.146** | 1.060 | 780 | 8,1% | 47,0% |
| Poupança | **2.546** | 2.388 | 2.057 | 6,6% | 23,8% |
| Depósitos Interfinanceiros | **994** | 984 | - | 1,0% | - |
| Depósitos a Prazo | **9.491** | 7.901 | 6.686 | 20,1% | 42,0% |
| Depósitos Judiciais | **2.493** | 2.349 | 2.148 | 6,1% | 16,0% |
| Op. Compromissadas | **318** | 494 | 323 | -35,7% | -1,6% |
| Letras de crédito + LFs | **226** | 238 | 205 | -5,2% | 10,1% |
| Dívidas Subordinadas | **766** | 625 | 622 | 22,6% | 23,2% |
| Outros\* | **2.302** | 125 | 1 | 1741,6% | - |
| **TOTAL** | **20.281** | **16.163** | **12.821** | **25,5%** | **58,2%** |

\* Compulsórios + Empréstimos e Repasses

Como estratégia para os próximos períodos, o Banco deverá priorizar a manutenção de sua liquidez em patamares elevados e o controle de custos, de modo a suportar as operações do Banco e a rentabilidade.

**Gestão do Capital**

O BRB gerencia o capital regulamentar pautado nas diretrizes do acordo de Basileia III. O principal indicador de gestão do nível do capital do BRB é o Índice de Basileia, calculado por meio da relação entre Capital (Patrimônio de Referência – PR) e o Montante dos Ativos Ponderados pelo Risco – RWA.

Em dezembro de 2020, o índice registrado para o Conglomerado Prudencial foi de 14,62%, apresentando queda 1,67 pontos percentuais em relação a dezembro de 2019. Já o Montante dos Ativos Ponderados pelo Risco – RWA (somatório das parcelas referentes ao risco de crédito, mercado e operacional), em dezembro de 2020, totalizou R$ 13,7 bilhões, crescendo 34,12% (R$ 3,5 bilhões) em relação ao mesmo período do ano anterior, devido, principalmente, à elevação da concessão de crédito. O incremento, quando comparado ao trimestre anterior, foi de 7,8% (R$ 1,0 bilhão) e está relacionado com o efeito das ações do programa criado pela Instituição para minimizar os impactos econômicos causados pela crise do Covid-19 a seus clientes.

**Carteira de Crédito**

A carteira de crédito do Conglomerado BRB alcançou o montante de R$ 16,2 bilhões, um aumento de 11,2% em relação ao saldo final do 3T20 e de 47,4% em relação ao 4T19. A expansão da carteira é resultado do esforço para reposicionamento do Banco com a retomada das concessões, em conformidade com as diretrizes estabelecidas no novo planejamento estratégico do BRB.

## **Qualidade da Carteira**

A qualidade da carteira foi mantida, notada pelo índice de inadimplência de 1,7% (elevação de 0,1 p.p. em relação ao trimestre anterior) e no adequado nível de provisionamento medido pelo índice de cobertura da inadimplência, em 180,9%.

A classificação da carteira de crédito por níveis de risco segue procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. As operações de Risco Normal, que abrangem os níveis AA até C, representavam 95,6% (variação positiva de 0,4p.p. no trimestre) do total da carteira. Já as operações classificadas nos níveis D representavam 1,2% (-0.2 p.p no trimestre) da carteira e, por fim, as operações classificadas entre os níveis E até H representavam 3,2% (variação negativa de 0,1 p.p. no trimestre) do total da carteira.

Foram adotadas medidas direcionadas para a recuperação de operações em prejuízo com destacamento de equipe especializada e com conhecimento em diversas áreas de interesse, recuperando valores superiores a R$ 30 milhões entre recebimentos à vista e de bens imóveis no 4º Trimestre de 2020.

Para 2021, há em curso a reformulação das condições e negociações das operações em atraso e prejuízo visando a redução da inadimplência e custos de provisão, maximização das receitas no recebimento de operações em curso anormal.

## **Carteira de Crédito Varejo**

O BRB oferece diversas linhas de crédito destinadas à pessoa física, composta por produtos como o crédito pessoal, crédito consignado, financiamento de veículos e cartões de crédito. Essas linhas fomentam o consumo e, consequentemente, estimulam o aumento da atividade econômica na região de atuação do Banco.

A carteira de crédito comercial PF alcançou o patamar de R$ 11 bilhões no encerramento de 2020, o que representa um crescimento de 3,8% em relação ao 3T20 e 31,2% em relação ao final de 2019. A ampliação dessa carteira foi resultado do redirecionamento estratégico, como a redução das taxas e a ampliação dos prazos, corroborado pelas ações adotadas para combate a pandemia através do Supera-DF, além do aumento na oferta dos produtos e canais disponíveis para contratação.

## **Financeira BRB**

A Financeira BRB aproximou-se da R$ 2 bilhões em sua carteira de crédito fechando o ano com um saldo de R$ 1.997 milhões (crescimento de 34,9% no ano e de 2,4% no último trimestre), resultado do esforço para retomada do crescimento das concessões em conformidade com a estratégia de ampliação de seus negócios.

A carteira de crédito da Financeira BRB é formada por um portfólio diversificado, com foco de atuação no varejo e público não correntista do Banco, a fim de ampliar o espectro de atuação da instituição e da base de potenciais clientes. A Financeira possui como principais produtos o crédito consignado e o financiamento de veículos para pessoa física, notadamente servidores públicos federais, e demais tomadores, o que reflete na qualidade da carteira, com taxa 2,76% de inadimplência.

**Carteira de Crédito Atacado**

O Banco apoia o desenvolvimento do Distrito Federal e do Entorno, disponibilizando linhas de crédito às iniciativas empreendedoras que tenham responsabilidade socioambiental. Com o propósito de ser um organismo de fomento da região, o Banco promove a constante revisão de seus processos e sistemas, implementando medidas que agregam maior eficiência no trâmite de contratações e acompanhamento das operações da carteira de atacado.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **BRB – Múltiplo e BRB – Consolidado** | | | | | |
| **R$ milhões** | **31.12.20** | % da carteira | **31.12.19** | % da carteira | **Δ% 12M** |
| Habitacional | **2.492** | 79,6% | **991** | 78,7% | **151,4%** |
| Rural | **440** | 14,0% | **302** | 24,0% | **45,4%** |
| Empresarial e Governo | **198** | 6,3% | **49** | 3,9% | **305,6%** |
| **TOTAL** | **3.130** | **100,0%** | **1.259** | **100,00%** | **148,6%** |

A carteira de crédito PJ total teve um crescimento de 27,4% no último trimestre e de 105,6% no ano de 2020. Tal crescimento decorreu do aumento significativo da carteira Comercial PJ (27,3% no trimestre e 119,8% em 12 meses), com destaque para o produto Progiro (Capital de Giro), que teve crescimento de 10,1% no trimestre e 270,1% em 12 meses.

A remodelagem dos produtos, com redução de taxas e readequação de prazos, prospecção de novos clientes e a campanha realizada por meio do programa Supera-DF, foram determinantes para a consolidação do crescimento das linhas de crédito empresarial.

A carteira de crédito de atacado do Banco é composta pelas modalidades: Crédito Habitacional; Crédito de Agronegócio; Crédito Empresarial, Governo e Câmbio.

**Financiamento Habitacional**

O crédito imobiliário financia a aquisição de unidades residenciais e comerciais a clientes pessoas físicas e jurídicas, e concede financiamento da produção de unidades residenciais e comerciais a pessoas jurídicas.

Conforme tendências de mercado, redução da Taxa Básica de Juros, houve redução das taxas de juros para os produtos da carteira, o que refletiu em crescimento das contratações da carteira na ordem de 301,38% em comparação com 2019 e inadimplência de 0,19%.

Associado a isso, a carteira imobiliária otimizou a compra de contratos por meio da portabilidade, remodelagens nos produtos a fim de oferecer condições de financiamento ainda melhores, como o produto com correção do IPCA e POUPANÇA, reposicionamento do produto Crédito com Garantia de imóvel e Aquisição de Lote, ofertando melhores condições aos clientes.

No financiamento da produção, consoante ao potencial e confiança do setor da construção civil, as taxas de juros foram igualmente reduzidas, de modo a consolidar parcerias e potencializar perspectivas de novos negócios, apoiando o setor produtivo na geração de emprego e renda, auxiliando a redução do déficit habitacional e fomentando as demandas do setor.

Dentre as ações para alavancar os negócios e a carteira imobiliária, o BRB realizou a compra de carteira de cessão de recebíveis da CEB Distribuidora S.A., referente a operações de parcelamento de lotes, na modalidade sem coobrigação, totalizando um volume de negócio de R$ 170 milhões. Ademais, como medidas do programa Supera-DF, visando o suporte e enfrentamento à pandemia do Covid-19, foram ofertadas condições diferenciadas e carência de prestações de financiamento imobiliário aos clientes, conforme os critérios do programa.

Posto isso, o crédito imobiliário BRB busca, por meio da diversificação de suas linhas de crédito, atender diferentes propósitos e, sobretudo, suprir a demanda de moradia por meio da concessão de crédito de forma tempestiva e com condições de financiamento favoráveis e diferenciadas.

**Agronegócio**

O crédito agrícola abrange recursos destinados ao custeio, investimento, industrialização ou comercialização agropecuários. Suas regras, finalidades e condições são estabelecidas pelo Banco Central do Brasil.

A carteira apresentou crescimento de 45,4% no ano de 2020, frente ao final de 2019, e de 35,3% comparativamente ao 3º trimestre. Esse crescimento é reflexo de ações que objetivam expandir a oferta do crédito, como:

* Prospecção ativa de novos clientes por parte da Plataforma do Agronegócio;
* Participação na 1ª Feira Agrobrasília Digital (julho/2020);
* Ações de publicidade, treinamento e otimização de processos provenientes do Evento Jornada do Cliente, que visa tornar mais eficiente o acesso ao crédito pelos agricultores familiares;
* Contratação de operações de investimento com recursos de repasse do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e do Fundo Constitucional do Centro Oeste (FCO);
* Redução de taxas de juros tanto de recursos obrigatórios como de recursos livres; e,
* Contratação de operações de investimento garantidas por Contrato de Concessão de Uso Oneroso (CDU/CDRU).

No âmbito do produto de “investimento agropecuário”, destaca-se a concessão de quase R$ 6 milhões para o financiamento de usinas para geração de energia limpa (fotovoltaica) em propriedades rurais, demonstrando o compromisso do Banco com o meio ambiente e com a sustentabilidade dos meios de produção.

O BRB também se destacou no incentivo à agricultura familiar e aos médios produtores, ocupando o 1° lugar na concessão de crédito no Distrito Federal no âmbito do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e do Pronamp (Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor), reforçando o papel do BRB como agente de fomento da economia do DF, contribuindo para o desenvolvimento do setor agropecuário da região.

**Crédito Empresarial Direcionado**

O crédito direcionado opera tanto com recursos de repasse do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e do Fundo Constitucional do Centro-Oeste – FCO, quanto com recursos próprios destinados ao financiamento dos setores privados e públicos com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico e social da Região, participando da execução de programas de financiamento aos setores produtivos. Esses financiamentos, com taxas e prazos compatíveis com suas necessidades, permitem que as empresas realizem investimentos para o aumento da sua capacidade produtiva, gerando mais empregos e renda.

**outros produtos e serviços**

**Corretagem de Seguro**

O Conglomerado BRB dispõe em sua estrutura da BRB Administradora e Corretora de Seguros S/A., atuante no mercado securitário do Distrito Federal e demais regiões atendidas pelo BRB desde 1988. A empresa tem como objetivo a administração e corretagem de seguros dos ramos elementares, riscos pessoais, títulos de capitalização, planos previdenciários, planos de saúde, planos odontológicos, consórcios e títulos/planos de viagem.

No exercício de 2020, a Corretora Seguros BRB alcançou Lucro Líquido de R$ 85 milhões, crescimento de 20,8% ante o montante registrado em 2019 (R$ 70 milhões). O desempenho é atribuído principalmente ao aumento das receitas de comissões, em função da adoção de estratégias de alavancagem das vendas de produtos de seguridade para a base de clientes do BRB, sustentada pela revitalização do portfólio de produtos, novas parcerias comerciais, disponibilização de produtos e serviços aos clientes nos canais virtuais (mobile e site), investimento em pessoas, entre outros.

**Cartões**

A Cartão BRB S.A. (“BRB CARD”) é uma sociedade anônima fechada de direito privado, constituída em 23 de julho de 1997, com o objetivo emitir e administrar o portfólio de produtos e serviços associados aos cartões de pagamento, pré ou pós pagos, próprios ou de terceiros, mantendo um papel de intermediador entre os portadores de cartões, os estabelecimentos afiliados, as bandeiras e o BRB banco.

A BRB CARD encerrou o ano de 2020 com um lucro líquido de R$ 130,3 milhões, correspondendo a um crescimento de 30,1% em relação ao registrado no ano anterior, impulsionado, principalmente, pelo relevante aumento na venda de cartões e ampliação da base de cartões ativos.

**Administração de Recursos de Terceiros**

A BRB DTVM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. possui como atividades principais a administração e a gestão dos fundos de investimento disponibilizados aos clientes do BRB. Além disso, oferece serviços de liquidação e custódia de valores mobiliários, intermediação de títulos e papéis públicos e privados, estruturação de operações e captação de recursos junto a clientes institucionais, especialmente fundos de pensão, seguradoras e regimes próprios de previdência social.

A BRB DTVM encerrou o ano de 2020 com PL administrado de R$ 1.204 milhões, descontadas as aplicações de fundos em fundos. Adicionalmente, destaca-se a intensificação do processo de reorganização das operações e modernização da gestão da DTVM, bem como a avalição obtida pela Fitch Ratings como “Proficiente”. Essa classificação reflete que a gestora possui capacidade de investimento e características operacionais boas em relação às estratégias de investimentos oferecidas.

**relacionamento com nossos clientes**

**Carteira de Clientes**

Conforme o quadro, a carteira de clientes teve crescimento de 23,5% no ano de 2020 e de 7,5% no último trimestre, com destaque para clientes PF do setor privado e PJ com aumentos de 34,4% e 15,6% no ano respectivamente. A redução de 2,5% na quantidade de clientes PJ observada no último trimestre se deu em virtude do bloqueio e desativação de contas de clientes com CNPJ em situação irregular.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| (em milhares) | 31.12.20 | 30.09.20 | 31.12.19 | Δ% 3m | Δ% 12m |
| **Pessoa Física** | **763** | **706** | **616** | **8,0%** | **23,8%** |
| Setor Privado | 556 | 503 | 414 | **10,6%** | **34,4%** |
| Setor Público | 207 | 204 | 202 | **1,5%** | **2,3%** |
| **Pessoa Jurídica** | 31 | 32 | 27 | **-2,5%** | **15,6%** |
| **TOTAL** | **794** | **739** | **643** | **7,5%** | **23,5%** |

Foi firmada parceria estratégica e lançado o banco digital Nação BRB FLA, onde foram abertas mais de 96 mil novas contas, ampliando a atuação do BRB em território nacional. Ao mesmo tempo, o Banco aumentou sua base de novos clientes pessoa jurídica em 2020, confirmando o direcionamento estratégico de instituição como referência em soluções para as empresas do Distrito Federal, contribuindo para o desenvolvimento da região.

Em relação à pesquisa de satisfação com os clientes, realizada pela metodologia NPS – Net Promoter Score, o banco passou a realizar a pesquisa não mais por amostragem, a estendendo para todos os clientes atendidos por meio de contato gerencial no dia. Com a nova forma de pesquisa, os resultados apresentados subiram de 59 pontos em 2019 para 65 em 2020, mantendo o banco na Zona de Qualidade, reafirmando a experiência positiva dispensada aos clientes.

**Nosso Atendimento**

O Banco, por meio do seu processo de modernização em andamento e em conformidade com sua estratégia de ampliar a qualidade do relacionamento com seus clientes, aperfeiçoou os processos negociais e os canais de atendimento, resultando na melhoria da experiência e da jornada do cliente.

O BRB ampliou a base de clientes com acesso ao atendimento digital por meio do BRBChat, resultando num aumento de 3.700 clientes em 2019 para 111.000 clientes em 2020 com acesso à ferramenta digital, proporcionando mais facilidade e maior agilidade no atendimento, especialmente diante das limitações de atendimento ocasionadas pela pandemia pelo novo Covid-19.

**Soluções para o Cliente**

Atento ao perfil de consumo, os canais mais adequados e as demandas de seus clientes, o Banco segue com o compromisso de oferecer soluções mais completas e benefícios que vão além dos tradicionais produtos bancários, sempre alinhados às expectativas e necessidades de cada consumidor, pautados nos princípios e valores éticos.

O banco tem investido em tecnologia e capacitação, na busca em aprimorar, cada vez mais, os sistemas de proteção, identificação e correção de vulnerabilidades. Assim, contratamos a solução de *machine learning* com capacidade de decisão de autorização em tempo real, aplicando técnicas sofisticadas de modelagem de prevenção a fraudes a cada transação de compra dos clientes BRB, melhorando à experiência dos usuários na utilização dos cartões do Banco.

Foi implantado um sistema de biometria facial, tornando o processo de abertura de contas mais seguro e ágil, permitindo que o cliente possa acessar diversas funcionalidades do aplicativo do Nação BRB FLA de maneira fácil e transparente, transformando o BRB em um banco cada vez mais digital.

No que tange aos Canais Digitais, o BRB Mobile continuou sendo o canal mais utilizado pelos clientes BRB, dada sua praticidade e disponibilidade. Com a implantação de uma nova versão com melhorias na navegabilidade voltada para experiência do cliente, o Banco segue investindo e se empenhando para as constantes evoluções no BRB *Mobile* e *no Internet Banking (Banknet)*, dentre as quais destacamos as seguintes funcionalidades implementadas no último trimestre:

|  |  |
| --- | --- |
| **BRB MOBILE** | **BRB BANKNET** |
| Pix – Pagamentos Instantâneos (cadastramento de chaves e realização de transações) | Adesão e cancelamento de adesão de movimentação automática em fundos |
| Alteração/cancelamento de pacote de serviços | Alteração no fluxo de contratação de crédito consignado |
| Geração da Identificação Positiva | Pagamento DDA Múltiplo |
| Portabilidade de Salário para o BRB | Consulta a saldo e extrato do cartão de mobilidade |
| Folha de Pagamento |  |

**Central de Relacionamento**

A Central de Relacionamento BRB (CRBRB) proporciona atendimento de excelência a todos os clientes do Banco de Brasília. Por oferecer atendimento por diversos meios, inclusive, com a possibilidade de autenticação para transações financeiras, a Central atende com qualidade os clientes que não podem comparecer às agências, principalmente, aqueles que estão em localidades onde o BRB não possui presença física. Nesse aspecto, destaca-se o importante papel da Central de Atendimento Nação BRB FLA, serviço destinado ao atendimento e suporte personalizado aos clientes correntistas do Banco digital lançado em parceria com o Clube de Regatas do Flamengo.

Como forma de reforçar o seu papel estratégico, a CRBRB continua aprimorando e diversificando o portfólio de serviços disponibilizados aos clientes, o que resultou no incremento de novos produtos no rol da Central de Confirmação de Vendas, na criação das centrais de atendimento especializadas, como é o caso da Central de Atendimento ao convênio firmado com a OAB Nacional e do Banco Nação BRB FLA.

A Central de Confirmação de Vendas, parte integrante da CRBRB, desempenha um papel fundamental na concretização de negócios. No período de janeiro a dezembro de 2020 foi produzido o montante de R$ 1.260 milhões em contratos de crédito confirmados, o que representa o percentual de 487,21% quando comparado com a produção de todo o ano de 2019. Esses números ratificam a sua importância e demonstram que o canal se mantém consolidado como meio alternativo para efetivação de negócios, sobretudo, em cenários adversos como o da pandemia de Coronavírus.

**Rede de Atendimento Física**

Em relação aos canais Físicos do Banco, o cliente conta com toda a rede de agências, postos de atendimento, correspondentes e autoatendimento.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **31.12.20** | **30.09.20** |
| **Agências** | **138** | **135** |
| DF | 127 | 126 |
| MG, GO, RJ, SP, MT, MS e PI | 11 | 9 |
| **Correspondentes** (BRB Conveniência) | **141** | **134** |
| **ATMs** | **585** | **590** |

No quarto trimestre de 2020 foram criados os Postos de Atendimento da Gávea e do Ninho do Urubu, ambos para suporte e atendimento dos atletas, empregados e diretoria do Clube de Regatas do Flamengo, focado em oportunidades de negócio e crescimento do Banco e da parceria, além da abertura do Posto de Atendimento a Governo, visando o atendimento, efetivação e acompanhamento, de forma ágil, das operações de crédito entre o BRB e estados e municípios do Brasil. Em 2020 houve a abertura de 07 (sete) novos Postos de Atendimento, focados em novas oportunidades de negócio e crescimento do Banco.

No que tange ao Autoatendimento, o cliente BRB pode contar com 585 terminais, sendo que 525 estão instalados no Distrito Federal e 60 em outros estados, além mais de 30 mil terminais compartilhados com a TECBAN (Banco24horas e rede interligada) e Banco do Brasil. Foram realizadas quase 19 milhões de transações por clientes nesse canal em 2020, considerando inclusive as Redes Compartilhadas.

Os clientes contam ainda com a rede de correspondentes à sua disposição em todas as regiões administrativas do Distrito Federal e Entorno. Além da realização de transações financeiras os correspondentes atuam também com a contratação de financiamento imobiliário (correspondente imobiliário) e abertura de conta digital (correspondente digital). No compromisso social com a população, diversas unidades de Correspondentes também atuam com transações de recarga nos cartões de transporte público do DF.

Para o ano de 2021, é previsto o reposicionamento da rede física do BRB, visando a implementação de um novo modelo focado na experiência do cliente, modernizando as estruturas dos pontos de atendimento, ao modelo de negócio e atuação estratégica do Banco. É planejada, também, a implantação do SGAT - Sistema Gerenciador de Atendimento, que permitirá agilizar o acesso dos clientes BRB aos produtos e serviços oferecidos pelo BRB, agregando valor estratégico ao canal físico e aos negócios realizados pelo Banco.

**Transações**

Em tempos de isolamento social, devido à pandemia do Covid-19, ressalta-se ainda aumento considerável nas transações não presenciais (100% digitais) que alavancaram o canal Mobile e Internet Banking.

Ao longo de 2020, o BRB Mobile continuou sendo o canal mais utilizado pelos clientes BRB, dada sua praticidade e disponibilidade. Com a implantação de uma nova versão com melhorias na navegabilidade voltada para experiência do cliente, foram registradas no período mais de 22,5 milhões de transações. No consolidado do ano de 2020 foram mais de 72,5 milhões de transações, um incremento de 84,1% no volume de transações, quando comparado com o ano de 2019, sendo um salto importante de crescimento.

O canal de internet banking do BRB corresponde ao principal canal utilizado pelos correntistas Pessoa Jurídica do banco, dadas as permissões para movimentação da conta de forma solidária ou não solidariamente. Ao longo de 2020, foram registradas mais de 9,5 milhões de transações.

No gráfico, observa-se a evolução das transações por tipo de canal, com destaque para a evolução da utilização dos canais digitais, que promovem mais facilidade e eficiência.

**MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA**

No 4º tri de 2020, a Diretoria de Tecnologia da Informação atuou na execução de atividades estruturantes que visam o aprimoramento tecnológico que envolvem atualização da infraestrutura e implantação de novos softwares e aplicativos.

Nesse período, os efeitos da pandemia aceleraram ainda mais as necessidades de digitalização dos serviços financeiros, reforçando os avanços nas estratégias digitais, marcada pela entrada do BRB no Open Banking, conforme instruções do regulador Banco Central.

Ainda no contexto de modernização, dentre as principais entregas efetuadas na DITEC, destacaram-se o Novo BRB Mobile, Implantação da solução de pagamentos instantâneos (PIX) e construção de inúmeros micros serviços (API’s) que sustentaram serviços essenciais do Banco como o Refinanciamento e a Portabilidade de crédito consignado pelos Correspondentes Digitais e implantação do Google Pay na Função débito.

Com foco na oferta de serviços que proporcionem uma experiência cada vez mais digital e completa aos clientes de BRB, foram implementadas, nos principais canais de atendimento, novas funcionalidades que ampliaram a disponibilidade de produtos, serviços e possibilidades de transações aos usuários.

Visando a expansão da oferta de crédito e da melhoria do atendimento na rede de agências, o Banco atuou em frentes de desenvolvimento de novos sistemas, que visam proporcionar o aprimoramento do atendimento e oferta de produtos e serviços, a fim de modernizar e ampliar o seu portfólio, visando fornecer soluções cada vez mais completas aos clientes.

O 4º trimestre também foi marcado pela parceria do BRB com órgãos do governo, reforçando a missão de tornar a instituição referência como provedor de soluções governamentais. Ainda com foco na melhoria da experiência dos usuários internos, foram adquiridos novos notebooks para expansão e mobilidade das unidades do Banco.

Na vertente de Governança, visando a melhoria da capacidade de entrega dos times de desenvolvimento, foi estruturado o modelo de desenvolvimento ágil, integrando as iniciativas já existentes no Banco, com mapeamento do processo e definição das técnicas e ferramentas que permita a criação de mais times ágeis.

**gestão de riscos**

O Banco de Brasília S.A dispõe de normas, estratégias e procedimentos para o gerenciamento dos seus riscos e de seu capital. Estes instrumentos estabelecem princípios gerais de atuação expressos pela Alta Administração e estão alinhados aos objetivos estratégicos da Instituição, em conformidade com a regulamentação específica.

A Política de Gerenciamento Integrado de Riscos e de Capital estabelece as diretrizes e estratégias para o gerenciamento de riscos e de capital do Conglomerado BRB.

O processo de gestão de riscos no BRB encontra-se descrito no sítio de relações com investidores (http://ri.brb.com.br), menu “Governança Corporativa”, opção “Relatório de Gestão de Risco”.

Com o intuito de garantir a efetividade do gerenciamento dos riscos e do capital, a estrutura organizacional da Entidade contempla uma atuação compartilhada de responsabilidades e controles, em que todos os envolvidos devem acompanhar a conformidade de seus processos, estabelecendo e praticando controles internos que minimizem os riscos e corrijam as deficiências.

Destaca-se, nesta estrutura, a Superintendência de Riscos Corporativos (SURIS) e a Superintendência de Risco Operacional e Cibernético (SUROC), cada qual formada por três gerências que, de forma sinérgica, tratam de gerir o capital e os riscos de crédito, de mercado, IRRBB, de liquidez, operacional, reputacional, socioambiental e cibernético, sob os aspectos regulatório e gerencial, garantindo a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre esses riscos.

**Conformidade**

## **Controles Internos**

Em alinhamento aos objetivos estratégicos “fortalecer a governança, os controles internos e a gestão de riscos”, na implementação do novo modelo organizacional, a estrutura de controles internos foi reforçada, resultando na criação da Superintendência de Controle Institucional – SUCOI, composta por três gerências de controle especializadas e com foco no tema: a Gerência de Controle Interno, a Gerência de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e a Gerência de Monitoração e Validação de Modelos.

No ano de 2020, a identificação de riscos e avaliação de controles foi realizada de forma dinâmica e inovadora, considerando todas as mudanças e evoluções que foram necessárias e implementadas nos processos do Banco em virtude da pandemia.

Destaca-se o reforço do monitoramento das normas externas que aumentou significativamente no período pandêmico, as evoluções dos processos vinculados ao controle interno, como a automatização dos mapeamentos de riscos e controles, a revisão dos procedimentos vinculados ao SCI, a revisão das regras do sistema normativo interno, garantindo desburocratização dos processos e maior eficiência operacional.

Para o ano de 2021, os principais projetos da área contemplam a definição e aplicação de metodologia de Rating Interno, realização de diversas medidas de aculturação do corpo funcional sobre Integridade, conquista dos requisitos necessários para se tornar uma empresa “Pró-Ética”, revisão do sistema normativo interno e implementação de plataforma moderna e interativa, dentre outros.

## **Auditoria Interna**

No ano de 2020, a Auditoria Interna produziu 140 trabalhos, sendo 71 deles vinculados ao Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna, o que demonstra a elevação no percentual de auditorias realizadas em praticamente 100% acima do previsto no Plano Anual para 2020. Foram realizadas 440 avaliações qualitativas relativas a deficiências apontadas por órgãos de controle e de fiscalização internos e externos.

No período, destacou-se a instituição da modalidade de auditoria a distância para a rede de agências, assim como auditorias contínuas em processos específicos do Banco, com foco em unidades da Direção Geral e agências.

O tratamento das denúncias recebidas está sob a responsabilidade da Auditoria Interna que, de acordo com o resultado da apuração preliminar, o objeto da denúncia pode ser encaminhado à Corregedoria do BRB para ações de correição, como abertura de processo administrativo disciplinar.

Ao longo do ano de 2020 foi realizado Processo Seletivo Interno para recomposição do quadro de auditores, restando completo o quadro de auditores. Esses novos profissionais estão em fase de treinamento cujo programa de capacitação interna foi desenvolvido pela própria Unidade, denominado Projeto Passaporte, que contempla treinamentos internos, externos, práticas processuais da Auditoria Interna, além da assimilação do arcabouço normativo necessário ao desempenho da função de auditor interno.

Adicionalmente, no tocante aos treinamentos e capacitações previstos no PROEC – Programa de Educação Continuada, em razão da situação pandêmica, a participação em cursos ocorreu de forma online, em diversos segmentos de aprendizagem.

Para 2021 estima-se o desenvolvimento de projeto interno de implementação de ferramenta sistêmica para automatização dos processos da auditoria interna.

**SEGURANÇA EMPRESARIAL (LGPD E PLD)**

O Banco tem investido em tecnologia e capacitação na busca em aprimorar, cada vez mais, os sistemas de proteção, identificação e correção de vulnerabilidades. Nesse sentido, foram contratados serviços de validação biométrica, cadastral e biográfica do SERPRO, que retorna índices de similaridade em tempo real com probabilidade de risco de fraude, a fim de aprimorar a segurança dos processos e transações realizadas pelos clientes.

No tocante à Segurança da Informação, o BRB realizou diversas ações no âmbito de análise e avaliação de riscos de TI e cibernéticos, no intuito viabilizar suas as estratégias preservando a imagem e continuidade do negócio. O objetivo destas ações é assegurar a disponibilidade dos ativos que suportam os sistemas críticos do banco, também durante o período de referência, ocorreram melhorias no macroprocesso de Segurança Cibernética, principalmente com relação aos procedimentos de Resposta a Incidentes de Segurança.

A iniciativa destas ações é ainda vinculada ao que preconiza a norma CMN nº 4.658/2018, garantindo a conformidade do BRB com a referida norma, tendo como resultado a prevenção da ocorrência de incidentes cibernéticos, além da adequada preparação do ambiente quanto à operação no contexto cibernético.

O BRB implementou, ainda, ações visando garantir a privacidade de dados pessoais e zelando pelos direitos dos titulares, buscando conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Durante o ano de 2020, foram realizados treinamentos e disponibilizados cursos EaD sobre o tema, realização de campanhas de conscientização para o público interno, e a divulgação de Termo de Privacidade nos sites disponibilizados pelo banco, a fim disseminar informações essenciais e promover o aculturamento sobre a LGPD.

Com relação ao processo de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo, o BRB realizou uma reestruturação nos processos relacionados, de forma a criar uma equipe dedicada à PLD/FT e garantir eficiência no processo de gestão. Também foram realizadas integrações sistêmicas que possibilitaram aperfeiçoamento dos controles sobre as transações e tornando mais assertivo o fornecimento de informações ao COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras.

Além disso, com o início da vigência da Circular BCB 3.978/2020 e da Carta Circular BCB 4.001/2020, o Banco implementou a nova Política de PLD/FT e atualizou os Manuais relacionados ao processo, de modo a possibilitar a implantação da Avaliação Interna de Risco, no qual as diligências adotadas serão proporcionais aos riscos identificados.

**nossas gENTE**

O BRB está escrevendo uma nova história. Os resultados alcançados refletem esse momento, trazendo objetivos claros de posicionamento no mercado. O sentimento vivido internamente pelas pessoas não poderia ser diferente: O BRB superou desafios, conquistou vitórias e mostra a cada dia que não existem limites.

Um dos Eixos de Gestão do BRB é o de Pessoas – valorização e desenvolvimento de competências. A gestão de pessoas é uma atividade essencial para que uma empresa alcance seus objetivos globais e específicos, independentemente da sua área de atuação ou da sua estrutura organizacional.

Como pilar de valor do BRB, nossas pessoas fazem a diferença. Respeitamos as nossas equipes, valorizamos a diversidade e estimulamos a criação de um ambiente saudável e colaborativo, em que cada um produza o seu melhor.

As nossas lideranças adotam modelo de gestão promovendo um ambiente de trabalho saudável e colaborativo, capaz de motivar, comprometer e engajar as pessoas. Os empregados atuam com foco em resultados, inovação, ética e qualidade no atendimento.

**Quadro de Funcionários**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **31.12.20** | **30.09.20** | **31.12.19** |
| Empregados | **2.963** | **2.957** | **2.926** |
| Terceirizados | **963** | **915** | **903** |
| Estagiários e Jovens Aprendizes | **572** | **524** | **688** |
| **TOTAL** | **4.498** | **4.396** | **4.517** |

**Recrutamento e Gestão Talentos**

Até o final de 2020, foram convocados 207 candidatos aprovados no concurso público, e admitidas 186 pessoas. Internamente o Banco objetiva em seus processos seletivos identificar empregados com as competências necessárias ao exercício de Atividade ou Função Gratificada, para composição e manutenção de equipes qualificadas, valorização dos empregados e, sobretudo, alocação da pessoa melhor capacitada para o exercício das atividades específicas.

Em 2020, foram realizados 10 Processos Seletivos Internos, para funções gerenciais e técnicas, contemplando 2.487 inscrições e 452 candidatos aprovados.

**Jornada dos Novos Empregados - *ONBOARDING***

A reformulação e implementação do processo de integração dos novos empregados buscou o alinhamento ao planejamento estratégico do Banco e aos desafios do ano, sendo necessária a adaptação para uma metodologia 100% digital, em atendimento aos protocolos preventivos da pandemia do Coronavírus.

Os novos empregados passaram por duas semanas de ciclos de palestras e apresentações das mais diversas áreas, a fim de conhecerem o Conglomerado e terem uma visão diferenciada da estrutura e funcionamento do Banco.

Empregados das carreiras de escriturário, analistas de TI, advogados, médico e engenheiro de segurança do trabalho tiveram uma experiência totalmente online e desafiadora. Ainda assim, o projeto conseguiu unificar os principais objetivos de transmitir os conteúdos e ao mesmo tempo integrar e acolher os novos empregados. Ao todo, foram convocados 38 empregados para a 1ª turma do *Onboarding* BRB (início em 27/04/2020) e 57 novos empregados para a 2ª Turma (início em 15/06/2020) e 50 para a 3ª turma (início em 1/10/2020).

**Valorização das Pessoas – Programa Trainee**

2020 foi o ano da primeira edição do Programa de Trainee BRB. Mais uma iniciativa para reconhecer e desenvolver as pessoas da organização. O programa foi direcionado aos empregados que tivessem interesse em participar de uma aceleração de desenvolvimento com o objetivo de prepará-los para atuar em funções gerenciais no BRB.

Essencialmente, a programa trouxe um planejamento voltado para a identificação e preparação de talentos internos em áreas com temáticas estratégicas para o Banco, com o propósito de valorizar e desenvolver os empregados, e permitir o melhor aproveitamento daquele que é o mais importante ativo do Banco: as pessoas.

**Pandemia – Covid 19**

O BRB foi um dos primeiros bancos do País a assumir protocolo de segurança para proteger seus empregados contra os riscos provocados pela pandemia da Covid-19. Uma das providências imediatas implementadas pelo Banco foi o isolamento, com atuação em teletrabalho dos empregados: do grupo de risco, de unidades com casos suspeitos ou diagnosticados, gestantes, lactantes, com idade a partir de 60 anos, pacientes crônicos, que residam com pessoas que estejam em comprovado isolamento e que mantiveram contato próximo com pessoas que realizaram viagem para países com surto de Covid-19.

# Sustentabilidade e ações sociais

O BRB foi a única instituição financeira do País que realizou testagem em todos seus empregados. Quando houve registro de contaminação dentro da agência ou de empregado em contato com terceiro contaminado, o Banco providenciou a nova testagem de todos os empregados da unidade em questão.

Além disso, no âmbito das agências, foram tomadas medidas de restrição de acesso, como controle do fluxo de entrada, exigência de uso de máscara, reforço de higienização, entre outras.

Sustentabilidade e ações sociais

O BRB, como agente financeiro do Governo de Brasília e como parceiro na execução de políticas sociais, atua como principal ente operacionalizador dos programas sociais vinculados às Secretarias do Distrito Federal. Esses programas são ações governamentais voltadas à erradicação da pobreza e da marginalização, assim como à redução das desigualdades sociais e regionais.

No ano de 2020 o BRB adotou ações importantes para enfrentamento da pandemia de Covid-19, exercendo papel relevante como agente de suporte da população do DF. Foram mais de 180 mil famílias beneficiadas pelos programas sociais operacionalizados pelo Banco durante o período do Supera-DF, com destaque para os programas Bolsa Alimentação Escolar, Prato Cheio, Cesta Alimentação, Renda Emergencial e o Mobilidade Cidadã:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **RENDA EMERGENCIAL** | **BOLSA ALIMENTAÇÃO CRECHE E ESCOLAR** | **PRATO CHEIO** |
| Atende famílias em situação de vulnerabilidade econômica na Pandemia. O valor do benefício é de R$ 408,00 mensais, pagos por meio de cartão pré-pago. A operacionalização do pagamento do Programa foi realizada pelo BRB, de maio a julho/2020, com o direcionamento às famílias previamente indicadas pela Secretaria responsável e cadastradas no sistema desenvolvido pelo Banco para esta finalidade. | Programas criados para apoio na suplementação alimentar de crianças de 0 a 5 anos, regularmente matriculadas em creches e instituições educacionais parceiras da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, além de alunos do ensino fundamental e médio da rede pública, afastados das atividades escolares devido a Pandemia do Covid-19 e que são beneficiários do programa Bolsa Família. | Parceria entre o BRB e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal, que visa atender famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional. O valor do benefício é de R$ 408,00 mensais, pagos por meio de cartão pré-pago, e foi destinado a famílias previamente indicadas pela Secretaria responsável. |
| Valor Investido:  R$ 4,1 milhões  Beneficiários: 9.956 | Valor Total Investido:  R$ 97,4 milhões  Beneficiários: 89.588 | Valor Investido:  R$ 38,0 milhões  Beneficiários: 35.971 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Valor Investido:  R$ 4,1 milhões  Beneficiários: 9.956 | Valor Total Investido:  R$ 97,4 milhões  Beneficiários: 89.588 | Valor Investido:  R$ 38,0 milhões  Beneficiários: 35.971 |

## **Instituto BRB**

O Instituto BRB foi concebido pelo Banco de Brasília como seu braço institucional em desenvolvimento humano, responsabilidade socioambiental e sustentabilidade. Tem como missão “Incentivar a educação, a cultura, o esporte, a preservação do meio ambiente e a melhoria social, promovendo o crescimento sustentável e a saúde integrada”.

Ao longo de 2020 foram realizadas diversas ações, com destaque para o Programa “CSA - Comunidade que Sustenta a Agricultura” coordenado pelo Instituto no BRB. O projeto consiste em um grupo fixo de consumidores que se comprometem, durante um período determinado, a contribuir mensalmente com o orçamento semestral de uma produção agrícola. Em contrapartida, o consumidor recebe semanalmente seus alimentos produzidos nesse local, em manejo biodinâmico, livre de agrotóxicos. Dessa forma, o programa gera um incentivo ao micro produtor rural, viabilizando a sua produção e ampliando sua rede de alcance de vendas.

Em dezembro, o programa recebeu a certificação “Selo Social”, concedida pelo Instituto Abaçaí, que promove um programa para certificar instituições, empresas, entidades sociais e órgãos públicos que demonstram compromisso social e realizam projetos estruturados voltados para a melhoria dos indicadores de desenvolvimento social

Ademais, frente ao grave contexto de pandemia provocada pelo advento do Coronavírus, o IBRB realizou chamamento público com o objetivo disponibilizar cestas básicas, em caráter urgente e emergencial, para Organizações Sociais que foram impactadas pelos efeitos deste episódio e que estão atuando em ações de distribuição de alimentos para pessoas que necessitam. Como parte do programa Supera-DF, coordenou a doação de 150 bombas de infusão e 150 monitores para equipar as Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) no DF, além de 18 mil equipamentos de infusão. Foram ainda doadas 1,6 milhão de máscaras ao Sistema de Ensino Público do Distrito Federal.

Informações sobre o Instituto BRB podem ser encontradas em seu site, acessível em [www.institutobrb.org.br](http://www.institutobrb.org.br).

**Governança Corporativa**

O BRB tem expandido sua atuação através de novas parcerias, novos negócios e novas formas de presença. A governança corporativa da empresa vem sendo revista para acompanhar esse crescimento, garantindo a preservação e otimização do valor econômico de longo prazo da instituição, a sustentabilidade dos negócios e a longevidade da empresa. O fortalecimento da governança do BRB é um dos nove eixos de gestão do Banco, que norteiam as ações para o próximo quinquênio.

Em 1º de outubro de 2020, foi implantada uma nova Estrutura Organizacional para suportar e viabilizar o crescimento sustentável do BRB. Essa estrutura foi projetada para garantir: o fortalecimento da gestão de riscos e controles internos, a expansão do banco por meio de novas parcerias estratégicas e negócios digitais e, principalmente, o cliente como o centro de todos os processos e negócios, refletindo um banco mais moderno, completo, digital, ágil e inovador.

Entre as principais mudanças promovidas pela nova estrutura, destacamos: a criação de novas áreas para o desenvolvimento de projetos de parcerias, fusões e aquisições, além dos negócios digitais, como o Banco Digital fruto da parceria entre BRB e Flamengo; a estruturação dos negócios de Varejo e de Atacado, agregando nas respectivas Diretorias Executivas todo o ciclo desde o desenvolvimento do produto até a oferta ao cliente; o fortalecimento das estruturas de Governo e Serviços de Mobilidade, reforçando o papel do BRB como agente financeiro das políticas públicas do GDF; a criação de uma área focada em Arquitetura de Dados, visando estabelecer uma cultura orientada para dados; o fortalecimento das áreas de Finanças e Controladoria, Riscos Corporativos e Gestão de Pessoas, com ampliação das áreas, entre outras medidas.

A nova estrutura organizacional também estabeleceu a Secretaria Geral de Governança, em alinhamento às melhores práticas de governança corporativa. Entre as atribuições da Secretaria está o suporte e a organização das atividades dos órgãos colegiados do BRB, que também foram reestruturados ao longo de 2020, buscando melhorar a eficiência e a qualidade das decisões no âmbito do BRB. Atualmente são 6 comitês de assessoramento e 1 comissão de ética vinculados ao Conselho de Administração, além de 3 comitês estatutários e outros 10 comitês vinculados à Diretoria Colegiada, entre eles o Comitê de Governança Corporativa.

O novo modelo organizacional tem por objetivo viabilizar um processo de tomada de decisões mais ágil, transparente, seguro e eficiente, visando dotar o Banco de uma nova estrutura que suporte seu crescimento de modo sustentável. A estrutura do modelo organizacional também se alinha aos objetivos estratégicos do Banco para facilitar a execução das atividades necessárias para atingir o resultado planejado pela instituição. Durante o último trimestre foi executado o Plano de Mudança, a fim de adequar o arcabouço processual, normativo e funcional à nova estrutura aprovada.

**Informações Legais**

Conforme disposto no art. 8º da Circular Bacen nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, o BRB declara possuir capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento”.

Conforme dispõe a Instrução nº 381/03, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, o conglomerado BRB, no ano de 2020, não contratou e nem teve serviços prestados pela Ernst & Young Auditores Independentes não relacionados à auditoria externa, em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa. De acordo com critérios internacionalmente aceitos, a política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste

De acordo com o art. 243, da Lei 6.404/76 e suas alterações, o BRB informa que o valor total dos seus investimentos em Controladas e Coligadas é de R$ 639 milhões, conforme detalhado na nota explicativa n. º 14.

**Agradecimentos**

O Banco de Brasília - BRB agradece a confiança e a fidelidade de seus clientes, o apoio da população do Distrito Federal, o trabalho e a dedicação de seus colaboradores – empregados, investidores, prestadores de serviços e fornecedores – e a orientação segura de seus acionistas. A todos, nossos sinceros agradecimentos.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| |  |  |  | | --- | --- | --- | |  | |  | |  | |  | |  |  |  |  | | --- | --- | | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | | **Paulo Henrique Bezerra Rodrigues Costa** | **Cristiane Maria Lima Bukowitz** | | Presidente | Diretora Executiva de Gestão de Pessoas, Administração e Retaguarda | | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | | **Dario Oswaldo Garcia Júnior**  Diretor Executivo de Varejo | **Eugenia Regina de Melo**  Diretora Executiva de Atacado e Governo | | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | | **Fabiano Pereira Côrtes**  Diretor Executivo de Tecnologia | **Hugo Andreolly Albuquerque Costa Santos**  Diretor Executivo de Finanças e Controladoria  Diretor de Relacionamento com Investidores | | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | | **Kellen Kris Alves Flores Brito**  Diretora Executiva de Controles e Risco | **Hellen Falcão de Carvalho**  Diretora Jurídica | |
|  |

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

# Balanço Patrimonial – Ativo

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **BRB - Banco de Brasília S.A.** | | | | | |
| **Balanço Patrimonial** | | | | | |
| **Em 31.12.2020 e 31.12.2019** | | | | | |
| (em milhares de Reais) | | | | | |
| **ATIVO** |  | **BRB-MÚLTIPLO** | | **BRB-CONSOLIDADO** | |
| **Nota** | **31.12.2020** | **31.12.2019** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| **DISPONIBILIDADES** | **5** | **220.224** | **139.845** | **220.744** | **140.248** |
| **INSTRUMENTOS FINANCEIROS** |  | **22.225.893** | **14.316.925** | **23.501.817** | **15.365.292** |
| Aplicações Interfinanceiras | 6 | 4.518.448 | 1.560.084 | 2.922.837 | 432.451 |
| Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil | 7 | 666.944 | 513.635 | 666.944 | 513.635 |
| Títulos e Valores Mobiliários | 8 | 3.599.628 | 3.289.733 | 3.715.897 | 3.399.219 |
| Operações de Crédito | 9 | 13.388.227 | 8.896.337 | 15.385.662 | 10.376.808 |
| Transações de arranjo de pagamento | 9 | - | - | 792.484 | 624.575 |
| Outros instrumentos financeiros | 10 | 52.646 | 57.136 | 17.993 | 18.604 |
| **PROVISÃO PARA PERDA ESPERADA ASSOCIADA AO RISCO DE CRÉDITO** | **9** | **(404.019)** | **(308.179)** | **(524.599)** | **(396.949)** |
| Operações de Crédito |  | (350.723) | (307.016) | (426.844) | (371.023) |
| Transações de arranjo de pagamento |  | - | - | (30.786) | (23.149) |
| Outros Créditos |  | (53.296) | (1.163) | (66.969) | (2.777) |
| **OUTROS ATIVOS** |  | **1.335.507** | **1.168.875** | **1.389.108** | **1.198.984** |
| Relações interfinanceiras e interdependências | 11 | 166.458 | 133.795 | 166.458 | 133.795 |
| Outros Valores e Bens | 12 | 142.501 | 132.770 | 144.758 | 134.110 |
| Outros Créditos | 13 | 1.026.115 | 901.878 | 1.075.259 | 928.368 |
| Outros investimentos | 14 | 433 | 432 | 2.633 | 2.711 |
| **PROVISÃO PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS** | **14** | **(149)** | **(148)** | **(150)** | **(148)** |
| **CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS** | **25b** | **451.338** | **461.322** | **524.629** | **525.891** |
| **INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS** | **15** | **707.501** | **639.282** | **-** | **-** |
| **IMOBILIZADO DE USO** | **16** | **207.944** | **179.106** | **238.413** | **209.508** |
| **INTANGÍVEL** | **17** | **320.736** | **249.766** | **336.482** | **265.187** |
| **DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO** |  | **(278.922)** | **(256.981)** | **(312.022)** | **(286.818)** |
| Imobilizado | 16 | (138.000) | (127.612) | (158.981) | (146.793) |
| Intangível | 17 | (140.922) | (129.369) | (153.041) | (140.025) |
| **TOTAL DO ATIVO** |  | **24.786.053** | **16.589.813** | **25.374.422** | **17.021.195** |
| As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras. Balanço Patrimonial – Passivo |  |  |  |  |  |
| **BRB - Banco de Brasília S.A.** | | | | | |
| **Balanço Patrimonial** | | | | | |
| **Em 31.12.2020 e 31.12.2019** | | | | | |
| (em milhares de Reais) | | | | | |
| **PASSIVO** |  | **BRB-MÚLTIPLO** | | **BRB-CONSOLIDADO** | |
| **Nota** | **31.12.2020** | **31.12.2019** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| **CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE** |  | **22.808.117** | **14.852.488** | **23.224.007** | **15.120.800** |
| **INSTRUMENTOS FINANCEIROS** |  | **21.011.424** | **13.397.562** | **20.597.256** | **12.949.947** |
| Depósitos | 18 | 17.079.217 | 12.102.198 | 16.688.080 | 11.672.159 |
| Captação no Mercado Aberto | 19 | 340.857 | 340.745 | 317.826 | 323.169 |
| Dívidas Subordinadas | 20 | 766.193 | 621.661 | 766.193 | 621.661 |
| Outros Passivos Financeiros | 21 | 2.825.157 | 332.958 | 2.825.157 | 332.958 |
| **OUTRAS OBRIGAÇÕES** | **23** | **693.832** | **423.656** | **1.515.211** | **1.129.928** |
| Relações interfinanceiras e interdependências |  | 17.488 | 1.488 | 644.897 | 494.123 |
| Outras |  | 676.344 | 422.168 | 870.314 | 635.805 |
| **PASSIVO ATUARIAL** | **31** | **434.824** | **406.348** | **434.824** | **406.349** |
| **PROVISÕES** | **22** | **620.968** | **574.716** | **628.947** | **584.369** |
| **OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDAS** | **25** | **47.069** | **50.206** | **47.769** | **50.207** |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | **24** | **1.977.936** | **1.737.325** | **1.977.936** | **1.737.325** |
| Capital |  | 1.300.000 | 900.000 | 1.300.000 | 900.000 |
| Reservas de lucros |  | 881.913 | 997.617 | 881.913 | 997.617 |
| Outros resultados abrangentes |  | (203.977) | (160.292) | (203.977) | (160.292) |
| **PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES** |  | **-** | **-** | **172.479** | **163.070** |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO ADMINISTRADO PELA CONTROLADORA** |  | **1.977.936** | **1.737.325** | **2.150.415** | **1.900.395** |
| **TOTAL DO PASSIVO** |  | **24.786.053** | **16.589.813** | **25.374.422** | **17.021.195** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Demonstração do Resultado

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **BRB - Banco de Brasília S.A.** | | | | | | | |
| **Demonstração do Resultado** | | | | | | | |
| **Em 31.12.2020 e 31.12.2019** | | | | | | | |
| (em milhares de Reais) | | | | | | | |
|  | **Nota** | **BRB-MÚLTIPLO** | | | **BRB-CONSOLIDADO** | | |
| **2º Semestre** | **31.12.2020** | **31.12.2019** | **2º Semestre** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| **RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA** |  | **1.291.492** | **2.399.119** | **2.330.395** | **1.515.353** | **2.823.023** | **2.677.938** |
| Operações de crédito | 9h | 1.191.962 | 2.190.392 | 1.974.277 | 1.430.507 | 2.649.550 | 2.385.088 |
| Resultado de aplicações interfinanceiras, operações com títulos e valores mobiliários, e câmbio |  | 90.662 | 189.539 | 328.225 | 75.977 | 154.285 | 264.957 |
| Resultado de aplicações compulsórias | 7b | 8.868 | 19.188 | 27.893 | 8.869 | 19.188 | 27.893 |
| **DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA** |  | **(308.516)** | **(594.183)** | **(699.492)** | **(338.021)** | **(648.919)** | **(730.425)** |
| Operações de captações no mercado |  | (199.750) | (424.721) | (612.393) | (194.809) | (411.129) | (584.743) |
| Operações de empréstimos, cessões e repasses |  | (3.080) | (4.295) | (3.362) | (3.081) | (4.295) | (3.362) |
| Provisões para perda esperada associada ao risco de crédito | 9e | (105.686) | (165.167) | (83.737) | (139.114) | (232.478) | (142.320) |
| Operações de arrendamento mercantil |  | - | - | - | (1.017) | (1.017) | - |
| **RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA** |  | **982.976** | **1.804.936** | **1.630.903** | **1.177.332** | **2.174.104** | **1.947.513** |
| **OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS E PRINCIPAIS DESPESAS OPERACIONAIS** |  | **(614.604)** | **(1.168.516)** | **(1.063.051)** | **(718.746)** | **(1.353.525)** | **(1.218.895)** |
| Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias | 26a | 118.598 | 230.666 | 186.938 | 270.258 | 537.028 | 421.807 |
| Despesas de pessoal | 26b | (415.597) | (834.801) | (829.979) | (473.314) | (945.919) | (914.851) |
| Outras despesas administrativas | 26c | (286.233) | (527.706) | (457.535) | (301.276) | (553.319) | (476.606) |
| Despesas tributárias |  | (64.664) | (116.931) | (99.385) | (94.756) | (176.704) | (150.774) |
| Resultado de participações em controladas | 15 | 83.500 | 169.270 | 144.288 | 59 | (1.173) | (38) |
| Outras receitas operacionais | 26d | 54.281 | 96.439 | 112.325 | 57.855 | 108.819 | 123.337 |
| Outras despesas operacionais | 26e | (104.489) | (185.453) | (119.703) | (177.572) | (322.257) | (221.770) |
| **REVERSÃO/DESPESAS DE PROVISÕES** |  | **1.671** | **2.797** | **4.187** | **(5.526)** | **(12.290)** | **(16.749)** |
| Trabalhista |  | 1.328 | 2.786 | 4.504 | 699 | 1.726 | 3.626 |
| Fiscais |  | - | 1.025 | - | (18) | 4.513 | - |
| Outras |  | 343 | (1.014) | (317) | (6.207) | (18.529) | (20.375) |
| **RESULTADO OPERACIONAL** |  | **370.043** | **639.217** | **572.039** | **453.060** | **808.289** | **711.869** |
| **RESULTADO NÃO OPERACIONAL** |  | **3.745** | **607** | **(2.888)** | **3.751** | **559** | **(2.897)** |
| **RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ LUCRO E PARTICIPAÇÕES** |  | **373.788** | **639.824** | **569.151** | **456.811** | **808.848** | **708.972** |
| **IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL** | **25** | **(86.173)** | **(122.189)** | **(83.156)** | **(147.603)** | **(247.105)** | **(184.835)** |
| **PARTICIPAÇÃO NO LUCRO** |  | **(38.063)** | **(68.036)** | **(67.159)** | **(41.293)** | **(75.089)** | **(73.921)** |
| **PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES** |  | **-** | **-** | **-** | **(18.363)** | **(37.055)** | **(31.380)** |
| **LUCRO LÍQUIDO** |  | **249.552** | **449.599** | **418.836** | **249.552** | **449.599** | **418.836** |
| **LUCRO LÍQUIDO ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS** |  | **249.552** | **449.599** | **418.836** | **267.915** | **486.654** | **450.216** |
| CONTROLADOR | ‘ | 249.552 | 449.599 | 418.836 | 249.552 | 449.599 | 418.836 |
| NÃO CONTROLADOR |  | **-** | **-** | **-** | 18.363 | 37.055 | 31.380 |
| **LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO**  **(em unidades de R$)** |  | **6,87383** | **12,38406** | **11,53670** | **6,87383** | **12,38406** | **11,53670** |
| N.º DE AÇÕES | 24a | 36.304.650 | 36.304.650 | 36.304.650 | 36.304.650 | 36.304.650 | 36.304.650 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Demonstração do Resultado Abrangente

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **BRB-BANCO DE BRASÍLIA S.A.** | | | |
| **Demonstração do Resultado Abrangente**  **Em 31.12.2020 e 31.12.2019** | | | |
| (em milhares de Reais) | | | |
| **BRB-MÚLTIPLO e BRB-CONSOLIDADO** | **2º Semestre** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| **Resultado do período** | **249.552** | **449.599** | **418.836** |
| **Outros resultados abrangentes** | **(72.469)** | **(43.685)** | **63.209** |
| **Itens que podem ser reclassificados para a demonstração do resultado** | **(11.944)** | **(9.260)** | **4.674** |
| Ganhos/perdas de ativos disponíveis para venda próprios | (22.556) | (17.310) | 8.853 |
| Efeito fiscal TVM | 10.613 | 8.053 | (4.177) |
| Ganhos/perdas de ativos disponíveis para venda de coligadas e controladas | (1) | (3) | (2) |
| **Itens que não podem ser reclassificados para a demonstração do resultado** | **(60.525)** | **(34.425)** | **58.535** |
| Passivo atuarial | (77.779) | (30.325) | 43.011 |
| Efeito fiscal passivo atuarial | 17.254 | (4.100) | 15.524 |
| **Total do Resultado Abrangente** | **177.083** | **405.914** | **482.045** |
| **Resultado abrangente atribuível ao acionista controlador** | **177.083** | **405.914** | **482.045** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | | | | | | | | | |
| **BRB-BANCO DE BRASÍLIA S.A.** | | | | | | | | | |
| **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido** | | | | | | | | | |
| **Em 31.12.2020 e 31.12.2019** | | | | | | | | | |
| (em milhares de Reais) | | | | | | | | | |
|  | **CAPITAL REALIZADO** | **RESERVA LEGAL** | **OUTRAS RESERVAS DE LUCRO** | **LUCROS (PREJUÍZOS ACUMULADOS)** | **AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL** | | **CONTROLADORES** | **NÃO CONTROLADORES** | **TOTAL** |
| **PRÓPRIOS** | **CONTROLADAS** |
| **Saldos em 31.12.2018** | **900.000** | **127.073** | **561.522** | **-** | **(223.505)** | **4** | **1.365.094** | **151.211** | **1.516.305** |
| Ajustes de títulos e valores mobiliários | - | - | - | - | 4.676 | (2) | 4.674 | - | 4.674 |
| Ajustes de passivo atuarial | - | - | - | - | 58.535 | - | 58.535 | - | 58.535 |
| Lucro líquido | - | - | - | 418.836 | - | - | 418.836 | 31.379 | 450.215 |
| Destinações: |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Reserva legal | - | 20.942 | - | (20.942) | - | - | - | - | - |
| Reserva para margem operacional | - | - | 238.736 | (238.736) | - | - | - | - | - |
| Dividendo adicional proposto | - | - | 58.315 | (58.315) | - | - | - | - | - |
| Dividendos/JCP distribuídos | - | - | (8.971) | (100.843) | - | - | (109.814) | (19.520) | (129.334) |
| **Saldos em 31.12.2019** | **900.000** | **148.015** | **849.602** | **-** | **(160.294)** | **2** | **1.737.325** | **163.070** | **1.900.395** |
| **Mutações no período** | **-** | **20.942** | **288.080** | **-** | **63.211** | **(2)** | **372.231** | **11.859** | **384.090** |
| **Saldos em 31.12.2019** | **900.000** | **148.015** | **849.602** | **-** | **(160.296)** | **4** | **1.737.325** | **163.070** | **1.900.395** |
| Aumento de Capital | 400.000 | - | (400.000) | - | - | - | - | - | - |
| Ajustes de títulos e valores mobiliários | - | - | - | - | (9.257) | (3) | (9.260) | - | (9.260) |
| Ajustes de passivo atuarial | - | - | - | - | (34.425) | - | (34.425) | - | (34.425) |
| Dividendo adicional proposto | - | - | (58.314) | - | - | - | (58.314) | - | (58.314) |
| Lucro líquido | - | - | - | 449.599 | - | - | 449.599 | 37.055 | 486.654 |
| Destinações: |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Reserva legal | - | 22.480 | - | (22.480) | - | - | - | - | - |
| Reserva para margem operacional | - | - | 320.130 | (320.130) | - | - | - | - | - |
| Juros sobre capital próprio pago antecipadamente | - | - | - | (90.025) | - | - | (90.025) | - | (90.025) |
| Dividendos distribuídos | - | - | - | (16.964) | - | - | (16.964) | (27.646) | (44.610) |
| **Saldos em 31.12.2020** | **1.300.000** | **170.495** | **711.418** | **-** | **(203.978)** | **1** | **1.977.936** | **172.479** | **2.150.415** |
| **Mutações no período** | **-** | **22.480** | **(138.184)** | **-** | **(43.682)** | **(3)** | **240.611** | **9.409** | **250.020** |
| **Saldos em 30.06.2020** | **900.000** | **158.017** | **933.743** | **-** | **(131.511)** | **3** | **1.860.252** | **181.762** | **2.042.014** |
| Aumento de Capital | 400.000 | - | (400.000) | - | - | - | - | - | - |
| Ajustes de títulos e valores mobiliários | - | - | - | - | (11.942) | (2) | (11.944) | - | (11.944) |
| Ajustes de passivo atuarial | - | - | - | - | (60.525) | - | (60.525) | - | (60.525) |
| Dividendo adicional proposto | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Lucro líquido | - | - | - | 249.552 | - | - | 249.552 | 18.363 | 267.915 |
| Destinações: |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Reserva legal | - | 12.478 | - | (12.478) | - | - | - | - | - |
| Reserva para margem operacional | - | - | 177.675 | (177.675) | - | - | - | - | - |
| Juros sobre capital próprio pago antecipadamente | - | - | - | (42.435) | - | - | (42.435) | - | (42.435) |
| Dividendos distribuídos | - | - | - | (16.964) | - | - | (16.964) | (27.646) | (44.610) |
| **Saldos em 31.12.2020** | **1.300.000** | **170.495** | **711.418** | **-** | **(203.978)** | **1** | **1.977.936** | **172.479** | **2.150.415** |
| **Mutações no período** | **-** | **12.478** | **(222.325)** | **-** | **(72.467)** | **(2)** | **117.684** | **(9.283)** | **108.401** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Demonstração dos Fluxos de Caixa

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **BRB - Banco de Brasília S.A.** | | | | | |
| **Demonstração dos Fluxos de Caixa** | | | | | |
| **Em 31.12.2020 e 31.12.2019** | | | | | |
| (em milhares de Reais) | | | | | |
|  | **Nota** | **BRB-MÚLTIPLO** | | **BRB-CONSOLIDADO** | |
| **31.12.2020** | **31.12.2019** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| **ATIVIDADES OPERACIONAIS** |  |  |  |  |  |
| **LUCRO LÍQUIDO ANTES DOS IMPOSTOS** |  | **639.824** | **569.151** | **808.848** | **708.971** |
| Depreciações e amortizações | 26C | 84.048 | 59.815 | 89.472 | 64.524 |
| Provisão para perda esperada associada ao risco de crédito | 9e | 165.167 | 83.737 | 232.478 | 136.640 |
| Provisões |  | (2.797) | (4.187) | 12.290 | 16.749 |
| Despesa com atualizações | 22 | 16.928 | 26.257 | 18.114 | 26.906 |
| Provisão para perdas/desvalorizações | 12 | (1.905) | (16.837) | (1.814) | (16.760) |
| Resultados participação em controladas | 15 | (169.270) | (144.288) | 1.173 | (38) |
| Outros ajustes |  | - | 87 | - | 87 |
| **LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO** |  | **731.995** | **573.735** | **1.160.561** | **937.079** |
| **VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS** |  | **2.550.648** | **(355.968)** | **1.743.152** | **(764.823)** |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez |  | (160.386) | 230.926 | (160.386) | 230.926 |
| Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil |  | (153.309) | (5.928) | (153.309) | (5.928) |
| Títulos e valores mobiliários para negociação e derivativos |  | - | - | (11.965) | (6.799) |
| Operações de crédito |  | (4.613.350) | (1.773.564) | (5.185.511) | (1.997.471) |
| Transações de arranjo de pagamento |  | - | - | (160.272) | (188.839) |
| Créditos tributários diferidos |  | 23.423 | 27.074 | 23.423 | 18.505 |
| Outros instrumentos financeiros |  | 4.490 | (100) | 611 | (100) |
| Relações interfinanceiras e interdependências |  | (16.663) | 1.549 | 118.111 | 109.196 |
| Outros valores e bens |  | (4.330) | (347) | (5.339) | 248 |
| Outros créditos |  | (72.104) | (28.438) | (82.699) | (69.956) |
| Depósitos |  | 4.977.019 | 1.211.443 | 5.015.921 | 1.207.959 |
| Captações no mercado aberto |  | 112 | 28.093 | (5.343) | 14.859 |
| Outros passivos financeiros |  | 2.492.199 | (46.496) | 2.492.199 | (44.509) |
| Outras obrigações |  | 184.935 | 82.976 | 102.039 | 151.921 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social pagos |  | (111.388) | (83.156) | (244.328) | (184.835) |
| **CAIXA LÍQUIDO ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS** |  | **3.282.643** | **217.767** | **2.903.713** | **172.256** |
| **ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS** |  |  |  |  |  |
| Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda |  | (490.355) | (297.273) | (493.038) | (291.449) |
| Títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento |  | 171.200 | (6.254) | 186.878 | (7.086) |
| Alienação de bens não de uso próprio |  | 37.073 | 33.016 | 37.073 | 33.016 |
| Alienação de imobilizado de uso |  | 2.130 | (13.721) | 2.376 | (17.174) |
| Alienação de investimentos |  | - | 2.100 | - | 2.210 |
| Alienação do Intangível |  | - | 141 | - | 141 |
| Ajuste de avaliação de títulos e valores mobiliários |  | 2 | 2 | - | - |
| Juros sobre capital próprio/dividendos recebidos |  | 101.049 | 37.044 | - | - |
| Aquisições de bens não de uso próprio |  | (40.568) | (53.133) | (40.568) | (53.133) |
| Aquisições em investimentos |  | (1) | (6.787) | - | (11) |
| Aquisições em imobilizado de uso |  | (34.543) | 915 | (36.324) | 920 |
| Aquisições do intangível |  | (129.502) | (27.422) | (130.249) | (28.535) |
| **CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS** |  | **(383.515)** | **(331.372)** | **(473.852)** | **(361.101)** |
| **ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS** |  |  |  |  |  |
| Dívidas subordinadas e instrumentos de dívida elegíveis a capital |  | 144.532 | (44.582) | 144.532 | (44.582) |
| Juros sobre capital próprio/dividendos pagos |  | (165.303) | (109.814) | (165.303) | (109.814) |
| Participação dos acionistas não controladores |  | - | - | 1.405 | 11.859 |
| **CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS** |  | **(20.771)** | **(154.396)** | **(19.366)** | **(142.537)** |
| **AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA** |  | 2.878.357 | (268.001) | 2.410.495 | (331.382) |
|  |  |  |  |  |  |
| **MODIFICAÇÕES NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA** |  |  |  |  |  |
| Início do período | 5 | 1.689.864 | 1.957.865 | 562.635 | 894.017 |
| Fim do período | 5 | 4.568.221 | 1.689.864 | 2.973.130 | 562.635 |
| **AUMENTO LÍQUIDO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA** |  | **2.878.357** | **(268.001)** | **2.410.495** | **(331.382)** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Demonstração do Valor Adicionado

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **BRB - Banco de Brasília S.A.** | | | | | | | | | | | | |
| **Demonstração do Valor Adicionado** | | | | | | | | | | | | |
| **Em 31.12.2020 e 31.12.2019** | | | | | | | | | | | | |
| (em milhares de Reais) | | | | | | | | | | | | |
|  | **BRB-MÚLTIPLO** | | | | | |  | **BRB-CONSOLIDADO** | | | | |
| **2º Semestre** | **%** | **31.12.2020** | **%** | **31.12.2019** | **%** | **2º Semestre** | **%** | **31.12.2020** | **%** | **31.12.2019** | **%** |
| **APURAÇÃO DO VALOR ADICIONADO** | **838.125** |  | **1.534.096** | **-** | **1.430.296** | **-** | **1.097.153** |  | **2.053.293** | **-** | **1.858.003** | **-** |
| Receitas da intermediação financeira | 1.291.493 |  | 2.399.120 |  | 2.330.395 |  | 1.515.353 |  | 2.823.023 |  | 2.677.938 |  |
| Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias | 118.598 |  | 230.666 |  | 186.938 |  | 270.258 |  | 537.029 |  | 421.807 |  |
| Provisão para créditos liquidação duvidosa | (105.686) |  | (165.167) |  | (83.737) |  | (139.115) |  | (232.478) |  | (142.321) |  |
| Outras receitas/despesas operacionais | (153.065) |  | (282.278) |  | (174.237) |  | (243.464) |  | (440.903) |  | (299.985) |  |
| Resultado não operacional | 3.745 |  | 607 |  | (2.888) |  | 3.751 |  | 559 |  | (2.898) |  |
| Despesas da intermediação financeira | (202.831) |  | (429.016) |  | (615.755) |  | (198.907) |  | (416.442) |  | (588.104) |  |
| Materiais, energia e outros | (11.527) |  | (24.519) |  | (25.964) |  | (14.226) |  | (30.432) |  | (30.606) |  |
| Serviços de terceiros | (102.602) |  | (195.317) |  | (184.456) |  | (96.497) |  | (187.063) |  | (177.828) |  |
| **VALOR ADICIONADO** | **838.125** |  | **1.534.096** |  | **1.430.296** |  | **1.097.153** |  | **2.053.293** |  | **1.858.003** | **-** |
| Resultado de participações em coligadas, controladas e *joint venture* | 83.500 |  | 169.270 |  | 144.288 |  | 59 |  | (1.172) |  | (37) |  |
| **VALOR ADICIONADO BRUTO** | **921.625** |  | **1.703.366** |  | **1.574.584** |  | **1.097.212** |  | **2.052.121** |  | **1.857.966** | **-** |
| Despesas de amortização/depreciação | (47.925) |  | (84.074) |  | (59.815) |  | (50.798) |  | (89.497) |  | (64.525) |  |
| Participação de não controladores | - |  | - |  | - |  | (18.362) |  | (37.055) |  | (31.380) |  |
| **VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR** | **873.700** |  | **1.619.292** |  | **1.514.769** |  | **1.028.052** |  | **1.925.569** |  | **1.762.061** |  |
| **DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO** |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Remuneração do trabalho (pessoal)** | **386.555** | **43** | **770.283** | **47** | **767.299** | **50** | **440.522** | **43** | **874.803** | **45** | **848.715** | **48** |
| Salários e honorários | 253.173 |  | 504.430 |  | 503.753 |  | 284.801 |  | 565.142 |  | 553.392 |  |
| Benefícios, encargos sociais e treinamento | 95.319 |  | 197.817 |  | 196.387 |  | 114.428 |  | 234.433 |  | 221.402 |  |
| Participações no lucro | 38.063 |  | 68.036 |  | 67.159 |  | 41.293 |  | 75.228 |  | 73.921 |  |
| **Remuneração do governo** | **217.942** | **26** | **371.673** | **23** | **312.379** | **21** | **316.444** | **31** | **570.154** | **30** | **475.666** | **27** |
| INSS sobre salários | 67.105 |  | 132.554 |  | 129.838 |  | 74.085 |  | 146.344 |  | 140.057 |  |
| Despesas tributárias | 64.664 |  | 116.931 |  | 99.385 |  | 94.756 |  | 176.704 |  | 150.775 |  |
| Imposto de Renda/Contribuição Social | 86.173 |  | 122.188 |  | 83.156 |  | 147.603 |  | 247.106 |  | 184.834 |  |
| **Remuneração de terceiros** | **19.651** | **2** | **27.737** | **3** | **16.255** | **1** | **21.534** | **2** | **31.013** | **2** | **18.844** | **1** |
| Aluguéis | 19.651 |  | 27.737 |  | 16.255 |  | 21.534 |  | 31.013 |  | 18.844 |  |
| **Remuneração dos acionistas** | **249.552** | **29** | **449.599** | **27** | **418.836** | **28** | **249.552** | **24** | **449.599** | **23** | **418.836** | **24** |
| Lucro retido | 249.552 |  | 449.599 |  | 418.836 |  | 249.552 |  | 449.599 |  | 418.836 |  |
| **VALOR DISTRIBUÍDO** | **873.700** | **100** | **1.619.292** | **100** | **1.514.769** | **100** | **1.028.052** | **100** | **1.925.569** | **100** | **1.762.061** | **100** |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

# Nota 1 - Contexto operacional

O BRB - Banco de Brasília S.A. (BRB ou Banco) é uma instituição financeira sociedade de economia mista e de capital aberto, com sede no Centro Empresarial CNC Setor de Autarquias Norte, Quadra 5 Lote C, Bloco C em Brasília – DF. Controlada pelo Governo do Distrito Federal, organizada sob a forma de banco múltiplo e autorizada a operar com as carteiras comercial, de câmbio, de desenvolvimento, de *leasing* e de crédito imobiliário. Por meio de suas controladas, atua também nos segmentos de crédito, financiamento e investimento, distribuição de títulos e valores mobiliários e administração de fundos, cartões de crédito, corretagem de seguros e prestação de serviços. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas do Conglomerado BRB, atuando no mercado de modo integrado.

# Nota 2 - Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Conforme divulgado em Fato Relevante, no dia 29.01.2019 foi deflagrada a operação *Circus Maximus*, na qual o Ministério Público Federal apura suposto esquema de pagamento de propinas a ex-diretores do BRB. Tal operação teve como objetivo a apuração de irregularidades em fundos de investimentos ocorridas em empresas que compõem o conglomerado BRB. Dentre os denunciados, foram incluídos antigos gestores do BRB – Banco de Brasília e de suas empresas, o que justificou a necessidade de instauração de investigação forense sobre operações realizadas entre janeiro de 2013 e janeiro de 2019, envolvendo as seguintes empresas do conglomerado: BRB – Banco de Brasília, BRB-DTVM, Financeira BRB, Corretora Seguros BRB, BRBCard e BRB Serviços.

De acordo com a Denúncia, há indícios de pagamento de propinas que justificaram os investimentos em, pelo menos, dois empreendimentos: o FIP LSH (relacionado ao antigo *Trump* Hotel, na Barra da Tijuca) e o FII SIA Corporate (relacionado ao empreendimento Praça Capital, desenvolvido pela Odebrecht Realizações e pela Brasal Incorporações).

A nova Administração, ao tomar conhecimento dos fatos, imediatamente adotou providências, no sentido de auxiliar as autoridades e minimizar os impactos sobre o BRB, quais sejam: destituição de todos os diretores presos; suspensão de contratos de trabalho de ex-diretores funcionários; fornecimento de informações/documentos a órgãos externos; providências para criação de Corregedoria; habilitação como Assistente de Acusação do Ministério Público Federal na ação penal e acompanhamento dos processos relacionados à operação; além de adoção de programa de integridade que consiste na adoção de medidas de fortalecimento da governança e de *compliance*, tais como gestão, controle, auditoria e transparência das informações.

Considerando os acontecimentos, o Presidente do BRB instituiu a Comissão de Investigação Forense - CIF, constituída por um membro independente do Conselho de Administração, um representante da Procuradoria-Geral do DF e um representante da Presidência. A finalidade da Comissão foi supervisionar e acompanhar os trabalhos da *PricewaterhouseCoopers* (PwC), contratada para realização de auditoria forense no âmbito das empresas citadas acima. A investigação foi concluída em 20 de dezembro de 2019 e não houve ajustes a serem realizados nos saldos contábeis.

Encontra-se em curso no BRB uma investigação interna para apuração de fatos envolvidos na Operação Chorume, deflagrada pela Policia Federal e Ministério Público Federal em São Paulo, acerca de operações de câmbio realizadas pela agência 023 do BRB naquela capital, nos anos de 2013 e 2014.

Para realização dos trabalhos, foi contratada a empresa Alvarez e Marsal por meio do competente processo licitatório. A empresa é responsável por conduzir os trabalhos de investigação, sob a supervisão de Comissão de Investigação Preliminar – CIP constituída por meio de Portaria.

Iniciado em setembro de 2020, o cronograma previsto no Plano de Investigação tem previsão de conclusão em fevereiro de 2021, cujos trabalhos de validação das etapas de investigação realizadas até o presente momento (*shadow*) encontram-se em andamento pela EY.

Até o presente momento não foram identificados novos fatos que possam impactar nos resultados do BRB.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e levam em consideração as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações (n.º 6.404/1976, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009), Lei do Sistema Financeiro Nacional (n.º 4.595/1964) e normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Banco Central do Brasil - Bacen e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, quando aplicável. Com intuito de reduzir gradualmente a assimetria da divulgação das demonstrações financeiras entre o padrão contábil previsto no Cosif em relação aos padrões internacionais (IFRS), o Banco Central através da da Resolução BCB n° 2/2020 estabeleceu as diretrizes que passaram ser aplicadas a partir de 01.01.2021, de maneira prospectiva. Com as alterações advindas da Resolução BCB nº 2/2020 estão apresentadas as informações dos resultados recorrentes e não recorrentes.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do BRB evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para perda associada ao risco de crédito, realização de créditos tributários, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros, passivos relacionados a benefícios pós-emprego e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas consolidadas, ou seja, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, despesas, bem como os lucros não realizados, líquido dos efeitos tributários. As participações dos não controladores no patrimônio líquido e no resultado das controladas foram destacadas nas demonstrações financeiras.

Destacamos as principais sociedades e fundo de investimento, com participação direta e indireta, incluídas nas demonstrações financeiras do Conglomerado:

| **Entidades consolidadas** | **Componentes** | **Participação** |
| --- | --- | --- |
| BRB – Banco de Brasília S.A. | Controlador | - |
| BRB – Crédito, Financiamento e Investimento S.A. | Controlada direta | 100% |
| BRB – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. | Controlada direta | 99% |
| Cartão BRB S.A. | Controlada direta | 69,74% |
| BRB – Administradora e Corretora de Seguros S.A. | Controlada indireta | 69,74% |
| BRB – Serviços S.A. | Controlada indireta | 69,74% |
| BSB – Participações S.A. | Controlada indireta | 69,74% |
| BRB – Fundo de Investimento em Renda Fixa Crédito Privado BRB Corporativo (1) | Fundo de investimento investidor qualificado | 69,74% |

(1) conforme estabelecido pelo Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas, no item “Controle”.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, foram emitidos pronunciamentos técnicos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os quais têm sido adotados pelas instituições financeiras após sua aprovação pelo CMN/Bacen. Os pronunciamentos do CPC que já foram aprovados pelo Bacen são:

* CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - Resolução CMN n.º 4.144/2012;
* CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - Resolução CMN n.º 3.566/2008;
* CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - Resolução CMN n.º 4.524/2016;
* CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa - Resolução CMN n.º 3.604/2008;
* CPC 04 (R1) - Ativo Intangível – Resolução CMN n.º 4.534/2016;
* CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - Resolução CMN n.º 4.636/2018;
* CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações - Resolução CMN n.º 3.989/2011;
* CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - Resolução CMN n.º 4.007/2011;
* CPC 24 - Eventos subsequentes - Resolução CMN n.º 3.973/2011;
* CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - Resolução CMN n.º 3.823/2009;
* CPC 27 - Ativo Imobilizado – Resolução CMN n.º 4.535/2016;
* CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados - Resolução CMN n.º 4.424/2015;
* CPC 41 - Resultado por Ação – Resolução CMN n.º 3.959/2019;
* CPC 46 - Mensuração do valor justo - Resolução CMN n.º 4.748/2019.

As demonstrações financeiras estão em conformidade com o disposto na Resolução BCB nº 2/2020.

As presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 11 de fevereiro de 2021.

# Nota 3 - Principais práticas contábeis

Não houve alteração nas práticas e políticas contábeis adotadas pelo Banco para a data-base de 31 de dezembro de 2020.

1. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

A classificação em circulante e não circulante obedece à legislação vigente. Os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente de suas datas de vencimentos. Os créditos tributários, independentemente de sua expectativa de realização, são classificados no ativo não circulante.

A segregação em circulante e não circulante do Balanço Patrimonial está apresentada na Nota 4.

1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação, expressa em milhares de reais, exceto quando expressamente indicado.

1. Mensuração a valor presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por passivos contingentes e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob controle do Banco, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

1. Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos de disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e as aplicações em depósitos interfinanceiros cujo prazo de contratação seja inferior a 90 dias, com risco insignificante de mudança de realização, que são gerenciados pelo BRB para cumprimento de seus compromissos de curto prazo.

1. Instrumentos financeiros

I - Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são compostas por operações compromissadas e depósitos interfinanceiros. Quando pós-fixadas as operações são avaliadas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Aquelas com encargos prefixados estão registradas a valor presente, calculados *pro rata die* com base na variação da taxa de juros pactuada. As receitas destas operações estão classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

II - Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição, atualizado pelo indexador e/ou taxa de juros efetiva e apresentados no balanço patrimonial. Eles são classificados em três categorias distintas, conforme Circular Bacen n.º 3.068/2001:

- títulos para negociação: são adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo ajustados em contrapartida ao resultado do período. Esses títulos são ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

- títulos disponíveis para venda: são adquiridos sem o propósito de negociação ativa e frequente embora possam vir a serem negociados. Estes títulos são ajustados ao valor de mercado em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, são reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado;

- títulos mantidos até o vencimento: são aqueles para os quais a administração demonstra a intenção e a capacidade financeira para manutenção em carteira até o vencimento. Os papéis mantidos até o vencimento são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos em contrapartida ao resultado do período.

No caso dos títulos disponíveis para venda e dos mantidos até o vencimento, as oscilações no valor de mercado para patamares abaixo do custo atualizado, devido a razões consideradas não temporárias e que não sejam prováveis de serem recuperadas, são refletidas no resultado como perdas realizadas.

O valor de mercado para a carteira de títulos e valores mobiliários é apurado da seguinte forma:

- os produtos avaliados pelo valor de mercado que não possuem cotação em mercado ativo, são avaliados pelo método de fluxo de caixa descontado a valor presente;

- para os títulos públicos federais que possuem negociação ativa no mercado (LTN, LFT, NTN) é usada a taxa indicativa publicada na Anbima. Para os demais, usa-se a taxa CDI de um dia, disponível na B3;

- na falta da taxa devida para o vencimento procura-se a de um ativo semelhante em prazo e remuneração;

- esgotando-se as possibilidades, é realizada pesquisa junto às corretoras atuantes no mercado.

III - Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

IV - Operações de crédito

As operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito são demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos da fluência dos prazos contratuais, e classificadas de acordo com parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, em escala crescente de risco de AA a H, bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal, conforme abaixo:

| **Período de atraso** | **Classificação das operações** | **Percentual mínimo de provisionamento** |
| --- | --- | --- |
| de 15 a 30 dias | B | 1% |
| de 31 a 60 dias | C | 3% |
| de 61 a 90 dias | D | 10% |
| de 91 a 120 dias | E | 30% |
| de 121 a 150 dias | F | 50% |
| de 151 a 180 dias | G | 70% |
| superior a 180 dias | H | 100% |

Para as operações com prazos superiores a 36 meses é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

A atualização *(accrual*) das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações de créditos classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 6 meses, quando são baixadas contra a provisão existente e controladas por cinco anos em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa de operação de crédito ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de níveis de risco, poderá ocorrer a reclassificação de operação para categoria de menor risco.

As operações que se enquadrem nos requisitos da Resolução n.° 4.803/2020 emitida pelo CMN estão sendo mantidas no mesmo nível em que estavam classificadas em 29 de fevereiro de 2020.

A provisão para perda esperada associada ao risco de crédito é constituída em montante julgado suficiente para a cobertura dos riscos de créditos a receber. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera os riscos específicos e globais com relação às operações, aos clientes e às garantias das operações.

Com base na Resolução CMN n.º 2.682/1999, artigo 3º, admite-se excepcionalmente classificação diversa para as operações da carteira.

A Administração entende que a provisão para perda esperada associada ao risco de crédito atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

1. Bens não de uso próprio

Composta por bens não destinados a uso e compreende os imóveis disponíveis para venda e os imóveis próprios desativados e recebidos em dação de pagamento, os quais são avaliados pelo custo de aquisição ou pelo valor de mercado, se este for menor, menos os custos de venda. A provisão é constituída quando o valor de mercado menos os custos de venda é inferior ao custo de aquisição, conforme apontado por laudo de avaliação.

1. Investimentos em controladas

Os investimentos em sociedades controladas foram avaliados pelo método da equivalência patrimonial, conforme artigo 248 da Lei n.º 6.404/1976.

1. Outros investimentos

Os demais investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, retificados por provisões para perdas, quando aplicável.

1. Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade.

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear pelo prazo de vida útil do ativo.

1. Intangível

O ativo satisfaz o critério de identificação de um ativo intangível, de acordo com a Resolução CMN n.º 4.534/2016, quando for: separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido; transferido ou licenciado; alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade, ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente.

1. Redução do valor recuperável de ativos – *Impairment*

É reconhecida uma perda por imparidade se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que geram entradas de caixa, que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou de grupos de ativos. Perdas por imparidade são reconhecidas no resultado do período.

Anualmente, sempre na mesma época, o Banco avalia se há indicativo de desvalorização de um ativo. Se houver evidência de perda o valor recuperável do ativo é estimado e comparado com o valor contábil. O valor recuperável refere-se ao maior entre o valor justo menos custos de venda e o seu valor em uso.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida ou que ainda não estejam em uso tem seu valor recuperável testado anualmente, independente de apresentarem indício de desvalorização. As perdas por imparidade são reconhecidas no resultado do período. As premissas de análise são definidas de acordo com cada classe de ativos.

1. Passivos financeiros

- Depósitos e captações no mercado aberto

Os depósitos interfinanceiros são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balancete, reconhecidos em base *pro-rata die*.

1. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

A segregação em circulante e não circulante do Balanço Patrimonial está apresentada na Nota 4.

1. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN n.º 3.823/2009, e consideram premissas definidas pela Administração e seus assessores legais, respeitando os seguintes conceitos:

- Ativos contingentes: trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações financeiras apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível;

- Passivos contingentes: decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e/ou previdenciária e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, são divulgadas em notas explicativas e sem constituição de provisões; e remotas, que não requerem provisão ou divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. Imposto de Renda, Contribuição Social (ativo e passivo), PIS, Cofins e ISS

Calculados às alíquotas a seguir demonstradas, que incidem sobre as respectivas bases de cálculo, conforme legislação vigente de cada tributo.

| Tributo | **Alíquota** |
| --- | --- |
| Imposto de Renda (IR) | 15,00% |
| Adicional de Imposto de Renda (IR) | 10,00% |
| Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (1) | 9,00%/15,00%/20,00% |
| PIS (2) | 0,65% |
| Cofins (2) | 4,00% |
| ISS | Até 5,00% |

(1) alíquota aplicada às empresas financeiras é de 15%, exceto para o Banco, que é de 20% - a partir de março de 2020. Para a corretora de seguros a alíquota de CSLL corresponde a 9%.

(2) para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS/Pasep é de 1,65% e da Cofins é de 7,6%.

São constituídos créditos tributários para:

- Diferenças temporárias - alíquota de 25% referente ao IRPJ e 9%, 15% ou 20% para a CSLL;

- Prejuízo fiscal de imposto de renda - alíquota de 25%;

- Base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido - alíquota de 9%, 15% ou 20%.

Os créditos tributários de diferenças temporárias são constituídos para as despesas apropriadas no exercício e ainda não dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social, mas cujas exclusões ou compensações futuras, para fins de apuração de lucro real, estão explicitamente estabelecidas ou autorizadas pela legislação tributária. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e avaliações da Administração, em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.059/2002 e alterações posteriores.

O efeito fiscal dos ganhos ou perdas não realizados com ativos financeiros é registrado no ativo/passivo fiscal diferido, referente ao Imposto de Renda (25%) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (9%, 15% ou 20%).

A Emenda Constitucional n.º 103/2019, estabeleceu a majoração da alíquota da CSLL de 15% para a 20% para os bancos de qualquer espécie, com vigência a partir de 1º de março de 2020. A Instrução Normativa RFB nº 1.942/2020, publicada no Diário Oficial em 28 de abril de 2020, disciplinou a aplicação da nova alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para os bancos, bem como estabeleceu os procedimentos para determinar o valor devido da CSLL, relativa ao período de apuração, com base no resultado ajustado do período em curso.

1. Patrimônio líquido

Capital social: as ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido, alocadas no capital social.

Reserva legal: 5% do lucro líquido é destinado para constituição de reserva legal, limitado à 20% do capital social.

Dividendos: será especificada a importância destinada ao pagamento de dividendos aos acionistas de 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, nos termos do artigo 202 da Lei n.º 6.404/1976. Por deliberação do Conselho de Administração, a Diretoria Colegiada autorizará o pagamento dos Dividendos e/ou Juros sobre Capital Próprio, podendo imputar o seu valor ao dividendo mínimo obrigatório, até o limite de 40%, em conformidade com a Política de Distribuição de Dividendos.

A Resolução Bacen n.° 4.885/2020 estabeleceu vedações as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas vedações são aplicáveis aos pagamentos e antecipações baseados nos resultados apurados, e/ou a serem realizados, da data de publicação da resolução até 31 de dezembro de 2020 e devem ser observadas independentemente da manutenção de recursos em montante superior ao Adicional de Capital Principal (ACP), de que tratam as Resoluções Bacen n.º 4.193/2013 e n.º 4.783/2020. São elas:

- pagar juros sobre o capital próprio e dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social;

- recomprar ações próprias (será permitia apenas se por meio de bolsas ou de mercado de balcão organizado, até o limite de 5% das ações emitidas, ali incluídas as ações contabilizadas em tesouraria na entrada em vigor da resolução;

- reduzir o capital social, salvo quando a redução:

a) for obrigatória, na forma da legislação de regência; ou

b) for aprovada pelo Banco Central do Brasil, visando a assegurar a solidez da instituição e a estabilidade e o regular funcionamento do Sistema Financeiro Nacional.

- aumentar a remuneração, fixa ou variável, inclusive sob a forma de antecipação, de diretores, administradores e membros do conselho de administração e do conselho fiscal.

Reserva para equalização de dividendos: será limitada a 20% do valor do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações, visando manter fluxo de remuneração aos acionistas, sendo formada com recursos:

- equivalentes a até 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404/1976;

- equivalentes a até 100% do montante de ajustes de exercícios anteriores, lançado a lucros acumulados;

- decorrentes do crédito correspondente às antecipações de dividendos.

Reserva para margem operacional: será constituída com a finalidade de garantir a margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da sociedade, constituída pela parcela de até 100% do saldo do lucro líquido, até o limite de 80% do capital social.

Ajustes de avaliação patrimonial:

- ajuste de títulos e valores mobiliários ao valor de mercado está representado pelos ajustes decorrentes dos efeitos da marcação a mercado dos títulos disponíveis para venda, líquido dos efeitos tributários, conforme requerido pela Circular Bacen n.º 3.068/2001.

- ganho ou perda atuarial de plano de benefício definido, líquido dos efeitos tributários, em consonância com a Resolução CMN n.º 4.424/2015.

1. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Conglomerado BRB correspondem às empresas do conglomerado, pessoal-chave da Administração, os órgãos, secretarias e entidades do Governo do Distrito Federal – GDF e entidades vinculadas ao funcionalismo do BRB.

O Banco possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco e de seus acionistas. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Conglomerado.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios, de acordo com o princípio da imparcialidade e comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

1. Resultados recorrentes e não recorrentes

A classificação em recorrente e não recorrente é apresentada de forma segregada e obedece à Resolução BCB n° 2/2020. Considera-se não recorrente o resultado que tenha ou não relação com as atividades típicas do banco e não tenha previsão para ocorrer com frequência.

1. Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade do Banco relacionados a complemento de aposentadoria e eventuais relacionados à assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução CMN n.º 4.424/2015, a qual aprova o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.

Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente na entidade patrocinadora. Sendo assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

O Banco reconhece os componentes de custo de benefício definido no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, em conformidade com a Deliberação CVM n.º 695/2012, sendo que:

- os custos dos serviços correntes e os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido são reconhecidos no resultado do período; e as remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido são reconhecidos em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

1. Demonstração do valor adicionado - DVA

O BRB elaborou a DVA individual e consolidada nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

1. Eventos subsequentes

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação pelos órgãos de Administração. São divididos em:

- Eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e

- Eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

# Nota 4 – Segregação do balanço em curto e longo prazo

| **ATIVO** | **Nota** | **BRB-MÚLTIPLO** | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **31.12.2020** | | **31.12.2019** | |
| **Circulante** | **Não Circulante** | **Circulante** | **Não Circulante** |
| **DISPONIBILIDADES** | **5** | **220.224** | **-** | **139.845** | **-** |
| **INSTRUMENTOS FINANCEIROS** |  | **9.197.635** | **13.028.258** | **4.730.675** | **9.586.250** |
| Aplicações Interfinanceiras | 6 | 4.488.217 | 30.231 | 1.560.084 | - |
| Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil | 7 | 666.944 | - | 513.635 | - |
| Títulos e Valores Mobiliários | 8 | 908.156 | 2.691.472 | 175.780 | 3.113.953 |
| Operações de Crédito | 9 | 3.082.226 | 10.306.001 | 2.424.601 | 6.471.736 |
| Transações de arranjo de pagamento | 9 | - | - | - | - |
| Outros instrumentos financeiros | 10 | 52.092 | 554 | 56.575 | 561 |
| **PROVISÃO PARA PERDA ESPERADA ASSOCIADA AO RISCO DE CRÉDITO** | **9** | **(134.798)** | **(269.221)** | **(98.538)** | **(209.641)** |
| Operações de Crédito |  | (134.798) | (215.925) | (97.375) | (209.641) |
| Transações de arranjo de pagamento |  | - | - | - | - |
| Outros Créditos |  | - | (53.296) | (1.163) | - |
| **OUTROS ATIVOS** |  | **400.314** | **935.193** | **323.018** | **845.857** |
| Relações interfinanceiras e interdependências | 11 | 62.373 | 104.085 | 33.563 | 100.232 |
| Outros Valores e Bens | 12 | 142.501 | - | 131.806 | 964 |
| Outros Créditos | 13 | 195.440 | 830.675 | 157.649 | 744.229 |
| Outros investimentos | 14 | - | 433 | - | 432 |
| **PROVISÃO PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS** | **14** | **-** | **(149)** | **-** | **(148)** |
| **CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS** | **25b** | **-** | **423.961** | **-** | **461.322** |
| **INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS** | **15** | **-** | **707.501** | **-** | **639.282** |
| **IMOBILIZADO DE USO** | **16** | **-** | **207.944** | **-** | **179.106** |
| **INTANGÍVEL** | **17** | **-** | **320.736** | **-** | **249.766** |
| **DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO** |  | **-** | **(278.922)** | **-** | **(256.981)** |
| Imobilizado | 16 | - | (138.000) | - | (127.612) |
| Intangível | 17 | - | (140.922) | - | (129.369) |
| **TOTAL DO ATIVO** |  | **9.710.752** | **15.075.301** | **5.095.000** | **11.494.813** |

| **PASSIVO** | **Nota** | **BRB-MÚLTIPLO** | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **31.12.2020** | | **31.12.2019** | |
| **Circulante** | **Não Circulante** | **Circulante** | **Não Circulante** |
| **CIRCULANTE** |  | **14.843.130** | **7.964.987** | **8.365.560** | **6.486.928** |
| **INSTRUMENTOS FINANCEIROS** |  | **13.756.390** | **7.255.034** | **7.960.704** | **5.436.858** |
| Depósitos | 18 | 10.356.696 | 6.722.521 | 7.436.381 | 4.665.817 |
| Captação no Mercado Aberto | 19 | 340.857 | - | 340.745 | - |
| Dívidas Subordinadas | 20 | 511.638 | 254.555 | 39.140 | 582.521 |
| Outros Passivos Financeiros | 21 | 2.547.199 | 277.958 | 144.438 | 188.520 |
| **OUTRAS OBRIGAÇÕES** | **23** | **585.485** | **108.347** | **344.413** | **79.243** |
| Relações interfinanceiras e interdependências |  | 17.488 | - | 1.488 |  |
| Outras |  | 567.997 | 108.347 | 342.925 | 79.243 |
| **PASSIVO ATUARIAL** | **31** | **434.824** | **-** | **5.849** | **400.500** |
| **PROVISÕES** | **22** | **66.431** | **554.537** | **54.594** | **520.122** |
| **OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDAS** | **25** | **-** | **47.069** | **-** | **50.205** |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | **24** | **-** | **1.977.936** | **-** | **1.737.325** |
| Capital |  | - | 1.300.000 | - | 900.000 |
| Reservas de lucros |  | - | 881.913 | - | 997.617 |
| Outros resultados abrangentes |  | - | (203.977) | - | (160.292) |
| **PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES** |  | **-** | **-** | **-** | **163.070** |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO ADMINISTRADO PELA CONTROLADORA** |  | **-** | **1.977.936** | **-** | **1.737.325** |
| **TOTAL DO PASSIVO** |  | **14.843.130** | **9.942.923** | **8.365.560** | **8.224.253** |

| **ATIVO** | **Nota** | **BRB-CONSOLIDADO** | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **31.12.2020** | | **31.12.2019** | |
| **Circulante** | **Não Circulante** | **Circulante** | **Não Circulante** |
| **DISPONIBILIDADES** | **5** | **220.744** | **-** | **140.248** | **-** |
| **INSTRUMENTOS FINANCEIROS** |  | **8.959.787** | **14.542.030** | **4.730.480** | **10.634.812** |
| Aplicações Interfinanceiras | 6 | 2.892.606 | 30.231 | 432.451 | - |
| Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil | 7 | 666.944 | - | 513.635 | - |
| Títulos e Valores Mobiliários | 8 | 1.024.263 | 2.691.634 | 276.646 | 3.122.573 |
| Operações de Crédito | 9 | 3.576.846 | 11.808.816 | 2.870.556 | 7.506.252 |
| Transações de arranjo de pagamento | 9 | 782.083 | 10.401 | 619.390 | 5.185 |
| Outros instrumentos financeiros | 10 | 17.045 | 948 | 17.802 | 802 |
| **PROVISÃO PARA PERDA ESPERADA ASSOCIADA AO RISCO DE CRÉDITO** | **9** | **(195.494)** | **(329.105)** | **(147.243)** | **(249.706)** |
| Operações de Crédito |  | (153.600) | (273.244) | (123.611) | (247.412) |
| Transações de arranjo de pagamento |  | (29.699) | (1.087) | (22.330) | (819) |
| Outros Créditos |  | (12.195) | (54.774) | (1.302) | (1.475) |
| **OUTROS ATIVOS** |  | **445.724** | **943.384** | **348.332** | **850.652** |
| Relações interfinanceiras e interdependências | 11 | 62.373 | 104.085 | 33.563 | 100.232 |
| Outros Valores e Bens | 12 | 144.758 | - | 133.147 | 963 |
| Outros Créditos | 13 | 238.593 | 836.666 | 181.622 | 746.746 |
| Outros investimentos | 14 | - | 2.633 | - | 2.711 |
| **PROVISÃO PARA REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS** | **14** | **-** | **(150)** | **-** | **(148)** |
| **CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS** | **25b** | **-** | **497.252** | **-** | **525.891** |
| **INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS** | **15** | **-** | **-** | **-** | **-** |
| **IMOBILIZADO DE USO** | **16** | **-** | **238.413** | **-** | **209.508** |
| **INTANGÍVEL** | **17** | **-** | **336.482** | **-** | **265.187** |
| **DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO** |  | **-** | **(312.022)** | **-** | **(286.818)** |
| Imobilizado | 16 | - | (158.981) | - | (146.793) |
| Intangível | 17 | - | (153.041) | - | (140.025) |
| **TOTAL DO ATIVO** |  | **9.458.138** | **15.916.284** | **5.071.817** | **11.949.378** |

| **PASSIVO** | **Nota** | **BRB-CONSOLIDADO** | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **31.12.2020** | | **31.12.2019** | |
| **Circulante** | **Não Circulante** | **Circulante** | **Não Circulante** |
| **CIRCULANTE** |  | **15.626.485** | **7.597.522** | **9.019.954** | **6.100.846** |
| **INSTRUMENTOS FINANCEIROS** |  | **13.735.228** | **6.862.028** | **7.920.139** | **5.029.808** |
| Depósitos | 18 | 10.358.565 | 6.329.515 | 7.413.392 | 4.258.767 |
| Captação no Mercado Aberto | 19 | 317.826 | - | 323.169 | - |
| Dívidas Subordinadas | 20 | 511.638 | 254.555 | 39.140 | 582.521 |
| Outros Passivos Financeiros | 21 | 2.547.199 | 277.958 | 144.438 | 188.520 |
| **OUTRAS OBRIGAÇÕES** | **23** | **1.389.624** | **125.587** | **1.035.772** | **94.156** |
| Relações interfinanceiras e interdependências |  | 644.897 | - | 494.123 | - |
| Outras |  | 744.727 | 125.587 | 541.649 | 94.156 |
| **PASSIVO ATUARIAL** | **31** | **434.824** | **-** | **5.849** | **400.500** |
| **PROVISÕES** | **22** | **66.809** | **562.138** | **58.194** | **526.175** |
| **OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDAS** | **25** | **-** | **47.769** | **-** | **50.207** |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | **24** | **-** | **1.977.936** | **-** | **1.737.325** |
| Capital |  | - | 1.300.000 | - | 900.000 |
| Reservas de lucros |  | - | 881.913 | - | 997.617 |
| Outros resultados abrangentes |  | - | (203.977) | - | (160.292) |
| **PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES** |  | **-** | **172.479** | **-** | **163.070** |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO ADMINISTRADO PELA CONTROLADORA** |  | **-** | **2.150.415** | **-** | **1.900.395** |
| **TOTAL DO PASSIVO** |  | **15.626.485** | **9.747.937** | **9.019.954** | **8.001.241** |

# 

# Nota 5 - Caixa e equivalente de caixa

|  | **BRB - Múltiplo** | | **BRB - Consolidado** | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **31.12.2020** | **31.12.2019** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| Disponibilidades | **220.224** | **139.845** | **220.744** | **140.248** |
| Equivalentes de caixa (1) | **4.347.997** | **1.550.019** | **2.752.386** | **422.387** |
| Aplicações em operações compromissadas | 2.750.756 | 419.986 | 2.750.756 | 419.986 |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | 1.595.696 | 1.129.598 | - | - |
| Aplicações em moedas estrangeiras | 1.545 | 435 | 1.630 | 2.401 |
| **Total** | **4.568.221** | **1.689.864** | **2.973.130** | **562.635** |

(1) refere-se às operações com vencimento de curto prazo cujo prazo de contratação é igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

# Nota 6 - Aplicações interfinanceiras de liquidez

1. Composição e prazos

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **BRB - Múltiplo** | | | | | | | |
|  | **Índice/ taxa** | **Até 30 dias** | **De 31 a 180 dias** | **De 181 a 360 dias** | **Acima de 1 ano** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| Aplicações em operações compromissadas |  | **2.750.756** | **-** | **-** | **-** | **2.750.756** | **419.986** |
| Letras financeiras do tesouro | SELIC | 1.435.759 | - | - | - | 1.435.759 | 94.990 |
| Letras do tesouro nacional | SELIC | 624.999 | - | - | - | 624.999 | - |
| Notas do tesouro nacional | SELIC | 689.998 | - | - | - | 689.998 | 324.996 |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros |  | **55.800** | **1.551.346** | **128.770** | **30.231** | **1.766.147** | **1.139.663** |
| CDI T Pós | PÓS | 55.800 | 1.539.896 | - | - | 1.595.696 | 1.129.598 |
| DIM Microfinanças | PRÉ | - | 11.450 | - | - | 11.450 | 10.065 |
| DIRP - Pronaf | PRÉ | - | - | 23.022 | 30.231 | 53.253 | - |
| DIRG - Pronamp | PRÉ | - | - | 105.748 | - | 105.748 | - |
| Aplicações em moedas estrangeiras |  | **1.545** | **-** | **-** | **-** | **1.545** | **435** |
| **Total em 31.12.2020** |  | **2.808.101** | **1.551.346** | **128.770** | **30.231** | **4.518.448** |  |
| **Total em 31.12.2019** |  | **425.521** | **1.134.563** | **-** | **-** | **-** | **1.560.084** |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **BRB - Consolidado** | | | | | | | |
|  | **Índice/ taxa** | **Até 30 dias** | **De 31 a 180 dias** | **De 181 a 360 dias** | **Acima de 1 ano** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| Aplicações em operações compromissadas |  | **2.750.756** | **-** | **-** | **-** | **2.750.756** | **419.986** |
| Letras financeiras do tesouro | SELIC | 1.435.759 | - | - | - | 1.435.759 | 94.990 |
| Letras do tesouro nacional | SELIC | 624.999 | - | - | - | 624.999 | - |
| Notas do tesouro nacional | SELIC | 689.998 | - | - | - | 689.998 | 324.996 |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros |  | **-** | **11.450** | **128.770** | **30.231** | **170.451** | **10.065** |
| DIM Microfinanças | PRÉ | - | 11.450 | - | - | 11.450 | 10.065 |
| DIRP - Pronaf | PRÉ | - | - | 23.022 | 30.231 | 53.253 | - |
| DIRG - Pronamp | PRÉ | - | - | 105.748 | - | 105.748 | - |
| Aplicações em moedas estrangeiras |  | **1.630** | **-** | **-** | **-** | **1.630** | **2.400** |
| **Total em 31.12.2020** |  | **2.752.386** | **11.450** | **128.770** | **30.231** | **2.922.837** |  |
| **Total em 31.12.2019** |  | **422.386** | **10.065** | 0 | 0 |  | **432.451** |

O BRB realiza operações no mercado interbancário (DI’s) com o propósito de cumprimento de exigibilidade atrelada a suas captações em depósito à vista e de poupança, sendo tais aplicações efetuadas normalmente com reciprocidade de aplicação pela contraparte, no mesmo montante aplicado pelo BRB, com acordo de compensação registrado na B3 para garantir eventual inadimplência, mitigando assim o risco de crédito e liquidez.

1. Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez

# 

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **BRB - Múltiplo** | | | **BRB - Consolidado** | | |
| **2º semestre** | **31.12.2020** | **31.12.2019** | **2º semestre** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| Rendas de aplicações em operações compromissadas | 15.677 | 20.919 | 54.252 | 15.677 | 20.918 | 54.252 |
| Posição bancada | 10.156 | 11.944 | 26.845 | 10.156 | 11.943 | 26.845 |
| Posição financiada | 5.521 | 8.975 | 27.407 | 5.521 | 8.975 | 27.407 |
| Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros | 17.271 | 39.866 | 79.621 | 993 | 1.158 | 10.060 |
| **Total** | **32.948** | **60.785** | **133.873** | **16.670** | **22.076** | **64.312** |

# 

# Nota 7 - Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil

Os depósitos no Bacen são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista.

a) Composição

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **BRB - Múltiplo e BRB - Consolidado** | | |
|  | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| Reservas compulsórias em espécie | 316.236 | 105.791 |
| Depósitos de poupança | 347.710 | 406.331 |
| Outros | 2.998 | 1.513 |
| **Total** | **666.944** | **513.635** |

b) Resultado de aplicações compulsórias

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **BRB - Múltiplo e BRB - Consolidado** | | | |
|  | **2° semestre** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| Vinculados ao Bacen | 4.391 | 11.161 | 17.376 |
| Vinculados ao SFH | 4.477 | 8.027 | 10.517 |
| **Total** | **8.868** | **19.188** | **27.893** |

# Nota 8 - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

1. Resumo

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **BRB - Múltiplo** | | | | |
|  | **31.12.2020** | | **31.12.2019** | |
| **Circulante** | **Não Circulante** | **Circulante** | **Não Circulante** |
| Títulos disponíveis para venda | 908.156 | 2.594.768 | 4.937 | 3.016.892 |
| Títulos mantidos até o vencimento | - | 96.704 | 170.843 | 97.061 |
| **Total** | **908.156** | **2.691.472** | **175.780** | **3.113.953** |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **BRB - Consolidado** | | | | |
|  | **31.12.2020** | | **31.12.2019** | |
| **Circulante** | **Não Circulante** | **Circulante** | **Não Circulante** |
| Títulos para negociação | 107.805 | - | 85.562 | - |
| Títulos disponíveis para venda | 916.224 | 2.594.770 | 4.937 | 3.024.744 |
| Títulos mantidos até o vencimento | 234 | 96.864 | 186.147 | 97.829 |
| **Total** | **1.024.263** | **2.691.634** | **276.646** | **3.122.573** |

1. Composição por carteira

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **BRB - Múltiplo** | | | | | | |
|  | **31.12.2020** | | | **31.12.2019** | | |
|  | **Custo corrigido** | **Ajuste ao valor de mercado** | **Valor** | **Custo corrigido** | **Ajuste ao valor de mercado** | **Valor** |
| **Contábil** | **Contábil** |
| Carteira própria | 3.344.639 | (11.627) | 3.333.012 | 2.564.906 | 4.717 | 2.569.623 |
| Carteira financiada | - | - | - | 306.154 | (10) | 306.144 |
| Vinculados ao Bacen | - | - | - | 156.842 | 71 | 156.913 |
| Vinculados a garantias | 267.463 | (847) | 266.616 | 256.995 | 58 | 257.053 |
| **Total** | **3.612.102** | **(12.474)** | **3.599.628** | **3.284.897** | **4.836** | **3.289.733** |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **BRB - Consolidado** | | | | | | |
|  | **31.12.2020** | | | **31.12.2019** | | |
|  | **Custo corrigido** | **Ajuste ao valor de mercado** | **Valor** | **Custo corrigido** | **Ajuste ao valor de mercado** | **Valor** |
| **Contábil** | **Contábil** |
| Carteira própria | 3.435.692 | (11.619) | 3.424.073 | 2.672.682 | 4.721 | 2.677.403 |
| Carteira financiada | - | - | - | 306.154 | (10) | 306.144 |
| Vinculados ao Bacen | - | - | - | 156.842 | 71 | 156.913 |
| Vinculados a garantias | 292.671 | (847) | 291.824 | 258.701 | 58 | 258.759 |
| **Total** | **3.728.363** | **(12.466)** | **3.715.897** | **3.394.379** | **4.840** | **3.399.219** |

1. Composição e prazos nos termos da Circular Bacen n.º 3.068/2001

| **BRB – Múltiplo** | | | | | | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **31.12.2020** | | | | | | | **31.12.2019** | | |
| **Valor contábil** | | | | **Total** | | | **Total** | | |
| **Vencimento em dias** | **Sem venc.** | **Até 6 meses** | **De 6 a 12 meses** | **Acima de 1 ano** | **Custo amortizado** | **Ajuste ao valor de mercado** | **Valor contábil** | **Custo amortizado** | **Ajuste ao valor de mercado** | **Valor contábil** |
| Títulos disponíveis para venda | 5.207 | 149.683 | 753.266 | 2.594.768 | 3.515.399 | (12.475) | 3.502.924 | 3.016.993 | 4.836 | 3.021.829 |
| Ações de Companhias Abertas | 5.207 | - | - | - | 10.811 | (5.604) | 5.207 | 10.811 | (5.874) | 4.937 |
| Fundo FII – Banrisul Novas Fronteiras | - | - | - | - | - | - | - | 7.931 | 3.613 | 11.544 |
| LFT - Letras Financeiras do Tesouro (1) | - | 147.531 | 674.896 | 2.418.555 | 3.247.005 | (6.023) | 3.240.982 | 2.714.951 | (99) | 2.714.852 |
| Letras Financeiras do Tesouro - Vinculada Garantia | - | 2.152 | - | 158.501 | 161.374 | (721) | 160.653 | - | - | - |
| Letras Financeiras do Tesouro - Tit Caucionado | - | - | 78.370 | 17.658 | 96.155 | (127) | 96.028 | - | - | - |
| LTN - Letras do Tesouro Nacional | - | - |  |  | - | - | - | 177.920 | 2.491 | 180.411 |
| NTN - Notas do Tesouro Nacional | - | - |  |  | - | - | - | 104.878 | 4.705 | 109.583 |
| Fundo FIR - Santos Virtual |  | - | - | 54 | 54 | - | 54 | 502 | - | 502 |
| Títulos mantidos até o vencimento | - | - | - | 96.704 | 96.704 | - | 96.704 | 267.904 | - | 267.904 |
| CDB | - | - | - | - | - | - | - | 3.627 | - | 3.627 |
| Fundo FIP - Criatec II | - | - | - | 5.668 | 5.668 | - | 5.668 | 4.988 | - | 4.988 |
| Fundo Funcine | - | - | - | 1.139 | 1.139 | - | 1.139 | 2.773 | - | 2.773 |
| NTN - Notas do Tesouro Nacional | - | - | - | 77.059 | 77.059 | - | 77.059 | 241.565 | - | 241.565 |
| CVS - Títulos Públicos Federais | - | - | - | 2.903 | 2.903 | - | 2.903 | 11.571 | - | 11.571 |
| MOP – Títulos Caucionados | - | - | - | 9.935 | 9.935 | - | 9.935 | 3.380 | - | 3.380 |
| **Total** | **5.207** | **149.683** | **753.266** | **2.691.472** | **3.612.103** | **(12.475)** | **3.599.628** | **3.284.897** | **4.836** | **3.289.733** |

1. Estão bloqueadas LFT’s referentes a cartas de fiança e CVS’s referentes a depósitos judiciais.

| **BRB – Consolidado** | | | | | | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **31.12.2020** | | | | | | | **31.12.2019** | | |
| **Valor contábil** | | | | **Total** | | | **Total** | | |
| **Vencimento em dias** | **Sem venc.** | **Até 6 meses** | **De 6 a 12 meses** | **Acima de 1 ano** | **Custo amortizado** | **Ajuste ao valor de mercado** | **Valor contábil** | **Custo amortizado** | **Ajuste ao valor de mercado** | **Valor contábil** |
| Títulos para negociação | 107.805 | - | - | - | 107.797 | 8 | 107.805 | 85.562 | - | 85.562 |
| Fundo FII – SIA Corporate | 2.194 | - | - | - | 2.194 | - | 2.194 | 2.522 | - | 2.522 |
| Fundo FI RF Longo Prazo | 79.524 | - | - | - | 79.524 | - | 79.524 | 78.047 | - | 78.047 |
| Fundo FIF Mais | - | - | - | - | - | - | - | 2.373 | - | 2.373 |
| Fundo Banco do Brasil | 25.208 | - | - | - | 25.208 | - | 25.208 | 1.706 | - | 1.706 |
| LFT - Letras Fin do Tesouro | 803 | - | - | - | 799 | 4 | 803 | 785 | - | 785 |
| Títulos de Capitalização | - | - | - | - | - | - | - | 68 | - | 68 |
| Fundo Banco da Amazônia | 76 | - | - | - | 72 | 4 | 76 | 61 | - | 61 |
| Títulos disponíveis para venda | 5.207 | 157.751 | 753.266 | 2.594.770 | 3.523.469 | (12.475) | 3.510.994 | 3.024.841 | 4.840 | 3.029.681 |
| Ações de Companhias Abertas | 5.207 | - | - | - | 10.811 | (5.604) | 5.207 | 10.811 | (5.874) | 4.937 |
| Fundo FII – Banrisul Novas Fronteiras | - | - | - | - | - | - | - | 7.931 | 3.613 | 11.544 |
| LFT - Letras Financeiras do Tesouro (1) | - | 155.599 | 674.896 | 2.418.557 | 3.255.075 | (6.023) | 3.249.052 | 2.617.679 | (85) | 2.617.594 |
| LTN - Letras do Tesouro Nacional | - | - | - | - | - | - | - | 283.040 | 2.481 | 285.521 |
| Letras Financeiras do Tesouro - Vinculada Garantia | - | 2.152 | - | 158.501 | 161.374 | (721) | 160.653 | - | - | - |
| Letras Financeiras do Tesouro - Tit Caucionado | - | - | 78.370 | 17.658 | 96.155 | (127) | 96.028 | - | - | - |
| Fundo FIR - Santos Virtual | - | - | - | 54 | 54 | - | 54 | 502 | - | 502 |
| NTN - Notas do Tesouro Nacional | - | - | - | - | - | - | - | 104.878 | 4.705 | 109.583 |
| Títulos mantidos até o vencimento | - | - | 234 | 96.864 | 97.098 | - | 97.098 | 283.976 | - | 283.976 |
| CDB | - | - | - | - | - | - | - | 18.318 | - | 18.318 |
| Fundo FIP - Criatec II | - | - | - | 5.668 | 5.668 | - | 5.668 | 4.988 | - | 4.988 |
| Fundo Funcine | - | - | 234 | 1.299 | 1.533 | - | 1.533 | 4.154 | - | 4.154 |
| NTN - Notas do Tesouro Nacional | - | - | - | - | - | - | - | 241.565 | - | 241.565 |
| Posição Financiada - NTN | - | - | - | 77.059 | 77.059 | - | 77.059 | - | - | - |
| CVS - Títulos Públicos Federais | - | - | - | 2.902 | 2.902 | - | 2.902 | 11.571 | - | 11.571 |
| MOP – Títulos Caucionados | - | - | - | 9.936 | 9.936 |  | 9.936 | 3.380 | - | 3.380 |
| **Total** | **113.012** | **157.751** | **753.500** | **2.691.634** | **3.728.364** | **(12.467)** | **3.715.897** | **3.394.379** | **4.840** | **3.399.219** |

(1) estão bloqueadas LFT’s referentes a cartas de fiança e CVS’s referentes a depósitos judiciais.

Na distribuição dos prazos dos títulos para negociação, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

Em 28.06.2016, o BRB adquiriu debênture da 1ª emissão do Correio Braziliense em troca de quitação de operação de crédito da emissora junto ao Banco. A referida emissão, no valor unitário de R$ 1 milhão, possui como características:

- Remuneração: IPCA + 11% a.a.;

- Carência de um ano para pagamento de juros mensais, iniciadas em 25.05.2017;

- Amortizações semestrais, iniciadas em 25.11.2017;

- Vencimento: 25.05.2021.

Em reunião da Assembleia Geral de Debenturistas titulares da debênture da 1ª emissão do Correio Braziliense, ocorrida em 24.05.2017, foi deliberada a prorrogação da data do pagamento da primeira parcela de juros do papel que ocorreu em 26.06.2017, sendo incorporado ao principal da operação os juros acumulados desde a emissão. Foi determinado ainda um pagamento adicional pelo emissor e prêmio no valor total de R$ 100, o qual foi realizado no dia 05.06.2017.

Em 12.07.2018, foi realizada nova Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª emissão de debêntures do Correio Braziliense, após nova renegociação com os credores, os debenturistas aprovaram a repactuação da referida debênture, que passou a ter as seguintes características:

- Remuneração: 140% do DI;

- Carência de pagamento de juros mensais até dia 25.05.2019;

- Amortizações semestrais, iniciadas em 25.05.2020;

- Incorporação de juros mensais ao principal no período de 25.10.2017 até 25.04.2019;

- Vencimento: 25.05.2023.

Há provisão constituída para perdas nos moldes da Resolução CMN n.º 2.682/1999, R$ 39.207 (R$ 39.207 em 31.12.2019), correspondente a 100% do saldo atualizado da debênture. A Administração do BRB avaliou e entendeu que essa debênture, por ter características de operação de crédito, deveria atender a mesma norma de provisão das operações de crédito. Cabe esclarecer que o imóvel dado em garantia, por meio de alienação fiduciária, é suficiente para arcar com o total da dívida.

Em 25.06.2019 e 25.12.2019, o Correio Braziliense honrou a repactuação aprovada no dia 12.07.2018, em Assembleia Geral, e realizou o pagamento dos juros previsto durante o período de carência.

Em maio de 2020 o emissor encaminhou pedido de suspensão de pagamentos de juros e amortização de 3 parcelas, a saber, maio, junho e julho de 2020, em virtude da dificuldade financeira encaminhada formalmente aos debenturistas. Foram definidas as condições para repactuação e os pagamentos voltaram a ser realizados em 25.08.2020. Juros e amortização incorporados à dívida sem prejuízos aos debenturistas.

Na posição detida pela BRB-DTVM, em 30.06.2020 houve reclassificação da debênture CRBZ11, considerando a Circular Bacen n.º 3.068/2001, passando esse título de disponível para venda para mantido até o vencimento. O movimento foi realizado pelo alinhamento da estratégia do Conglomerado, que irá aguardar o vencimento do instrumento, não havendo intenção de venda. Cabe ressaltar que tanto o índice de GAP quanto o fluxo do caixa acumulado contratado e acumulado demonstram capacidade para manutenção do TVM até o vencimento contratado, com data para 25.05.2023.

Para o cálculo das CVS’s, constatou-se a falta de mercado secundário para negociação desse ativo, impedindo uma avaliação adequada do seu preço de mercado. Assim sendo, considerando que as CVS’s possuem como contraparte o Tesouro Nacional e são custodiadas pela Cetip, a qual apura o valor atual do papel conforme o seu regramento de remuneração, optou-se por adotar o valor calculado pela *clearing* para sua contabilização, entendendo esse ser o valor justo do ativo e o valor que o BRB terá a receber pelos ativos conforme seu vencimento.

O FIP LSH, operação efetuada exclusivamente na carteira própria da BRB-DTVM, no âmbito do conglomerado BRB, foi constituído com o objetivo de investir na Companhia LSH Barra Empreendimentos imobiliários S.A. para financiar a construção de empreendimento do setor hoteleiro na Barra da Tijuca – RJ.

A BRB-DTVM possui 276,05 cotas do FIP LSH que foram adquiridas em 09.10.2015 e 08.01.2016. Foi constituída provisão para perda de 100% (cem por cento) das cotas do Fundo devido à deterioração do projeto e a baixa expectativa de sua realização, uma vez que o valor imobiliário reportado da avaliação do empreendimento, principal ativo da companhia investida, seria inferior aos compromissos assumidos, por meio da emissão de dívidas, Debêntures, dentre outros passivos, inclusive serviços essenciais, folha de pagamento, impostos e afins. Verificou-se que a empresa havia comprometido seu patrimônio, o que levou a BRB-DTVM a provisionar a operação em sua totalidade.

O Banco possui a intenção e a capacidade financeira para manter os títulos até o vencimento.

1. Títulos e valores mobiliários por nível de hierarquia de valor justo

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **BRB – Múltiplo** | | |
|  | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| Nível 1 - valor de mercado | 3.599.628 | 3.271.155 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 3.502.924 | 3.021.829 |
| Ativos financeiros mantidos ao vencimento | 96.704 | 249.326 |
| Nível 2 - precificação interna com dados observáveis no mercado | - | 18.578 |
| Ativos financeiros mantidos ao vencimento | - | 18.578 |

| **BRB - Consolidado** | | |
| --- | --- | --- |
|  | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| Nível 1 - valor de mercado | 3.703.059 | 3.380.641 |
| Ativos financeiros para negociação | 107.805 | 85.562 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 3.510.994 | 3.029.681 |
| Ativos financeiros mantidos ao vencimento | 84.260 | 265.398 |
| Nível 2 - precificação interna com dados observáveis no mercado | 12.838 | 18.578 |
| Ativos financeiros mantidos ao vencimento | 12.838 | 18.578 |

Os critérios utilizados para fins de precificação dos títulos da carteira do BRB Consolidado a valor justo foram:

- Para os Títulos Públicos Federais, foi utilizado o critério de preço de mercado divulgado pela Anbima para a data de 31.12.2020 com a marcação a mercado de cada título. Esses preços representam efetivamente os valores dos negócios com os Títulos Públicos Federais contidos na Carteira do BRB na data mencionada;

- Para as ações e Fundos Imobiliários, cuja cota possui negociação em bolsa, foram utilizadas as cotações divulgadas pela B3 para o dia 31.12.2020. As informações disponibilizadas pela B3 são os preços efetivos das negociações dos ativos na data mencionada;

- Para as cotas dos fundos Funcine e FIP Criatec II, em se tratando de fundos fechados e sem negociação de cotas, assume-se que os valores apurados pelo administrador refletem de forma fidedigna o valor justo dos ativos que compõem seu Patrimônio Líquido, em conformidade a legislação vigente de fundos de investimento.

Em 31.12.2020 e 31.12.2019 o Conglomerado não possuia instrumentos financeiros derivativos.

1. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

|  | **BRB – Múltiplo** | | | **BRB - Consolidado** | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **2° semestre** | **31.12.2020** | **31.12.2019** | **2° semestre** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| Títulos de rendas fixa | 51.741 | 120.494 | 190.383 | 53.255 | 124.190 | 197.669 |
| Títulos de renda variável | 632 | 632 | - | 727 | 407 | (993) |
| Derivativo SWAP | (9.112) | (9.033) | - | (9.112) | (9.033) | - |
| **Total** | **43.261** | **112.093** | **190.383** | **44.870** | **115.564** | **196.676** |

# Nota 9 - Operações de crédito, transação de arranjo de pagamento, outros créditos com características de operações de crédito e provisão para perda esperada associada ao risco de crédito

1. Composição da carteira por tipo de devedor

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **BRB – Múltiplo** | | | | |
|  | **31.12.2020** | **%** | **31.12.2019** | **%** |
| Pessoa física | 11.628.827 | 86,9% | 8.027.817 | 90,2% |
| Pessoa jurídica | 1.759.400 | 13,1% | 868.520 | 9,8% |
| Administração Pública, defesa e seguridade social | 83.127 | 0,6% | - | - |
| Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura | 36.232 | 0,3% | 20.426 | 0,2% |
| Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação | 2.955 | - | 1.016 | - |
| Alojamento e alimentação | 70.431 | 0,5% | 16.171 | 0,2% |
| Artes, cultura, esporte e recreação | 77.669 | 0,6% | 5.540 | 0,1% |
| Atividades administrativas e serviços complementares | 191.635 | 1,3% | 152.313 | 1,7% |
| Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados | 66.267 | 0,5% | 883 | - |
| Atividades imobiliárias | 26.174 | 0,2% | 17.651 | 0,2% |
| Atividades profissionais, científicas e técnicas | 56.726 | 0,4% | 24.000 | 0,3% |
| Comércio | 249.020 | 1,8% | 109.998 | 1,2% |
| Construção | 509.814 | 3,7% | 287.372 | 3,2% |
| Educação | 41.228 | 0,3% | 22.760 | 0,3% |
| Eletricidade e gás | 24.742 | - | 46.206 | 0,5% |
| Indústrias de transformação | 63.052 | 1,0% | 28.702 | 0,3% |
| Indústrias extrativas | 60 | - | 388 | - |
| Informação e comunicação | 22.561 | 0,2% | 12.168 | 0,1% |
| Saúde humana e serviços sociais | 71.587 | 0,5% | 33.320 | 0,4% |
| Serviços domésticos | 199 | - | - | - |
| Transporte, armazenagem e correio | 123.006 | 0,9% | 78.340 | 0,9% |
| Outras atividades de serviços | 42.915 | 0,3% | 11.266 | 0,1% |
| **Total** | **13.388.227** | **100%** | **8.896.337** | **100%** |

| **BRB – Consolidado** | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **31.12.2020** | **%** | **31.12.2019** | **%** |
| Pessoa física | 13.626.112 | 88,6% | 9.508.090 | 91,6% |
| Pessoa jurídica | 1.759.550 | 11,4% | 868.718 | 8,4% |
| Administração Pública, defesa e seguridade social | 83.127 | 0,5% | - | - |
| Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura | 36.232 | 0,2% | 20.426 | 0,2% |
| Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação | 2.955 | - | 1.016 | - |
| Alojamento e alimentação | 70.431 | 0,5% | 16.183 | 0,2% |
| Artes, cultura, esporte e recreação | 77.669 | 0,5% | 5.540 | 0,1% |
| Atividades administrativas e serviços complementares | 191.636 | 1,2% | 152.313 | 1,5% |
| Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados | 66.267 | 0,4% | 883 | - |
| Atividades imobiliárias | 26.174 | 0,2% | 17.651 | 0,2% |
| Atividades profissionais, científicas e técnicas | 56.726 | 0,4% | 24.000 | 0,2% |
| Comércio | 249.099 | 1,6% | 110.039 | 1,1% |
| Construção | 509.816 | 3,3% | 287.395 | 2,8% |
| Educação | 41.240 | 0,3% | 22.778 | 0,2% |
| Eletricidade e gás | 24.742 | 0,2% | 46.206 | 0,4% |
| Indústrias de transformação | 63.062 | 0,4% | 28.702 | 0,3% |
| Indústrias extrativas | 60 | - | 388 | - |
| Informação e comunicação | 22.561 | 0,1% | 12.168 | 0,1% |
| Saúde humana e serviços sociais | 71.605 | 0,5% | 33.349 | 0,3% |
| Serviços domésticos | 199 | - | - | - |
| Transporte, armazenagem e correio | 123.034 | 0,8% | 78.415 | 0,8% |
| Outras atividades de serviços | - | - | 7.869 | 0,1% |
| Outros | 42.915 | 0,3% | 3.397 | 0,0% |
| **Total** | **15.385.662** | **100%** | **10.376.808** | **100%** |

1. Concentração das operações de crédito

|  | **BRB – Múltiplo** | | | | **BRB - Consolidado** | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **31.12.2020** | **%** | **31.12.2019** | **%** | **31.12.2020** | **%** | **31.12.2019** | **%** |
| 10 maiores devedores | 440.943 | 3,3 | 322.924 | 3,6% | 447.072 | 2,9 | 327.873 | 3,2% |
| 50 maiores devedores seguintes | 562.018 | 4,2 | 348.191 | 3,9% | 581.631 | 3,8 | 367.039 | 3,5% |
| 100 maiores devedores seguintes | 456.280 | 3,4 | 213.096 | 2,4% | 507.349 | 3,3 | 258.905 | 2,5% |
| Demais devedores | 11.928.986 | 89,1 | 8.012.126 | 90,1% | 13.849.610 | 90,0 | 9.422.991 | 90,8% |
| **Total** | **13.388.227** | **100%** | **8.896.337** | **100%** | **15.385.662** | **100%** | **10.376.808** | **100%** |

1. Composição por nível de risco e faixa de vencimento

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Operações vincendas – BRB - Múltiplo** | | | | | | | | | | | |
| **Nível** | **AA** | **A** | **B** | **C** | **D** | **E** | **F** | **G** | **H** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| Até 14 dias | 39.971 | 26.223 | 12.191 | 7.080 | 1.692 | 371 | 182 | 115 | 270 | 88.095 | 84.060 |
| De 15 a 30 dias | 176.222 | 45.111 | 18.565 | 16.302 | 3.121 | 1.378 | 1.672 | 918 | 5.914 | 269.203 | 227.797 |
| De 31 a 60 dias | 137.183 | 57.309 | 17.556 | 15.156 | 2.858 | 1.205 | 1.533 | 774 | 5.071 | 238.645 | 194.640 |
| De 61 a 90 dias | 223.074 | 40.756 | 16.449 | 14.430 | 2.754 | 2.226 | 1.530 | 693 | 5.078 | 306.990 | 241.378 |
| De 91 a 120 dias | 82.180 | 14.881 | 6.695 | 3.063 | 824 | 259 | 127 | 91 | 195 | 108.315 | 83.472 |
| De 121 a 150 dias | 32.021 | 15.476 | 5.033 | 3.453 | 814 | 234 | 164 | 91 | 316 | 57.602 | 78.434 |
| De 151 a 180 dias | 402.087 | 101.400 | 37.927 | 34.615 | 6.207 | 6.140 | 4.301 | 1.819 | 10.383 | 604.879 | 464.810 |
| De 181 a 360 dias | 886.245 | 210.372 | 88.529 | 80.411 | 14.537 | 12.293 | 7.086 | 3.898 | 21.900 | 1.325.271 | 1.000.294 |
| Acima de 360 dias | 7.018.804 | 1.967.101 | 669.180 | 327.897 | 81.321 | 56.909 | 28.428 | 25.044 | 131.317 | 10.306.001 | 6.471.736 |
| **Total em 31.12.2020** | **8.997.787** | **2.478.629** | **872.125** | **502.407** | **114.128** | **81.015** | **45.023** | **33.443** | **180.444** | **13.305.001** | **-** |
| **Total em 31.12.2019** | **5.869.651** | **1.941.396** | **408.766** | **239.774** | **72.397** | **66.830** | **21.612** | **23.808** | **202.387** | **-** | **8.846.621** |

| **Operações vencidas – BRB - Múltiplo** | | | | | | | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Nível** | **AA** | **A** | **B** | **C** | **D** | **E** | **F** | **G** | **H** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| Até 14 dias | 778 | 632 | 663 | 1.254 | 656 | 158 | 172 | 120 | 414 | 4.847 | 8.079 |
| De 15 a 30 dias | 363 | 227 | 2.798 | 4.410 | 1.376 | 774 | 661 | 440 | 2.826 | 13.875 | 8.054 |
| De 31 a 60 dias | 46 | 240 | 802 | 4.559 | 2.085 | 1.345 | 1.498 | 1.333 | 8.772 | 20.680 | 5.440 |
| De 61 a 90 dias | - | - | - | 285 | 1.270 | 1.205 | 1.031 | 659 | 3.284 | 7.734 | 5.280 |
| De 91 a 120 dias | - | - | - | 117 | 162 | 1.080 | 987 | 732 | 2.939 | 6.017 | 4.124 |
| De 121 a 150 dias | - | - | - | - | 153 | 132 | 2.526 | 796 | 3.060 | 6.667 | 3.463 |
| De 151 a 180 dias | - | - | - | - | 98 | 154 | 60 | 547 | 3.478 | 4.337 | 3.451 |
| De 181 a 360 dias | - | - | - | - | - | 282 | 357 | 406 | 18.024 | 19.069 | 11.825 |
| **Total em 31.12.2020** | **1.187** | **1.099** | **4.263** | **10.625** | **5.800** | **5.130** | **7.292** | **5.033** | **42.797** | **83.226** | **-** |
| **Total Geral em 31.12.2020** | 8.998.974 | 2.479.728 | 876.388 | 513.032 | 119.928 | 86.145 | 52.315 | 38.476 | 223.241 | 13.388.227 | - |
| Valor das Provisões em 31.12.2020 | - | (12.399) | (8.764) | (15.391) | (11.993) | (25.844) | (26.158) | (26.933) | (223.241) | (350.723) | - |
| **Total em 31.12.2019** | **1.359** | **1.812** | **4.853** | **4.692** | **5.078** | **2.374** | **2.506** | **2.784** | **24.258** | **-** | **49.716** |
| **Total Geral em 31.12.2019** | **5.871.010** | **1.943.208** | **413.619** | **244.466** | **77.475** | **69.204** | **24.118** | **26.592** | **226.645** | **-** | **8.896.337** |
| Valor das Provisões em 31.12.2019 | - | (9.718) | (4.136) | (7.334) | (7.748) | (20.761) | (12.059) | (18.615) | (226.645) | - | (307.016) |

| **Operações vincendas – BRB - Consolidado** | | | | | | | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Nível** | **AA** | **A** | **B** | **C** | **D** | **E** | **F** | **G** | **H** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| Até 14 dias | 39.977 | 26.237 | 12.195 | 7.108 | 1.693 | 372 | 182 | 115 | 276 | 88.155 | 84.344 |
| De 15 a 30 dias | 177.525 | 49.500 | 29.552 | 23.102 | 4.392 | 1.557 | 1.887 | 1.114 | 6.645 | 295.274 | 267.845 |
| De 31 a 60 dias | 138.749 | 73.911 | 31.382 | 26.084 | 4.235 | 1.408 | 1.758 | 984 | 5.894 | 284.405 | 235.074 |
| De 61 a 90 dias | 224.575 | 56.980 | 30.084 | 25.089 | 4.092 | 2.423 | 1.752 | 900 | 5.867 | 351.762 | 280.786 |
| De 91 a 120 dias | 82.205 | 15.033 | 6.717 | 3.164 | 832 | 262 | 127 | 91 | 205 | 108.636 | 83.758 |
| De 121 a 150 dias | 32.060 | 15.705 | 5.086 | 3.694 | 833 | 235 | 165 | 91 | 333 | 58.202 | 79.010 |
| De 151 a 180 dias | 406.282 | 147.609 | 77.663 | 64.797 | 10.006 | 6.698 | 4.942 | 2.418 | 12.578 | 732.993 | 576.440 |
| De 181 a 360 dias | 893.553 | 294.381 | 163.242 | 135.263 | 21.414 | 13.304 | 8.254 | 4.998 | 25.819 | 1.560.228 | 1.201.713 |
| Acima de 360 dias | 7.040.589 | 2.463.484 | 1.228.739 | 675.437 | 125.621 | 62.306 | 34.573 | 30.416 | 147.651 | 11.808.816 | 7.506.252 |
| **Total em 31.12.2020** | **9.035.515** | **3.142.840** | **1.584.660** | **963.738** | **173.118** | **88.565** | **53.640** | **41.127** | **205.268** | **15.288.471** | **-** |
| **Total em 31.12.2019** | **5.907.199** | **2.640.970** | **630.115** | **647.067** | **132.901** | **73.226** | **27.818** | **30.688** | **225.238** | **-** | **10.315.222** |

| **Operações vencidas – BRB - Consolidado** | | | | | | | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Nível** | **AA** | **A** | **B** | **C** | **D** | **E** | **F** | **G** | **H** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| Até 14 dias | 797 | 678 | 714 | 1.401 | 726 | 182 | 231 | 144 | 501 | 5.374 | 8.648 |
| De 15 a 30 dias | 379 | 300 | 3.136 | 4.882 | 1.603 | 889 | 787 | 581 | 3.317 | 15.874 | 10.195 |
| De 31 a 60 dias | 46 | 240 | 938 | 4.932 | 2.339 | 1.480 | 1.679 | 1.491 | 9.326 | 22.471 | 6.907 |
| De 61 a 90 dias | - | - | - | 476 | 1.512 | 1.344 | 1.209 | 818 | 3.819 | 9.178 | 6.398 |
| De 91 a 120 dias | - | - | - | 196 | 335 | 1.218 | 1.162 | 881 | 3.438 | 7.230 | 5.136 |
| De 121 a 150 dias | - | - | - | - | 303 | 212 | 2.706 | 948 | 3.565 | 7.734 | 4.287 |
| De 151 a 180 dias | - | - | - | - | 167 | 248 | 197 | 705 | 3.982 | 5.299 | 4.214 |
| De 181 a 360 dias | - | - | - | - | - | 413 | 855 | 1.053 | 21.710 | 24.031 | 15.801 |
| **Total em 31.12.2020** | **1.222** | **1.218** | **4.788** | **11.887** | **6.985** | **5.986** | **8.826** | **6.621** | **49.658** | **97.191** | **-** |
| **Total Geral em 31.12.2020** | **9.036.737** | **3.144.058** | **1.589.448** | **975.625** | **180.103** | **94.551** | **62.466** | **47.748** | **254.926** | **15.385.662** | **-** |
| Valor das Provisões em 31.12.2020 | - | (15.721) | (15.895) | (29.269) | (18.010) | (28.366) | (31.233) | (33.424) | (254.926) | (426.844) | - |
| **Total em 31.12.2019** | **1.388** | **2.133** | **5.431** | **5.973** | **6.133** | **3.182** | **3.353** | **4.217** | **29.776** | **-** | **61.586** |
| **Total Geral em 31.12.2019** | **5.908.587** | **2.643.103** | **635.546** | **653.040** | **139.034** | **76.408** | **31.171** | **34.905** | **255.014** | **-** | **10.376.808** |
| Valor das Provisões em 31.12.2019 | - | (13.217) | (6.356) | (19.592) | (13.903) | (22.922) | (15.586) | (24.434) | (255.013) | - | (371.023) |

1. Transação de arranjo de pagamento

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Operações vincendas** | | | | | | | | | | | |
| **Nível** | **AA** | **A** | **B** | **C** | **D** | **E** | **F** | **G** | **H** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| Até 14 dias | 5.184 | 4.620 | 6.216 | 5.214 | 1.650 | 408 | 281 | 211 | 632 | 24.416 | 31.035 |
| De 15 a 30 dias | 246.069 | 67.380 | 24.088 | 17.294 | 2.201 | 538 | 353 | 331 | 2.072 | 360.326 | 265.374 |
| De 31 a 60 dias | 72.425 | 16.388 | 8.623 | 5.771 | 858 | 242 | 152 | 133 | 664 | 105.256 | 86.733 |
| De 61 a 90 dias | 49.421 | 16.841 | 6.091 | 3.794 | 602 | 183 | 104 | 100 | 428 | 77.564 | 62.335 |
| De 91 a 120 dias | 1.234 | 1.564 | 709 | 457 | 81 | 21 | 14 | 12 | 44 | 4.136 | 5.387 |
| De 121 a 150 dias | 4.478 | 2.582 | 1.174 | 752 | 110 | 41 | 26 | 28 | 88 | 9.279 | 9.270 |
| De 151 a 180 dias | 60.609 | 20.634 | 7.875 | 4.720 | 856 | 255 | 157 | 124 | 546 | 95.776 | 72.035 |
| De 181 a 360 dias | 26.593 | 14.317 | 6.197 | 3.785 | 958 | 261 | 163 | 130 | 527 | 52.931 | 44.503 |
| Acima de 360 dias | 1.201 | 2.803 | 2.447 | 1.675 | 1.027 | 311 | 181 | 148 | 608 | 10.401 | 5.185 |
| **Total em 31.12.2020** | **467.214** | **147.129** | **63.420** | **43.462** | **8.343** | **2.260** | **1.431** | **1.217** | **5.609** | **740.085** | **-** |
| **Total em 31.12.2019** | **302.607** | **208.604** | **35.227** | **23.600** | **4.349** | **1.108** | **716** | **686** | **4.960** | **-** | **581.857** |

| **Operações vencidas** | | | | | | | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Nível** | **AA** | **A** | **B** | **C** | **D** | **E** | **F** | **G** | **H** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| Até 14 dias | 2.145 | 2.236 | 1.117 | 1.283 | 262 | 73 | 27 | 35 | 84 | 7.262 | 9.530 |
| De 15 a 30 dias | - | - | 9.232 | 2.060 | 544 | 113 | 70 | 53 | 172 | 12.244 | 10.569 |
| De 31 a 60 dias | - | - | - | 6.055 | 1.138 | 403 | 224 | 117 | 333 | 8.270 | 4.933 |
| De 61 a 90 dias | - | - | - | - | 3.465 | 448 | 182 | 113 | 299 | 4.507 | 2.655 |
| De 91 a 120 dias | - | - | - | - | - | 2.129 | 466 | 131 | 351 | 3.077 | 2.227 |
| De 121 a 150 dias | - | - | - | - | - | - | 2.115 | 285 | 412 | 2.812 | 2.225 |
| De 151 a 180 dias | - | - | - | - | - | - | - | 1.789 | 371 | 2.160 | 1.393 |
| De 181 a 360 dias | - | - | - | - | - | - | - | - | 12.067 | 12.067 | 9.186 |
| **Total em 31.12.2020** | **2.145** | **2.236** | **10.349** | **9.398** | **5.409** | **3.166** | **3.084** | **2.523** | **14.089** | **52.399** |  |
| **Total Geral em 30.12.2020** | **469.358** | **149.364** | **73.767** | **52.859** | **13.751** | **5.424** | **4.515** | **3.748** | **19.698** | **792.484** | **-** |
| Valor das Provisões em 31.12.2020 | - | (887) | (738) | (1.586) | (1.375) | (1.628) | (2.256) | (2.618) | (19.698) | (30.786) | - |
| **Total em 31.12.2019** | **2.069** | **5.756** | **9.380** | **5.632** | **3.038** | **2.117** | **2.090** | **1.442** | **11.194** | **-** | **42.718** |
| **Total Geral em 31.12.2019** | **304.676** | **214.360** | **44.607** | **29.232** | **7.387** | **3.225** | **2.806** | **2.128** | **16.154** | - | **624.575** |
| Valor das Provisões em 31.12.2019 | - | (1.072) | (446) | (877) | (739) | (967) | (1.403) | (1.491) | (16.154) | **-** | (23.149) |

1. Movimentação da provisão para perda esperada associada ao risco de crédito e créditos recuperados

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **BRB - Múltiplo** | | **BRB - Consolidado** | |
|  | **31.12.2020** | **31.12.2019** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| Saldo inicial | 307.016 | 354.737 | 394.172 | 441.683 |
| Constituição | 319.917 | 294.911 | 453.341 | 403.972 |
| Reversão | (154.750) | (211.174) | (220.863) | (261.710) |
| Total provisões constituídas (revertidas) | 165.167 | 83.737 | 232.478 | 142.262 |
| Transferência para prejuízo | (121.460) | (131.458) | (169.020) | (189.773) |
| Saldo final | 350.723 | 307.016 | 457.630 | 394.172 |
| Créditos recuperados | 141.325 | 81.629 | 167.032 | 106.596 |

Adicionalmente à movimentação evidenciada no quadro acima, houve o montante de R$ 127 (R$ 357 em 31.12.2019) no BRB– Consolidado referente à recuperação de títulos e valores mobiliários na BRB-DTVM.

1. Renegociações

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **BRB - Múltiplo** | | **BRB - Consolidado** | |
| **31.12.2020** | **31.12.2019** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| Operações renegociadas | 2.101.117 | 3.494.044 | 2.575.881 | 3.628.835 |

Essas renegociações são decorrentes de operações da carteira ativa e de créditos baixados como prejuízo e foram registradas mantendo-se a mesma classificação de risco e a provisão para perdas existentes anteriormente à renegociação. Somente haverá mudança na classificação após o pagamento de parte relevante da dívida renegociada e reavaliação do perfil da carteira.

1. Composição das provisões para outros créditos

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **BRB - Múltiplo** | | **BRB - Consolidado** | |
|  | **31.12.2020** | **31.12.2019** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| Pagamentos a ressarcir | (1.163) | (1.163) | (14.836) | (1.163) |
| Perdas de capital | - | - | - | (1.556) |
| Compra de carteira | (52.133) | - | (52.133) | - |
| Outros | - | - |  | (58) |
| **Total** | **(53.296)** | **(1.163)** | **(66.969)** | **(2.777)** |

1. Rendas de operações de crédito

|  | **BRB - Múltiplo** | | | **BRB - Consolidado** | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **2° semestre** | **30.12.2020** | **30.12.2019** | **2° semestre** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| Comercial | 996.975 | 1.905.339 | 1.790.375 | 1.221.334 | 2.338.664 | 2.175.863 |
| Industrial | 2.954 | 3.907 | 3.680 | 2.954 | 3.906 | 3.679 |
| Rural | 9.607 | 19.034 | 16.143 | 9.607 | 19.034 | 16.143 |
| Imobiliário | 71.549 | 120.787 | 82.450 | 71.549 | 120.787 | 82.450 |
| Recuperação de prejuízo | 110.877 | 141.325 | 81.629 | 125.063 | 167.159 | 106.953 |
| **Total** | **1.191.962** | **2.190.392** | **1.974.277** | **1.430.507** | **2.649.550** | **2.385.088** |

# Nota 10 - Outros instrumentos financeiros

a) Resumo

|  | **BRB - Múltiplo** | | **BRB - Consolidado** | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **31.12.2020** | **31.12.2019** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| Rendas a receber (nota 10b) | 52.631 | 57.129 | 17.978 | 18.597 |
| Créditos específicos | 15 | 7 | 15 | 7 |
| **Total** | **52.646** | **57.136** | **17.993** | **18.604** |
|  |  |  |  |  |

b) Rendas a receber

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **BRB - Múltiplo** | | **BRB - Consolidado** | |
|  | **31.12.2020** | **31.12.2019** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| Comissões e corretagens a receber | - | - | 228 | 383 |
| Dividendos/juros sobre capital próprio | 37.354 | 43.190 | 14 | 74 |
| Serviços prestados a receber | 13.123 | 13.267 | 14.421 | 16.141 |
| Serviços prestados em arranjo de pagamentos | 132 | 119 | 101 | 119 |
| Outras rendas a receber | 2.022 | 553 | 3.214 | 1.880 |
| **Total** | **52.631** | **57.129** | **17.978** | **18.597** |

# 

# Nota 11 - Relações interfinanceiras e interdependências

# 

1. Resumo

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **BRB - Múltiplo e BRB - Consolidado** | | |
|  | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| Relações Interfinanceiras | 137.315 | 100.633 |
| Pagamentos e Recebimentos a Liquidar | 583 | - |
| Créditos vinculados (nota 11b) | 108.526 | 100.633 |
| Outros | 28.206 | - |
| Relações interdependências | 29.143 | 33.162 |
| **Total** | **166.458** | **133.795** |

1. Créditos vinculados - Sistema Financeiro da Habitação

b.1. SFH – FCVS

A carteira de FCVS é composta pelos valores residuais de contratos encerrados, cujos saldos devedores residuais serão ressarcidos pelo Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS). Esses créditos são atualizados pela variação da Taxa Referencial de Juros (TR) mais taxa de juros de 6,17% ou 3,12% ao ano, dependendo da origem de recursos do financiamento.

| **BRB - Múltiplo e Consolidado** | | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **31.12.2020** | | | **31.12.2019** | | |
| **Carteira própria** | **Saldo** | **Provisão** | **Saldo Líquido** | **Saldo** | **Provisão** | **Saldo Líquido** |
| Não habilitados (1) | 4.044 | (3.599) | 445 | 3.840 | (3.415) | 425 |
| Habilitados e não homologados (2) | 1.501 | (890) | 611 | 3.505 | (2.079) | 1.426 |
| Habilitados, homologados e em discussão com a CEF (3) | 101.654 | (70.622) | 31.032 | 96.630 | (65.494) | 31.136 |
| Habilitados e homologados (4) | 67.584 | - | 67.584 | 62.940 | - | 62.940 |
| Outros (5) | 6.387 | (1.974) | 4.413 | 6.228 | (1.923) | 4.305 |
| **Total** | **181.170** | **(77.085)** | **104.085** | **173.143** | **(72.911)** | **100.232** |

(1) representa os contratos ainda não submetidos à homologação junto ao FCVS, porque estão em processo de habilitação no BRB;

(2) representa os contratos já habilitados pelo BRB, estando em fase de análise por parte da Caixa Econômica Federal, para homologação final do FCVS;

(3) representa os contratos já habilitados pelo BRB e analisados pelo FCVS, cuja cobertura foi negada, cabendo ainda recursos por parte do Banco, ou cujos valores para homologação estão em discussão entre BRB e Caixa Econômica Federal;

(4) representam os contratos já avaliados pelo FCVS e aceitos pelo BRB e dependem de processo de securitização, conforme previsto na Lei n.º 10.150/2000, para a sua realização;

(5) referem-se aos contratos nas rubricas VAF3/VAF4 (O VAF3 refere-se à diferença de valor apurada entre o saldo devedor teórico (contábil) e o saldo devedor residual (pro rata estabelecido pelo Decreto nº 97.222/1988) para contratos celebrados com recursos FGTS cujo evento seja término de prazo contratual, conforme estabelecido no art. 15 da Lei nº. 10.150/2000. Os contratos devem ter sido firmados até 08.02.1987 e ter o evento posterior a 15.12.1988. O VAF4 refere-se à diferença de valor entre saldos apurados. Um deles considerando a taxa de juros contratual e o outro considerando a taxa de juros de novação para contratos firmados até 31.12.1987 com origem de recursos FGTS, no período de 01.01.1997 a 31.12.2001, conforme estabelecido pelo art. 44 da MP nº. 2.181-45/2001.

A provisão é constituída com base em um estudo histórico de perdas ocorridas, oriundas da negativa de cobertura de contratos que não atenderam as normas e pré-requisitos estabelecidos pelo FCVS.

b.2. SFH – FGTS a ressarcir

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **BRB - Múltiplo e BRB - Consolidado** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| Mutuários que solicitaram amortização do saldo devedor utilizando o FGTS | 4.441 | 401 |

b.3. Rendas de créditos vinculados ao SFH

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | **BRB - Múltiplo e BRB - Consolidado** | | |
|  | **2º semestre** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| Vinculados ao SFH | 4.478 | 8.027 | 10.517 |
| **Total** | **4.478** | **8.027** | **10.517** |

# 

# Nota 12 - Outros valores e bens

a) Resumo

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **BRB - Múltiplo** | | **BRB - Consolidado** | |
|  | **31.12.2020** | **31.12.2019** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| Bens não de uso próprio e outros valores e bens | 137.743 | 132.524 | 138.760 | 132.819 |
| Despesas antecipadas | 4.758 | 246 | 5.998 | 1.291 |
| **Total** | **142.501** | **132.770** | **144.758** | **134.110** |

b) Bens não de uso próprio e outros valores e bens

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **BRB - Múltiplo** | | | | |
|  | **Saldo em 31.12.2019** | **Adições** | **Baixas** | **Saldo em 31.12.2020** |
| Bens não de uso próprios(1) | 160.594 | 40.568 | (37.073) | 164.089 |
| Material em estoque | 959 | 1.476 | (1.658) | 777 |
| **Subtotal** | **161.553** | **42.044** | **(38.731)** | **164.866** |
| Provisões para desvalorização de outros valores e bens | (29.029) | (3.083) | 4.989 | (27.123) |
| **Total** | **132.524** | **38.961** | **(33.742)** | **137.743** |

(1) bens incorporados ao patrimônio do Banco em função de dação em pagamento ou consolidação de propriedade.

| **BRB – Consolidado** | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Saldo em 31.12.2019** | **Adições** | **Baixas** | **Saldo em 31.12.2020** |
| Bens não de uso próprios(1) | 160.594 | 40.568 | (37.073) | 164.089 |
| Material em estoque | 1.540 | 4.127 | (3.497) | 2.170 |
| **Subtotal** | **162.134** | **44.695** | **(40.570)** | **166.259** |
| Provisões para desvalorização de outros valores e bens | (29.315) | (3.173) | 4.989 | (27.499) |
| **Total** | **132.819** | **41.522** | **(35.581)** | **138.760** |

(1) bens incorporados ao patrimônio do Banco em função de dação em pagamento ou consolidação de propriedade.

# Nota 13 - Outros créditos

|  |  |
| --- | --- |
|  |  |
| a) Resumo |  |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **BRB - Múltiplo** | | **BRB - Consolidado** | |
|  | **31.12.2020** | **31.12.2019** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| Carteira de câmbio | 1.360 | - | 1.360 | - |
| Adiantamentos e antecipações salariais | 5.291 | 7.589 | 6.114 | 8.440 |
| Impostos e contribuições a compensar | 85.273 | 41.082 | 106.730 | 53.533 |
| Pagamentos a ressarcir | 4.491 | 33.435 | 24.264 | 47.521 |
| Negociação e intermediação de valores | 656 | 116 | 946 | 116 |
| Valores a receber – sociedades ligadas | 15.459 | 13.159 | 150 | 15 |
| Devedores por depósitos em garantia (nota 13b) | 826.317 | 757.186 | 838.716 | 763.049 |
| Devedores diversos – país | 87.268 | 49.311 | 96.979 | 55.694 |
| **Total** | **1.026.115** | **901.878** | **1.075.259** | **928.368** |

b) Devedores por depósitos em garantia

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **BRB - Múltiplo** | | **BRB - Consolidado** | |
|  | **31.12.2020** | **31.12.2019** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| Fiscais | 776.068 | 711.268 | 780.913 | 716.045 |
| Trabalhistas | 27.594 | 20.617 | 28.460 | 21.217 |
| Outros | 22.655 | 25.301 | 29.343 | 25.787 |
| **Total** | **826.317** | **757.186** | **838.716** | **763.049** |

# 

# Nota 14 - Outros investimentos

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **BRB – Múltiplo** | | | |
|  | **Saldo em 31.12.2019** | **Adições** | **Saldo em 31.12.2020** |
| Incentivos fiscais, ações e cotas | 384 | - | 384 |
| Outros | 48 | 1 | 49 |
| **Subtotal** | 432 | 1 | 433 |
| Provisão para perdas | (148) | (1) | (149) |
| **Total** | **284** | **-** | **284** |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **BRB – Consolidado** | | | |
|  | **Saldo em 31.12.2019** | **Adições** | **Saldo em 31.12.2020** |
| Incentivos fiscais, ações e cotas | 409 | - | 409 |
| Propriedade para investimento(1) | 2.264 | - | 2.264 |
| Outros | 124 | 1 | 125 |
| **Subtotal** | 2.797 | 1 | 2.798 |
| Provisão para perdas | (148) | (2) | (150) |
| Depreciação acumulada(1) | (86) | (79) | (165) |
| **Total** | **2.563** | **(80)** | **2.483** |

(1) propriedade para investimento da BRB – Administradora e Corretora de Seguros S.A. avaliada pelo método de custo com depreciação linear à taxa de 4%.

# Nota 15 - Investimentos em controladas no país

| **Quantidade de ações** | **Financeira BRB** | **BRB – DTVM** | **BRBCard** |
| --- | --- | --- | --- |
| Capital social | 88.295 | 40.000 | 380.783 |
| Aumento de capital | 61.705 | - | - |
| N.º de ações do BRB | | | |
| Ordinárias | 210 | 990 | 2.748.756 |
| Preferenciais | 210 | - | - |
| Percentual de participação | 100% | 99% | 69,74% |

| **Movimento do investimento** | **Financeira BRB** | **BRB - DTVM** | **BRBCard** | **Total** |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Saldos em 31.12.2018** | **162.314** | **46.300** | **316.650** | **525.264** |
| Equivalência patrimonial | 69.817 | 2.157 | 72.314 | 144.288 |
| Dividendos distribuídos | (16.582) | (512) | (19.950) | (37.044) |
| Amortização de deságio BRBCard (1) | - | - | 6.776 | 6.776 |
| Ajuste de avaliação patrimonial | - | (2) | - | (2) |
| **Saldos em 31.12.2019** | **215.549** | **47.943** | **375.790** | **639.282** |
| Equivalência patrimonial | 84.020 | (142) | 85.392 | 169.270 |
| Dividendos distribuídos | (19.954) | - | (63.709) | (83.663) |
| Dividendos adicionais propostos de exercício anterior | - | - | (17.386) | (17.386) |
| Ajuste de avaliação patrimonial | - | (2) | - | (2) |
| **Saldos em 31.12.2020** | **279.615** | **47.799** | **380.087** | **707.501** |

(1) baixa de amortização de deságio da BRBCard, referente ao aumento do capital social, mediante a emissão de 2.298.756 novas ações ordinárias, sem valor nominal, subscritas em sua totalidade pelo BRB, por meio de contrato de compra e venda celebrado em 22.06.2009 entre o BRB e a BRBCard e do direito de exploração exclusiva do balcão do BRB para venda de cartões de crédito, pelo prazo de 10 anos, sendo este valor apurado por laudo de avaliação elaborado por empresa independente. O contrato finalizou em junho de 2019.

# Nota 16 - Imobilizado de uso

1. Composição do imobilizado

| **BRB - Múltiplo** | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Taxa anual** | **Custo** | **Depreciação** | **Valor Residual** | |
| **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| Instalações, móveis e equipamentos de uso | 0% a 10% | 138.100 | (100.123) | 37.977 | 21.151 |
| Veículos | 20% | 763 | (763) | - | 25 |
| Benfeitoria em imóveis de terceiros | 0% a 10% | 238 | (10) | 228 | - |
| Imóveis - Edificações | 0% a 4% | 54.939 | (37.051) | 17.888 | 18.159 |
| Outros Imobilizados em Uso | 10% a 20% | 13.904 | (53) | 13.851 | 12.159 |
| **Total** |  | **207.944** | **(138.000)** | **69.944** | **51.494** |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **BRB - Consolidado** | | | | | |
|  | **Taxa anual** | **Custo** | **Depreciação** | **Valor Residual** | |
| **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| Instalações, móveis e equipamentos de uso | 0% a 10% | 159.822 | (115.456) | 44.366 | 28.033 |
| Veículos | 20% | 1.181 | (1.053) | 128 | 194 |
| Benfeitoria em imóveis de terceiros | 0% a 10% | 258 | (22) | 236 | - |
| Imóveis - Edificações | 0% a 4% | 63.100 | (42.397) | 20.703 | 21.617 |
| Outros Imobilizados em Uso | 10% a 20% | 14.052 | (53) | 13.999 | 12.871 |
| **Total** |  | **238.413** | **(158.981)** | **79.432** | **62.715** |

1. Movimentação dos ativos imobilizados

| **BRB - Múltiplo** | | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Taxa de depreciação** | **Saldo em 31.12.2019** | **Adições** | **Baixas** | **Transferências** | **Saldo em 31.12.2020** |
| Móveis e equipamentos em estoque | 0% | 119 | - | - | 3.887 | 4.006 |
| Imobilizações em curso | 0% | - | 34.543 | (2.066) | (32.015) | 462 |
| Imóveis em uso | 4% | 54.989 | - | (50) | - | 54.939 |
| Instalações | 10% | 5.894 | - | (252) | 90 | 5.732 |
| Móveis e equipamentos de uso | 10% | 25.103 | - | (581) | 7.817 | 32.339 |
| Sistema de processamento de dados | 20% | 79.080 | - | (1.807) | 18.288 | 95.561 |
| Sistema de comunicação e segurança | 10% | 12.209 | - | - | 1.695 | 13.904 |
| Sistema de transporte | 20% | 1.712 | - | (949) | - | 763 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 10% | - | - | - | 238 | 238 |
| **Subtotal** |  | **179.106** | **34.543** | **(5.705)** | **-** | **207.944** |
| Depreciação acumulada |  | (127.612) | (13.963) | 3.575 | - | (138.000) |
| **Total** |  | **51.494** | **20.580** | **(2.130)** | **-** | **69.944** |

| **BRB - Consolidado** | | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Taxa de depreciação** | **Saldo em 31.12.2019** | **Adições** | **Baixas** | **Transferências** | **Saldo em 31.12.2020** |
| Móveis e equipamentos em estoque | 0% | 119 | - | - | 3.887 | 4.006 |
| Imobilizações em curso | 0% | - | 34.543 | (2.066) | (32.015) | 462 |
| Imóveis em uso | 4% | 63.151 | - | (51) | - | 63.100 |
| Instalações | 10% | 6.968 | 675 | (905) | 70 | 6.808 |
| Móveis e equipamentos de uso | 10% | 28.631 | 512 | (661) | 7.817 | 36.299 |
| Sistema de processamento de dados | 20% | 96.249 | 565 | (2.763) | 18.288 | 112.339 |
| Sistema de comunicação e segurança | 10% | 12.260 | 29 | (24) | 1.695 | 13.960 |
| Sistema de transporte | 20% | 2.130 | - | (949) | - | 1.181 |
| Benfeitorias em imóveis de terceiros | 10% | - | - | - | 258 | 258 |
| **Subtotal** |  | **209.508** | **36.324** | **(7.419)** | **-** | **238.413** |
| Depreciação acumulada |  | (146.793) | (17.231) | 5.043 | - | (158.981) |
| **Total** |  | **62.715** | **19.093** | **(2.376)** | **-** | **79.432** |

# Nota 17 - Intangível

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **BRB - Múltiplo** | | | | | |
|  | **Taxa de amortização** | **Saldo em 31.12.2019** | **Adições** | **Baixas** | **Saldo em 31.12.2020** |
| Direitos relativos a carteira de clientes | - | - | 4.000 | - | 4.000 |
| Sistemas de Processamento de Dados | 10 a 20% | 249.766 | 9.222 | (58.532) | 200.456 |
| Licenças e Direitos Autorais e de Uso | 10 a 20% | - | 52.280 | - | 52.280 |
| Direitos de Exclusividade ou Preferência (1) | 50% | - | 64.000 | - | 64.000 |
| **Subtotal** |  | **249.766** | **129.502** | **(58.532)** | **320.736** |
| Amortização acumulada |  | (129.369) | (70.085) | 58.532 | (140.922) |
| **Total** |  | **120.397** | **59.417** | **-** | **179.814** |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **BRB - Consolidado** | | | | | |
|  | **Taxa de amortização** | **Saldo em 31.12.2019** | **Adições** | **Baixas** | **Saldo em 31.12.2020** |
| Direitos relativos a carteira de clientes | - | - | 4.000 | - | 4.000 |
| Sistemas de Processamento de Dados | 10 a 20% | 256.732 | 9.222 | (58.954) | 207.000 |
| Marcas | 10 a 20% | 28 | - | - | 28 |
| Licenças e Direitos Autorais e de Uso | 10 a 20% | 8.427 | 53.027 | - | 61.454 |
| Direitos de Exclusividade ou Preferência (1) | 50% | - | 64.000 | - | 64.000 |
| **Subtotal** |  | **265.187** | **130.249** | **(58.954)** | **336.482** |
| Amortização acumulada |  | (140.025) | (71.970) | 58.954 | (153.041) |
| **Total** |  | **125.162** | **58.279** | **-** | **183.441** |

(1) em junho de 2020, o BRB –Banco de Brasília S.A firmou parceria negocial e estratégica com o Clube de Regatas Flamengo visando à exposição recíproca de suas marcas e a oferta de soluções bancárias pelo BRB aos torcedores do clube pelo prazo de 2 anos. O acordo perfaz um montante de R$ 32 milhões por ano e tem reflexos no intangível pelo direito de exclusividade e nas obrigações pela garantia mínima do *profit sharing*.

# Nota 18 - Depósitos

1. Resumo

|  | **BRB - Múltiplo** | | **BRB – Consolidado** | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **31.12.2020** | **31.12.2019** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| **Depósitos à vista** | **1.161.902** | **786.314** | **1.146.260** | **779.722** |
| Pessoas físicas | 376.985 | 229.728 | 376.985 | 229.728 |
| Pessoas jurídicas | 424.668 | 344.778 | 415.651 | 341.562 |
| Vinculados | 15.375 | 16.077 | 15.375 | 16.077 |
| Governos | 2.778 | 1.379 | 2.778 | 1.379 |
| Depósitos à vista de ligadas | 314.387 | 171.891 | 314.387 | 171.891 |
| Depósitos de instituições do sistema financeiro | 27.200 | 22.004 | 20.575 | 18.628 |
| Contas encerradas com saldo | 509 | 457 | 509 | 457 |
| **Depósitos de poupança** | **2.545.621** | **2.057.390** | **2.545.621** | **2.057.390** |
| Pessoas físicas | 2.351.702 | 1.915.389 | 2.351.702 | 1.915.389 |
| Pessoas jurídicas | 177.764 | 133.781 | 177.764 | 133.781 |
| Empresas ligadas | 16.038 | 8.102 | 16.038 | 8.102 |
| PJ – instituição financeira | 117 | 118 | 117 | 118 |
| **Depósitos interfinanceiros** | **993.813** | **-** | **993.813** | **-** |
| **Depósitos a prazo** | **12.377.881** | **9.258.494** | **11.983.545** | **8.833.801** |
| Pessoas físicas | 4.371.076 | 3.586.560 | 4.371.076 | 3.586.560 |
| Pessoas jurídicas | 2.667.506 | 1.779.443 | 2.667.506 | 1.779.443 |
| Empresas ligadas | 394.336 | 424.693 |  | - |
| GDF | 1.925.997 | 1.280.747 | 1.925.997 | 1.280.747 |
| Outros governos | 131.265 | 38.765 | 131.265 | 38.765 |
| Depósitos judiciais com remuneração | 2.492.509 | 2.145.159 | 2.492.509 | 2.145.159 |
| Depósitos pagamentos por consignação - extrajudicial | 391.870 | 3.127 | 391.870 | 3.127 |
| Depósitos com garantia especial FGC | 3.322 | - | 3.322 | - |
| **Moeda eletrônica – cartão pré pago** | **-** | **-** | **18.841** | **1.246** |
| **Total** | **17.079.217** | **12.102.198** | **16.688.080** | **11.672.159** |

1. Segregação por prazo de exigibilidade

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **BRB – Múltiplo** | | | | | | | | |
|  | **Sem Vencimento** | **Até 3 meses** | **3 a 12 meses** | **1 a 3 anos** | **3 a 5 anos** | **Acima de**  **5 anos** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| Depósitos à vista | 1.161.902 | - | - | - | - | - | 1.161.902 | 786.314 |
| Depósitos de poupança | 2.545.621 | - | - | - | - | - | 2.545.621 | 2.057.390 |
| Depósitos interfinanceiros | - | 70.835 | 322.340 | 600.638 | - | - | 993.813 | - |
| Depósitos a prazo | 2.495.831 | 2.322.587 | 1.437.580 | 5.040.382 | 942.800 | 138.701 | 12.377.881 | 9.258.494 |
| **Total em 31.12.2020** | **6.203.354** | **2.393.422** | **1.759.920** | **5.641.020** | **942.800** | **138.701** | **17.079.217** | **-** |
| **Total em 31.12.2019** | **4.991.990** | **1.529.988** | **914.403** | **3.319.617** | **1.203.698** | **142.502** |  | **12.102.198** |

| **BRB – Consolidado** | | | | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Sem Vencimento** | **Até 3 meses** | **3 a 12 meses** | **1 a 3 anos** | **3 a 5 anos** | **Acima de**  **5 anos** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| Depósitos à vista | 1.146.260 | - | - | - | - | - | 1.146.260 | 779.722 |
| Depósitos de poupança | 2.545.621 | - | - | - | - | - | 2.545.621 | 2.057.390 |
| Depósitos interfinanceiros | - | 70.835 | 322.340 | 600.638 | - | - | 993.813 | - |
| Depósitos a prazo | 2.495.831 | 2.322.293 | 1.436.544 | 4.647.376 | 942.800 | 138.701 | 11.983.545 | 8.833.801 |
| Moeda eletrônica – cartão pré pago | 18.841 | - | - | - | - | - | 18.841 | 1.246 |
| **Total em 31.12.2020** | **6.206.553** | **2.393.128** | **1.758.884** | **5.248.014** | **942.800** | **138.701** | **16.688.080** | - |
| **Total em 31.12.2019** | **4.986.644** | **1.529.781** | **896.967** | **2.912.609** | **1.203.656** | **142.502** | **-** | **11.672.159** |

1. Despesas de depósitos

|  | **BRB - Múltiplo** | | | **BRB - Consolidado** | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **2° semestre** | **31.12.2020** | **31.12.2019** | **2° semestre** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| Despesas de depósitos de poupança | (24.674) | (57.841) | (83.973) | (24.674) | (57.841) | (83.973) |
| Despesas de depósitos interfinanceiros | (16.667) | (17.753) | (8.757) | (16.667) | (17.753) | (8.757) |
| Despesas de depósitos a prazo | (79.731) | (194.215) | (320.531) | (74.881) | (180.927) | (293.750) |
| Outros | (26.478) | (61.422) | (96.421) | (26.478) | (61.422) | (96.421) |
| **Total** | **(147.550)** | **(331.231)** | **(509.682)** | **(142.700)** | **(317.943)** | **(482.901)** |

# Nota 19 - Captação no mercado aberto

a) Resumo

|  | **BRB - Múltiplo** | | **BRB - Consolidado** | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **31.12.2020** | **31.12.2019** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| **Carteira própria** | **-** | **314.288** | **-** | **314.288** |
| Recompras a liquidar | - | 314.288 | - | 314.288 |
| Letras Financeiras do Tesouro | - | 104.999 | - | 104.999 |
| Notas do Tesouro Nacional | - | 209.289 | - | 209.289 |
| **Carteira de terceiros** | **340.857** | **26.457** | **317.826** | **8.881** |
| Recompras a liquidar | 340.857 | 26.457 | 317.826 | 8.881 |
| Letras Financeiras do Tesouro | 182.299 | - | 159.301 | - |
| Letras do Tesouro Nacional | 11.736 | - | 11.704 | - |
| Notas do Tesouro Nacional | 146.822 | 26.457 | 146.821 | 8.881 |
| **Total** | **340.857** | **340.745** | **317.826** | **323.169** |

b) Despesa de captação

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **BRB - Múltiplo** | | | **BRB - Consolidado** | | |
| **2° semestre** | **31.12.2020** | **31.12.2019** | **2° semestre** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| Carteira própria | (209) | (11.083) | (1.039) | (168) | (11.041) | (1.025) |
| Carteira de terceiros | (5.574) | (9.028) | (27.037) | (5.523) | (8.767) | (26.180) |
| **Total** | **(5.783)** | **(20.111)** | **(28.076)** | **(5.691)** | **(19.808)** | **(27.205)** |

# Nota 20 - Dívidas subordinadas

A letra financeira subordinada – LFS/LFSN foi criada pela Medida Provisória n.º 472/2009, posteriormente convertida em Lei n.º 12.249/2010. É um título de crédito que consiste em promessa de pagamento em dinheiro, nominativo, transferível e de livre negociação, cuja emissão, exclusiva de instituições financeiras, foi regulamentada por meio da Resolução CMN n.º 4.123/2012.

a) Resumo do título por indexador e vencimento:

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **BRB - Múltiplo e BRB - Consolidado** | | | | | | | | |
| **Título** | **Indexador** | **Até 3 meses** | **3 a 12 meses** | **1 a 3 anos** | **3 a 5 anos** | **Acima de 5 anos** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| LFS | CDI 115% a 130% | - | - | - | - | - | - | 5.557 |
| LFS | IPCA 6,7% a 7,2% | - | - | - | - | - | - | 33.583 |
| LFSN | CDI 119% a 150% | - | 146.658 | - | 11.197 | 105.349 | 263.204 | 253.572 |
| LFSN | IPCA 4,48% a 8,36% | 86.696 | 278.284 | - | - | 83.328 | 448.308 | 328.949 |
| LFSC | IPCA 7,05% | - | - | - | - | 54.681 | 54.681 | - |
| **Total em 31.12.2020** |  | **86.696** | **424.942** | **-** | **11.197** | **243.358** | **766.193** | **-** |
| **Total em 31.12.2019** |  | **17.068** | **22.072** | **464.364** | **95.141** | **23.016** | **-** | **621.661** |

# 

# Nota 21 - Outros passivos financeiros

a) Resumo

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **BRB - Múltiplo e BRB - Consolidado** | |
|  | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| Recursos letras hipotecárias, imobiliárias, créditos e similares (nota 21b) | 225.724 | 204.501 |
| Obrigações por empréstimos no país - instituições oficiais (nota 21c) | 1.844.948 | - |
| Obrigações por repasses do país - instituições oficiais (nota 21d) | 754.485 | 128.457 |
| **Total** | **2.825.157** | **332.958** |

b) Recursos letras hipotecárias, imobiliárias, créditos e similares

b.1 Composição e prazos

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **BRB - Múltiplo e BRB - Consolidado** | | | | | | | | |
|  | **Até 30 dias** | **De 31 a 90 dias** | **De 91 a 180 dias** | **De 181 dias a 1 ano** | **De 1 a 3 anos** | **De 3 a 5 anos** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| Recursos de letras de crédito imobiliário | 28.697 | 36.866 | 33.796 | 43.851 | 81.702 | 721 | 225.633 | 193.748 |
| Letras de crédito do agronegócio | - | - | 90 | 1 | - | - | 91 | - |
| Letras financeiras | - | - | - | - | - | - | - | 10.753 |
| **Total em 31.12.2020** | **28.697** | **36.866** | **33.886** | **43.852** | **81.702** | **721** | **225.724** | **-** |
| **Total em 31.12.2019** | **20.006** | **20.221** | **29.401** | **40.409** | **94.464** | **-** | **-** | **204.501** |

b.2 Despesa de letras

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **BRB - Múltiplo e BRB - Consolidado** | | | |
|  | **2° semestre** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| Despesas de letras de crédito imobiliário | (1.982) | (5.041) | (8.973) |
| Despesas de letras financeiras | (44.436) | (68.337) | (65.664) |
| **Total** | **(46.418)** | **(73.378)** | **(74.637)** |

c) Obrigações por empréstimos no país - instituições oficiais

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **BRB - Múltiplo e BRB - Consolidado** | | | | |
|  | **De 91 a 180 dias** | **De 181 dias a 1 ano** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| Letras financeiras garantidas | 427.518 | 1.417.430 | 1.844.948 | **-** |
| **Total em 31.12.2020** | **427.518** | **1.417.430** | **1.844.948** | **-** |
| **Total em 31.12.2019** | **-** | **-** | **-** | **-** |

d) Obrigações por repasses do país - instituições oficiais

Referem-se a recursos captados para empréstimos e financiamentos e estão registrados pelo valor do principal, acrescido de juros e correção monetária, de acordo com a característica de cada origem do recurso. Substancialmente, as captações estão assim demonstradas:

d.1 Segregação por tipo de recursos

| **BRB - Múltiplo e BRB - Consolidado** | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Origem dos Recursos** | **Taxas/**  **remuneração** | **Finalidade/Programas** | **Vencimento final** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| Tesouro Nacional | 3% a.a. | Polobrasília e Profir/OECF | Outubro de 2025 | 67 | 80 |
| Banco do Brasil (FCO) | 2,94% a.a. até 7% a.a. | Desenvolvimento industrial, desenvolvimento do turismo regional, desenvolvimento dos setores de comércio, serviços, rural e infraestrutura econômica | Maio 2034 | 75.037 | 23.962 |
| BNDES | 0,9% a.a. até 4,5% a.a. + TJLP | POC/automático, POC/Finem, comércio e serviços e rural | Junho de 2030 | 121.679 | 50.946 |
| Finame | 0,9% a.a. até 7,0% a.a. + TJLP | Programas automático, especial e agrícola | Outubro de 2025 | 36.505 | 53.469 |
| Fungetur | 5% a.a. + Selic | Apoio ao setor de serviços turísticos | Dezembro de 2021 | 521.198 | - |
| **Total** |  |  |  | **754.486** | **128.457** |

d.2 Segregação por vencimento

| **BRB - Múltiplo e BRB - Consolidado** | | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Até 1 ano** | **Entre 1 e 3 anos** | **Entre 3 e 5 anos** | **Entre 5 e 15 anos** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| Tesouro Nacional | 13 | 26 | 28 | - | 67 | 80 |
| Fungetur | 521.198 | - | - | - | 521.198 | 53.469 |
| Banco do Brasil (FCO) | 8.173 | 17.047 | 17.249 | 32.568 | 75.037 | 23.962 |
| Industrial | 4.741 | 6.573 | 3.782 | 2.574 | 17.670 | 18.690 |
| Rural | 3.432 | 10.474 | 13.467 | 29.994 | 57.367 | 5.272 |
| BNDES | 14.112 | 50.465 | 43.289 | 13.813 | 121.679 | 50.946 |
| Industrial | 7.791 | 40.771 | 35.691 | 210 | 84.463 | 11.550 |
| Rural | 6.321 | 9.694 | 7.598 | 13.603 | 37.216 | 39.396 |
| Finame | 15.456 | 17.654 | 2.493 | 902 | 36.505 | 53.469 |
| Industrial | 6.109 | 6.811 | 231 | 191 | 13.342 | 21.044 |
| Rural | 9.347 | 10.843 | 2.262 | 711 | 23.163 | 32.425 |
| **Total em 31.12.2020** | **558.952** | **85.192** | **63.059** | **47.283** | **754.486** | **-** |
| **Total em 31.12.2019** | **34.401** | **52.254** | **24.199** | **17.603** | **-** | **128.457** |

# Nota 22 - Provisões, Passivos Contingentes e Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias)

1. Contingências de risco provável e Obrigações Legais

| **BRB - Múltiplo** | | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Natureza** | **Saldo em 31.12.2019** | **Constituição** | **Utilização** | **Reversão** | **Atualização** | **Saldo em 31.12.2020** |
| Trabalhistas | 52.189 | 2.578 | (14.083) | (5.364) | 5.538 | 40.858 |
| Cíveis | 25.730 | 9.728 | (2.454) | (8.715) | 3.308 | 27.597 |
| **Subtotal** | **77.919** | **12.306** | **(16.537)** | **(14.079)** | **8.846** | **68.455** |
| Fiscais – CSLL | 460.356 | 79.243 | (17.507) | (14.102) | 7.728 | 515.718 |
| INSS – PLR | 18.739 | - | - | - | 165 | 18.904 |
| Salário Educação | 2.425 | - | - | - | 16 | 2.441 |
| IRPJ | 15.277 | - | - | - | 173 | 15.450 |
| **Subtotal** | **496.797** | **79.243** | **(17.507)** | **(14.102)** | **8.082** | **552.513** |
| **Total** | **574.716** | **91.549** | **(34.044)** | **(28.181)** | **16.928** | **620.968** |

| **BRB - Consolidado** | | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Natureza** | **Saldo em 31.12.2019** | **Constituição** | **Utilização** | **Reversão** | **Atualização** | **Saldo em 31.12.2020** |
| Trabalhistas | 53.467 | 3.713 | (14.526) | (5.870) | 6.210 | 42.994 |
| Cíveis | 28.732 | 12.153 | (2.779) | (10.288) | 3.772 | 31.590 |
| Outras contingências | 375 | 23 | - | (2) | 19 | 415 |
| **Subtotal** | **82.574** | **15.889** | **(17.305)** | **(16.160)** | **10.001** | **74.999** |
| Fiscais – CSLL | 461.478 | 79.243 | (17.516) | (14.132) | 7.740 | 516.813 |
| INSS – PLR | 18.423 | - | - | - | 165 | 18.588 |
| Salário Educação | 2.741 | - | - | - | 16 | 2.757 |
| Cofins | (2.024) | 13 | - | (3.009) | 17 | (5.003) |
| PIS | 5.501 | 60 |  | (489) | 3 | 5.075 |
| IRPJ | 15.369 | 224 | (51) | - | 172 | 15.714 |
| Outros tributos | 307 | 3 | - | (306) | - | 4 |
| **Subtotal** | **501.795** | **79.543** | **(17.567)** | **(17.936)** | **8.113** | **553.948** |
| **Total** | **584.369** | **95.432** | **(34.872)** | **(34.096)** | **18.114** | **628.947** |

O BRB é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para todos os processos cíveis e trabalhistas e para os processos de natureza fiscal classificados como perda provável com base no histórico de perdas, na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

a) Contingências de risco provável e Obrigações Legais

O BRB é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para todos os processos cíveis e trabalhistas e para os processos de natureza fiscal classificados como perda provável com base no histórico de perdas, na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

a.1 - Contingências trabalhistas

As contingências trabalhistas referem-se basicamente a ações com pleitos relativos às horas-extras, especialmente 7ª e 8ª horas, incorporações de funções/atividades gratificadas e indenizações decorrentes de acidentes do trabalho. Há, também, causas de responsabilidade subsidiária, movidas em desfavor das empresas prestadoras de serviços ao Banco.

As provisões são atualizadas mensalmente com inclusão do índice TR (taxa referencial) e incidência de juros legais de 1% a.m..

a.2 - Contingências cíveis

As contingências cíveis referem-se, basicamente, a ações relativas a indenizações por danos morais e materiais, glosas decorrentes de descumprimento de contratos administrativos por prestadores de serviços e contestadas judicialmente, decorrentes de roubos de cofres de aluguel e inscrição em órgãos de proteção ao crédito, além de diferenças de correção de planos econômicos sobre cadernetas de poupança.

As provisões são atualizadas mensalmente com inclusão do índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) e incidência de juros legais de 1% a.m.

Ações judiciais de poupadores do Plano Collor - Súmula do STF: Em relação às ações judiciais que envolvem a correção de planos econômicos sobre cadernetas de poupança, em especial o Plano Collor. Vale frisar que o BRB aderiu ao acordo firmado entre a Febraban e entidades de defesa de consumidores, homologado pelo Supremo Tribunal Federal.

a.3 - Obrigações legais (contingências fiscais)

As contingências referem-se, basicamente, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e a contestações judiciais de autos de infração.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL: O Banco contesta, administrativa e judicialmente, os autos de infrações lavrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, por conta do não recolhimento da CSLL, instituída pela Lei n.º 7.689/1988, respaldado em ação judicial que transitou em julgado em 18.02.1992, desobrigando-o do recolhimento da referida contribuição. Em razão da inobservância da tese da coisa julgada, o BRB ajuizou a ação anulatória (2006.34.00.001140-3), em trâmite na 6ª Vara Federal de Brasília, que visa anular as exações da Receita.

A BRB-DTVM e a Financeira BRB discutiam judicialmente a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, por meio da ação ordinária n.º 1998.34.00.000054-7, em trâmite na 22ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília, na qual postulavam a ilegalidade e a inconstitucionalidade da exigência da CSLL de pessoas jurídicas que não são empregadoras.

Com a adesão ao programa de benefício fiscal instituído pela Lei n.º 11.941/2009 e as baixas contábeis dos depósitos judiciais da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL e das respectivas provisões para perdas a Financeira BRB e a BRB-DTVM aguardam levantamento do saldo remanescente.

Salário Educação: A discussão judicial instaurada com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE contesta a aplicação de multas em desfavor do BRB em decorrência de supostos atrasos nos recolhimentos referentes ao Salário Educação, nos autos da ação Anulatória de Débito Fiscal n.º 2003.34.00.043653-3.

IRPJ: Em reavaliação dos processos tributários, especificamente no que tange à autuação oriunda de Termo de Verificação Fiscal, iniciado em 19.12.2007, consoante Mandado de Procedimento Fiscal – MPF nº 01.1.01.00-2007-00666-4, da Receita Federal do Brasil, na parte que trata do IRPJ – Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, decidiu-se pela alteração da probabilidade de perda, alterando-a de possível para provável. O débito é discutido na ação Anulatória nº 74082-94.2015.4.01.3400, em trâmite na 6ª Vara da Seção Judiciária de Brasília, julgada procedente em 09 de 2018. Apesar da procedência, foi mantido provisionamento do valor atualizado.

a.4 - Contingências previdenciárias

Autuações referentes ao INSS: O Banco recebeu, em dezembro de 2001, quatro autuações do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. A primeira refere-se à majoração de alíquotas e as demais ao não-recolhimento da contribuição patronal incidente sobre os valores pagos a título de participações nos lucros e resultados e sobre pagamento de abono salarial em acordo coletivo.

INSS – PLR: Outras autuações da Receita Federal do Brasil (NFLD n.º 37.135.117-0, NFLD n.º 37.135.116-2 e AI n.º 37.135.118-9) são objeto de discussão na esfera administrativa. A primeira (NFLD n.° 37.135.117-0) refere-se às contribuições previdenciárias patronal (INSS) supostamente devidas sobre a participação nos lucros e resultados pagos aos empregados do Banco.

1. Contingências de risco possível

|  | **BRB - Múltiplo** | | | | **BRB - Consolidado** | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **31.12.2020** | | **31.12.2019** | | **31.12.2020** | | **31.12.2019** | |
| **Quantidade** | **Saldo** | **Quantidade** | **Saldo** | **Quantidade** | **Saldo** | **Quantidade** | **Saldo** |
| Cível | 96 | 204.526 | 80 | 128.579 | 229 | 209.200 | 97 | 181.504 |
| Trabalhista | 86 | 11.586 | 62 | 9.737 | 87 | 11.786 | 65 | 9.829 |
| Fiscal | 11 | 10.200 | 10 | 136.171 | 11 | 143.582 | 10 | 136.171 |
|  | **193** | **226.312** | **152** | **274.487** | **327** | **364.568** | **172** | **327.504** |

Para as ações promovidas contra o Conglomerado BRB cuja probabilidade de perda está definida como possível não foram constituídas provisões, conforme políticas contábeis descritas na nota 3o.

Os processos de natureza cível promovidos contra o BRB - Múltiplo cuja probabilidade de perda está definida como possível, referem-se a ações envolvendo fraudes, indenizações por falha na prestação de serviços, revisão de cláusulas contratuais, cartões de crédito, falha nos sistemas de automação, inclusão/manutenção indevida junto aos órgãos de proteção ao crédito, descumprimento da Lei da Fila e questões envolvendo o programa Pró-DF, do Governo do Distrito Federal.

Os processos de natureza cível promovidos contra o consolidado cuja probabilidade de perda está definida como possível, envolvem, além dos objetos discutidos no tópico anterior, também ações relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes da cobrança de saldos em atraso por meio de débito em contas, inscrição em órgãos de proteção ao crédito e contrato de financiamento firmado com a Cooperativa de Transporte Coletivo Público do DF (Coopertran).

Ainda nos processos de natureza cível, há ação promovida pela Associação dos Funcionários Aposentados do BRB – AFABRB em face à União (Previc), ao BRB e à Regius tendo por pedidos iniciais a decretação de nulidade da deliberação de Previdência Complementar. Na sentença monocrática, o BRB foi condenado, a ressarcir a Regius, pelas contribuições não vertidas no período de 1º de fevereiro de 1997 a 31 de dezembro de 1997 em referência.

Em 12.02.2014 foi firmado acordo entre a AFABRB, o BRB e a Regius, onde o BRB ressarciu, aproximadamente, R$ 29.297 ao Plano BD, bem como pagou os honorários sucumbenciais e contratuais ao patrono da AFABRB.

Atualmente, apesar do acordo celebrado, o processo encontra-se em fase de julgamento e, por isso, entende-se como possível a condenação ao Banco dos valores em discussão no processo, até posterior esclarecimento pelo juízo quanto à declaração de quitação e extinção do processo por transação. A estimativa da perda é de R$ 6.084.

Há, também, processos de natureza trabalhista, com probabilidade de perda definida como possível que envolvem horas-extras, especialmente 7ª e 8ª horas, incorporações de funções/atividades gratificadas, indenizações decorrentes de acidentes do trabalho, e causas de responsabilidade subsidiária.

Existem, ainda, processos de natureza fiscal com probabilidade de perda possível, relativas a autuações do INSS, originadas de PLR, e da Receita Federal, decorrentes de suposta falta do recolhimento da CSLL/IRPJ.

# Nota 23 - Outras obrigações

a) Resumo

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **BRB - Múltiplo** | | **BRB - Consolidado** | |
|  | **31.12.2020** | **31.12.2019** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| Relações interfinanceiras e interdependências | 17.488 | 1.488 | 644.897 | 494.123 |
| Outras | 676.344 | 422.168 | 870.314 | 635.805 |
| Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados | 8.683 | 41.701 | 8.710 | 41.935 |
| Carteira de câmbio | 1.352 | 34 | 1.352 | 34 |
| Sociais e estatutárias | 58.067 | 45.136 | 63.641 | 59.794 |
| Fiscais e previdenciárias (nota 20b) | 104.697 | 66.390 | 192.741 | 139.726 |
| Recursos para destinação específica | 119 | 44 | 119 | 44 |
| Diversas (nota 20c) | 503.426 | 268.863 | 622.977 | 409.367 |
| **Total** | **693.832** | **423.656** | **1.515.211** | **1.129.928** |

b) Fiscais e previdenciárias

|  | **BRB - Múltiplo** | | **BRB - Consolidado** | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **31.12.2020** | **31.12.2019** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| Impostos e contribuições sobre salários | 29.376 | 28.181 | 32.521 | 30.704 |
| Impostos e contribuições sobre lucros a pagar | - | - | 19.226 | 15.095 |
| Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros | 2.419 | 2.006 | 3.048 | 2.528 |
| Impostos e contribuições – outros | 10.055 | 8.975 | 15.023 | 13.082 |
| Provisão para impostos e contribuições sobre lucros | 62.847 | 27.228 | 122.923 | 78.317 |
| **Total** | **104.697** | **66.390** | **192.741** | **139.726** |

c) Diversas

# 

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **BRB - Múltiplo** | | **BRB - Consolidado** | |
|  | **31.12.2020** | **31.12.2019** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| Cheques administrativos | 5.778 | 6.565 | 5.777 | 6.565 |
| Credores por recursos a liberar | 137.957 | 12.502 | 137.957 | 12.502 |
| Obrigações para aquisição de bens e direitos | 332 | 332 | 332 | 332 |
| Obrigações por convênios oficiais | 18.196 | 14.057 | 18.196 | 14.058 |
| Obrigação por prestação de serviços de pagamento | 31.814 | 28.219 | 31.814 | 28.219 |
| Provisão para pagamentos a efetuar | 185.479 | 121.311 | 242.715 | 149.755 |
| Credores Diversos - país | 95.366 | 83.180 | 121.545 | 176.637 |
| Valores a pagar de sociedades ligadas | 11.751 | 1.534 | 8.025 | 1.290 |
| Outras (1) | 16.753 | 1.163 | 56.616 | 20.009 |
| **Total** | **503.426** | **268.863** | **622.977** | **409.367** |

(1) inclui bonificação extraordinária no 3º trimestre de 2020.

# Nota 24 - Patrimônio líquido

1. Composição do capital social em quantidade de ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal. O acionista majoritário, o Governo do Distrito Federal, detém 75,44% das ações ordinárias e 96,85% das preferenciais

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| Ordinárias | 28.014.650 | 28.014.650 |
| Preferenciais | 8.290.000 | 8.290.000 |
| **Total** | **36.304.650** | **36.304.650** |

1. Base de cálculo dos dividendos

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| Lucro líquido | 449.599 | 418.836 |
| Reserva legal | (22.480) | (20.942) |
| Base de cálculo de dividendo | 427.119 | 397.894 |
| Dividendo proposto (25%) | 106.780 | - |
| Dividendo proposto (40%) | - | 158.892 |
| Juros sobre Capital Próprio | 90.025 | 100.843 |
| Imposto de renda retido na fonte | (209) | (266) |
| Dividendos a pagar | 16.964 | 58.315 |
| Dividendos/Juros sobre Capital Próprio de exercícios anteriores (pagos) | 58.315 | 8.971 |
| Dividendos/n.º de ações ON | 2,0890 | 2,7157 |
| Dividendos/n.º de ações PN | 2,6273 | 2,9872 |

O Consad, em sua 717ª Reunião Ordinária, realizada em 19.02.2020, aprovou o pagamento de dividendos referentes ao 2º semestre de 2019, no valor de R$ 58.315, que correspondem a R$ 1,5704 por ação ON e R$ 1,7274 por ação PN. O crédito correspondente ocorreu em 11.03.2020.

Na 722ª Reunião Extraordinária, realizada em 14.05.2020, o Consad aprovou o pagamento antecipado de juros sobre capital próprio referentes ao 1º semestre de 2020, no valor de R$ 25.549, que correspondem a R$ 0,6880 por ação ON e R$ 0,7568 por ação PN. O crédito correspondente ocorreu em 09.06.2020.

Na 733ª Reunião Extraordinária, realizada em 19.08.2020, o Consad aprovou o pagamento antecipado de juros sobre capital próprio referentes ao 1º semestre de 2020, no valor de R$ 22.041 que correspondem a R$ 0,5935 por ação ON e R$ 0,6529 por ação PN. O crédito correspondente ocorreu em 09.09.2020.

Na 743ª Reunião Extraordinária, realizada em 12.11.2020, o Consad aprovou o pagamento antecipado de juros sobre capital próprio referentes ao 2º semestre de 2020, no valor de R$ 30.317, que correspondem a R$ 0,8164 por ação ON e R$ 0,8981 por ação PN. O crédito correspondente ocorreu em 09.12.2020.

Na 744ª Reunião Ordinária, realizada em 10.12.2020, o Consad aprovou o pagamento antecipado de juros sobre capital próprio referentes ao 2º semestre de 2020, no valor de R$ 12.118, que correspondem a R$ 0,326334154 por ação ON e R$ 0,358967569 por ação PN. O crédito correspondente ocorreu em 23.12.2020.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ocorrida em 31.07.2020, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração de aumento de capital social em R$ 400.000, com a utilização do saldo da reserva para margem operacional, elevando-o de R$ R$ 900.000 para R$ 1.300.000.

Na referida Assembleia, foi aprovado o desdobramento das ações do BRB em 900% das atuais 36.304.650 (trinta e seis milhões, trezentas e quatro mil, seiscentas e cinquenta) ações escriturais, sem valor nominal. Como resultado do desdobramento os acionistas receberão 9 (nove) novas ações para cada 1 (uma) ação da mesma classe de que forem titulares. Os efeitos do desdobramento ocorrerão a partir de janeiro de 2021, conforme Aviso aos Acionistas, divulgado no dia 11 de dezembro de 2020.

1. Participação minoritária

A distribuição de dividendos atribuída a participação minoritária foi de R$ 27.646 (R$ 19.520 em 31.12.2019).

# Nota 25 - Imposto de Renda e Contribuição Social

1. Demonstrativo da apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social

|  | **BRB - Múltiplo** | | **BRB - Consolidado** | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **31.12.2020** | **31.12.2019** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| **Resultado antes do IR, CSLL e participações** | **639.824** | **569.151** | **808.848** | **708.972** |
| **Participações nos lucros** | **(68.036)** | **(67.159)** | **(75.089)** | **(73.921)** |
| **Resultado antes do imposto de renda e contribuição social** | **571.788** | **501.992** | **733.759** | **635.051** |
| Alíquotas vigentes | 45% | 40% | 45% | 40% |
| **Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes** | **(257.304)** | **(200.796)** | **(330.191)** | **(254.020)** |
| **Efeitos tributários na apuração dos tributos** | **135.115** | **117.640** | **83.086** | **69.185** |
| Equivalência Patrimonial | 76.171 | 57.686 | 469 | - |
| Juros s/ Capital Próprio | 40.511 | 34.488 | 40.511 | 34.488 |
| Despesas indedutíveis e receitas não tributáveis | 7.305 | (5.012) | 4.951 | (7.910) |
| Efeito da Majoração da CSLL | 8.050 | - | 8.051 | - |
| Outros Valores (1) | 3.078 | 30.478 | 29.104 | 42.607 |
| **Valor devido de imposto de renda e contribuição social corrente** | **(111.388)** | **(44.735)** | **(244.327)** | **(154.982)** |
| **Passivo Fiscal Diferido** | **(1.768)** | **(8.522)** | **(2.468)** | **(8.572)** |
| **Ativo Fiscal Diferido** | **(9.033)** | **(29.899)** | **(310)** | **(21.281)** |
| **Valor devido de imposto de renda e contribuição social** | **(122.189)** | **(83.156)** | **(247.105)** | **(184.835)** |

(1) inclui, basicamente: (i) a equalização da alíquota efetiva das empresas financeiras não banco, a partir de 2020, e das empresas não financeiras, em relação à demonstrada; (ii) Adições e Exclusões não permanentes; (iii) compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL; e (iv) incentivos fiscais

1. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

| **BRB – Múltiplo** | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Saldo em 31.12.2019** | **Constituição** | **Realização** | **Saldo em 31.12.2020** |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 173.173 | 153.363 | (159.768) | 166.768 |
| Provisões trabalhistas | 23.406 | 3.950 | (8.975) | 18.381 |
| Provisões cíveis | 11.311 | 6.017 | (4.930) | 12.398 |
| Provisões fiscais | 11.474 | 159 | (163) | 11.470 |
| Provisão para perdas com FCVS | 25.753 | 2.221 | (343) | 27.631 |
| Desvalorização de títulos livres | 15.513 | - | (284) | 15.229 |
| Provisão para desvalorização de bens não de uso | 13.022 | 1.662 | (2.479) | 12.205 |
| Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda | 2.798 | 10.115 | (6.966) | 5.947 |
| Previdência complementar | 182.857 | 31.738 | (34.341) | 180.254 |
| Outras | 826 | 4.695 | (4.466) | 1.055 |
| Total Diferenças Intertemporais | 460.133 | 213.920 | (222.715) | 451.338 |
| Prejuízo Fiscal do IR 25% | 495 | - | (495) | - |
| Base Negativa da CSLL 15% | 694 | - | (694) | - |
| **Total** | **461.322** | **213.920** | **(223.904)** | **451.338** |

| **BRB – Consolidado** | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Saldo em 31.12.2019** | **Constituição** | **Realização** | **Saldo em 31.12.2020** |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 205.799 | 219.761 | (220.282) | 205.278 |
| Provisões trabalhistas | 23.868 | 4.550 | (9.079) | 19.339 |
| Provisões cíveis | 12.461 | 6.697 | (5.333) | 13.825 |
| Provisões fiscais | 12.374 | 167 | (1.007) | 11.534 |
| Provisão para perdas com FCVS | 25.753 | 2.221 | (343) | 27.631 |
| Desvalorização de títulos livres | 24.809 | - | (330) | 24.479 |
| Provisão para desvalorização de bens não de uso | 13.022 | 1.662 | (2.479) | 12.205 |
| Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda | 182.857 | 10.115 | (10.772) | 182.200 |
| Previdência complementar | 2.798 | 31.738 | (34.340) | 196 |
| Outras | 18.272 | 21.887 | (13.151) | 27.008 |
| **Total Diferenças Intertemporais** | 522.013 | 298.798 | (297.116) | 523.695 |
| Prejuízo Fiscal do IR 25% | 2.480 | 571 | (2.480) | 571 |
| Base Negativa da CSLL 15% | 1.398 | 363 | (1.398) | 363 |
| **Total** | **525.891** | **299.732** | **(300.994)** | **524.629** |

1. Estimativa de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

| **BRB – Múltiplo** | | | |
| --- | --- | --- | --- |
| **Estimativa de realização do crédito tributário** | **Diferenças Intertemporais** | **TVM** | **Total** |
| 2021 | 168.670 | 2.700 | 171.370 |
| 2022 | 145.551 | 402 | 145.953 |
| 2023 | 33.588 | - | 33.588 |
| 2024 | 30.592 | 1.807 | 32.399 |
| 2025 | 16.801 | 955 | 17.756 |
| 2026 a 2030 | 50.189 | 83 | 50.272 |
| **Total** | **445.391** | **5.947** | **451.338** |

| **BRB – Consolidado** | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Estimativa de realização do crédito tributário** | **Diferenças Intertemporais** | **Prejuízo Fiscal** | **Base Negativa CSLL** | **TVM** | **Total** |
| 2021 | 198.408 | - | - | 2.699 | 201.107 |
| 2022 | 157.757 | - | - | 402 | 158.159 |
| 2023 | 36.086 | 233 | 140 | - | 36.459 |
| 2024 | 33.010 | 242 | 145 | 1.807 | 35.204 |
| 2025 | 19.153 | 96 | 78 | 955 | 20.282 |
| 2026 a 2030 | 73.335 | - | - | 83 | 73.418 |
| **Total** | **517.749** | **571** | **363** | **5.946** | **524.629** |

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

1. Passivo fiscal diferido

| **BRB – Múltiplo** | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Saldo em 31.12.2019** | **Constituição** | **Realização** | **Saldo em 31.12.2020** |
| TVM | 5.257 | 7.077 | (11.982) | 352 |
| Diferenças Intertemporais | 44.949 | 3.106 | (1.338) | 46.717 |
| **Total** | **50.206** | **10.183** | **(13.320)** | **47.069** |

| **BRB – Consolidado** | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **Saldo em 31.12.2019** | **Constituição** | **Realização** | **Saldo em 31.12.2020** |
| TVM | 5.258 | 7.089 | (11.995) | 352 |
| Diferenças Intertemporais | 44.949 | 3.806 | (1.338) | 47.417 |
| **Total** | **50.207** | **10.895** | **(13.333)** | **47.769** |

# Nota 26 - Receitas e despesas

1. Receitas de prestação de serviços e tarifas

|  | **BRB - Múltiplo** | | |  | **BRB - Consolidado** | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **2° semestre** | **31.12.2020** | **31.12.2019** | **2° semestre** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| Rendas de prestação de serviços | **26.019** | **47.199** | **24.072** | **168.525** | **336.864** | **247.955** |
| Rendas de cartão | 8.890 | 15.692 | 14.914 | 42.640 | 73.691 | 59.455 |
| Rendas de administração de fundos | - | - | - | 5.513 | 11.792 | 15.161 |
| Serviços de custódia e corretagem | - | - | - | 103.240 | 219.781 | 163.727 |
| Comissões de Depósitos Judiciais | 1.798 | 3.642 | 3.853 | 1.798 | 3.642 | 3.853 |
| BRB Mobilidade (1) | 12.601 | 25.100 | 5.204 | 12.601 | 25.100 | 5.204 |
| Outras rendas de prestação de serviços | 2.730 | 2.765 | 101 | 2.733 | 2.858 | 555 |
| Rendas de tarifas | **92.579** | **183.467** | **162.866** | **101.733** | **200.164** | **173.852** |
| Rendas de pessoa física | 43.342 | 83.151 | 78.192 | 58.919 | 111.697 | 102.442 |
| Rendas de pacotes de serviços | 21.814 | 44.271 | 45.215 | 21.814 | 44.271 | 45.216 |
| Rendas de serviços prioritários | 12.296 | 23.036 | 26.415 | 13.890 | 26.141 | 28.916 |
| Rendas de serviços diferenciais | 8.061 | 13.719 | 4.927 | 22.044 | 39.160 | 26.675 |
| Rendas de serviços especiais | 1.171 | 2.125 | 1.635 | 1.171 | 2.125 | 1.635 |
| Rendas de pessoa jurídica | 49.237 | 100.316 | 84.674 | 42.814 | 88.467 | 71.410 |
| **Total** | **118.598** | **230.666** | **186.938** | **270.258** | **537.028** | **421.807** |

(1) em novembro de 2019, o Conglomerado BRB assumiu o processamento do Sistema de Bilhetagem Automática (SBA) do Distrito Federal.

1. Despesas de pessoal

|  | **BRB - Múltiplo** | | |  | **BRB - Consolidado** | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **2° semestre** | **31.12.2020** | **31.12.2019** | **2° semestre** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| Despesas de pessoal – benefícios | (48.525) | (97.713) | (93.404) | (61.156) | (121.542) | (112.448) |
| Despesas de pessoal – encargos sociais | (113.372) | (231.700) | (231.034) | (126.496) | (257.763) | (246.640) |
| Despesas de pessoal – proventos (1) | (247.405) | (492.352) | (490.861) | (274.168) | (543.837) | (534.740) |
| Despesas de honorários | (3.005) | (6.014) | (5.448) | (7.720) | (14.912) | (10.867) |
| Outros | (3.290) | (7.022) | (9.232) | (3.774) | (7.865) | (10.156) |
| **Total** | **(415.597)** | **(834.801)** | **(829.979)** | **(473.314)** | **(945.919)** | **(914.851)** |

(1) no dia 08 de junho de 2020, foi divulgado, no BRB-Múltiplo, o Programa de Desligamento Voluntário Incentivado - PDVI, para adesão no período de 15 a 19 de junho de 2020. Foram registradas 77 adesões. Não foi aprovada a ampliação do número de desligamentos até o momento. O valor orçado para o programa foi R$ 9.914. No dia 11 de julho de 2019, foi divulgado o Programa de Desligamento Voluntário Incentivado - PDVI, para adesão no período de 15 a 31 de julho de 2019. Foram registradas 190 adesões, frente à proposta inicial de desligamento de 50 empregados. Em 19 de julho de 2019, foi aprovada a ampliação do número de desligamentos pelo Consad, condicionados ao limite orçamentário de R$ 29.150.

1. Outras despesas administrativas

|  | **BRB - Múltiplo** | | |  | **BRB - Consolidado** | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **2° semestre** | **31.12.2020** | **31.12.2019** | **2° semestre** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| Despesas de água, energia e gás | (3.718) | (7.930) | (9.307) | (4.104) | (8.738) | (10.223) |
| Despesas de aluguéis | (19.651) | (27.736) | (16.255) | (21.533) | (31.013) | (18.844) |
| Despesas de comunicações | (2.140) | (6.840) | (4.330) | (3.660) | (10.574) | (6.745) |
| Despesas de manutenção/conservação de bens | (5.275) | (8.924) | (11.378) | (6.009) | (10.189) | (12.568) |
| Despesas de processamento de dados | (78.263) | (150.977) | (139.493) | (88.624) | (167.348) | (153.108) |
| Despesas de propaganda e publicidade | (22.740) | (44.902) | (33.020) | (23.029) | (45.997) | (36.131) |
| Despesas de serviços do sistema financeiro | (11.113) | (21.783) | (22.264) | (12.616) | (24.446) | (23.088) |
| Despesas de serviços de terceiros | (43.590) | (80.764) | (78.787) | (34.906) | (66.736) | (65.278) |
| Despesas de serviços de vigilância e segurança | (17.543) | (34.890) | (33.794) | (17.617) | (35.047) | (33.974) |
| Despesas de serviços técnicos especializados | (7.476) | (12.313) | (15.675) | (8.098) | (13.512) | (17.186) |
| Despesas de transportes | (3.074) | (5.886) | (3.946) | (3.190) | (6.138) | (4.251) |
| Despesas de amortização e depreciação | (47.899) | (84.048) | (59.815) | (50.773) | (89.472) | (64.524) |
| Outras despesas administrativas | (23.751) | (40.713) | (29.471) | (27.117) | (44.109) | (30.686) |
| **Total** | **(286.233)** | **(527.706)** | **(457.535)** | **(301.276)** | **(553.319)** | **(476.606)** |

1. Outras receitas operacionais

|  | **BRB - Múltiplo** | | |  | **BRB - Consolidado** | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **2° semestre** | **31.12.2020** | **31.12.2019** | **2° semestre** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| Recuperação de encargos e despesas | 27.690 | 52.663 | 59.469 | 12.341 | 25.004 | 34.743 |
| Reversão de provisões operacionais | 11.960 | 15.901 | 1.852 | 14.848 | 21.837 | 13.059 |
| Outras rendas operacionais (1) | 14.631 | 27.875 | 51.004 | 30.666 | 61.978 | 75.535 |
| **Total** | **54.281** | **96.439** | **112.325** | **57.855** | **108.819** | **123.337** |

(1) inclui bonificação extraordinária não recorrente no 3º trimestre de 2020.

1. Outras despesas operacionais

|  | **BRB - Múltiplo** | | | **BRB - Consolidado** | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **2° semestre** | **31.12.2020** | **31.12.2019** | **2° semestre** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| Despesas com comercialização de cartões | (1) | (2) | (2) | (16.377) | (31.815) | (28.357) |
| Despesas com comissão de correspondentes | (800) | (972) | (86) | (23.819) | (37.004) | (19.752) |
| Descontos concedidos em renegociações | (30.104) | (36.112) | (3.338) | (30.104) | (36.112) | (3.349) |
| Despesas de convênios | (20.450) | (41.778) | (39.176) | (20.450) | (41.778) | (39.176) |
| Processamento de bandeiras | - | - | - | (15.211) | (31.012) | (25.725) |
| Variação cambial | (5.818) | (6.181) | (4.950) | (7.178) | (9.309) | (8.647) |
| Atualização monetária | (7.494) | (18.529) | (28.912) | (7.752) | (18.958) | (29.321) |
| Indenizações/ressarcimentos | (8.492) | (26.956) | (17.329) | (17.510) | (38.857) | (21.441) |
| Sistema de bilhetagem (1) | (9.553) | (21.781) | - | - | (12.228) | - |
| Taxas e tarifas | (5.006) | (9.615) | (9.467) | (5.154) | (9.902) | (9.468) |
| Outras despesas operacionais | (16.771) | (23.527) | (16.443) | (34.017) | (55.282) | (36.534) |
| **Total** | **(104.489)** | **(185.453)** | **(119.703)** | **(177.572)** | **(322.257)** | **(221.770)** |

(1) em novembro de 2019, o Conglomerado BRB assumiu o processamento do Sistema de Bilhetagem Automática (SBA) do Distrito Federal.

1. Reversão/despesas de provisões

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **BRB - Múltiplo** | | | **BRB - Consolidado** | | |
| **2° semestre** | **31.12.2020** | **31.12.2019** | **2° semestre** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| Trabalhista | 1.328 | 2.786 | 4.504 | 699 | 1.726 | 3.626 |
| Fiscais | - | 1.025 | - | (18) | 4.513 | - |
| Outras | 343 | (1.014) | (317) | (6.207) | (18.529) | (20.375) |
| **Total** | **1.671** | **2.797** | **4.187** | **(5.526)** | **(12.290)** | **(16.749)** |

1. Resultado não operacional

|  | **BRB - Múltiplo** | |  | | **BRB – Consolidado** | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **2° semestre** | **31.12.2020** | **31.12.2019** | **2° semestre** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| Resultado na alienação de valores e bens | 6.344 | 6.535 | 2.194 | 6.348 | 6.539 | 2.174 |
| Ganhos/perdas de capital | (2.571) | (4.893) | (2.062) | (2.571) | (4.946) | (2.067) |
| Valorização/desvalorização de outros valores e bens | (284) | (3.481) | (6.453) | (284) | (3.481) | (6.453) |
| Outras | 256 | 2.446 | 3.433 | 258 | 2.447 | 3.449 |
| **Total** | **3.745** | **607** | **(2.888)** | **3.751** | **559** | **(2.897)** |

# Nota 27 - Resultado recorrente

A seguir, os eventos não recorrentes que impactaram no resultado líquido.

|  | **BRB - Múltiplo** | | | **BRB - Consolidado** | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **2° semestre** | **31.12.2020** | **31.12.2019** | **2° semestre** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| **Resultado líquido contábil** | **249.552** | **449.599** | **418.836** | **249.552** | **449.599** | **418.836** |
| Receitas de prestação de serviços (1) | (476) | (476) | - | (476) | (476) | - |
| Despesas de pessoal (2) | - | 9.914 | 25.860 | - | 9.914 | 25.860 |
| Outras despesas administrativas (3) | 2.412 | 2.412 | - | 2.412 | 2.412 | - |
| Despesas tributárias (4) | 3.263 | 3.263 | - | 3.263 | 3.263 | - |
| Outras receitas/despesas operacionais (5) | 7.887 | 7.887 | - | 7.005 | 7.005 | - |
| RESULTADO NÃO OPERACIONAL (6) | (559) | (559) | - | (559) | (559) | - |
| IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (7) | (11.790) | (16.251) | (32.378) | (11.790) | (16.251) | (32.378) |
| PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES (8) | - | - | - | 882 | 882 | - |
| **LUCRO LÍQUIDO** | **250.289** | **455.789** | **412.318** | **250.289** | **455.789** | **412.318** |

(1) Contratos de prestação de serviços pontuais no período de pandemia;

(2) PDVI;

(3) gastos diversos com a pandemia;

(4) despesas com impostos relacionados à transferência de bens não de uso;

(5) custo financeiro e reversão de provisões;

(6) eventos não operacionais;

(7) efeito tributário sobre os ajustes e à Lei do Bem; impacto no estoque de crédito tributário em função da majoração da alíquota da CSLL (2019);

(8) percentual de 0,2936% sobre os eventos não recorrentes na BRBCard.

# Nota 28 - Gestão de riscos e gestão do capital

a) Gestão de riscos

O Banco de Brasília S.A. dispõe de normas, estratégias e procedimentos para o gerenciamento dos seus riscos e de seu capital. Estes instrumentos estabelecem princípios gerais de atuação expressos pela Alta Administração e estão alinhados aos objetivos estratégicos da Instituição, em conformidade com a regulamentação específica.

A Política de Gerenciamento Integrado de Riscos e de Capital estabelece as diretrizes e estratégias para o gerenciamento de riscos e de capital do Conglomerado BRB.

O processo de gestão de riscos no BRB encontra-se descrito no sítio de relações com investidores (<http://ri.brb.com.br>), menu “Governança Corporativa”, opção“Relatório de Gestão de Risco”.

Com o intuito de garantir a efetividade do gerenciamento dos riscos e do capital, a estrutura organizacional da Entidade contempla uma atuação compartilhada de responsabilidades e controles, em que todos os envolvidos devem acompanhar a conformidade de seus processos, estabelecendo e praticando controles internos que minimizem os riscos e corrijam as deficiências.

Destaca-se, nesta estrutura, a Superintendência de Riscos Corporativos (Suris) e a Superintendência de Risco Operacional e Cibernético (Suroc), cada qual formada por três gerências que, de forma sinérgica, tratam de gerir o capital e os riscos de crédito, de mercado, IRRBB, de liquidez, operacional, reputacional, socioambiental e cibernético, sob os aspectos regulatório e gerencial, garantindo a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre esses riscos.

### a.1. Risco de mercado

O risco de mercado do Conglomerado BRB é identificado, mensurado, avaliado, monitorado, reportado e controlado por unidade específica da Instituição. Todas as posições sujeitas a este risco são mapeadas e avaliadas, diariamente, em um processo aprovado pela estrutura de governança.

Nesse processo, o Banco avalia a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição. Dentre as ferramentas utilizadas para o gerenciamento deste risco, destacam-se o cálculo do Valor em Risco (VaR), a realização de análises de sensibilidade e de testes de estresse, além da reavaliação trimestral do modelo de apuração, via *backtesting*.

### a.1.1. Valor em Risco (VaR)

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Value at Risk(1) (R$ mil) – Risco de Mercado** | | | |
| **Conglomerado Prudencial BRB** | **2T2020** | **3T2020** | **4T2020** |
| VaR médio no trimestre | 546 | 340 | 336 |
| VaR mínimo no trimestre | 412 | 243 | 246 |
| VaR máximo no trimestre | 771 | 427 | 436 |

(1) calculado para o horizonte de tempo de um dia útil e com grau de confiança de 99%.

O VaR médio do risco de mercado, para o horizonte de tempo de um dia útil e com grau de confiança de 99%, reduziu 1,24% em comparação ao trimestre anterior. A queda resultou, principalmente, da diminuição do valor da exposição em dólar.

a.1.2. Acompanhamento do IRRBB

A Resolução CMN nº 4.557/2017 define o IRRBB (*Interest rate risk in the banking book*) como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária. Além disso, tal norma determina que, para as instituições enquadradas no S3 (como é o caso do Conglomerado BRB), a identificação, a mensuração e o controle do IRRBB devem se basear em abordagens de valor econômico (ΔEVE) e de resultado de intermediação financeira (ΔNII), cujos cálculos foram posteriormente detalhados na Circular BCB nº 3.876/2018.

Para cumprimento dessas exigências normativas, a partir de 02/01/2020, o BRB passou a gerir o IRRBB por meio das métricas ΔEVE e ΔNII, em substituição ao modelo VaR (*Value at Risk*) *Banking*.

Vale destacar que o ΔEVE e o ΔNII são metodologias apuradas sob dois cenários de estresse de taxas de juros: paralelo de alta (*parallel up*), em que são aplicados choques para cima de mesma magnitude em todos os vértices da curva inerente a cada fator de risco; paralelo de baixa (*parallel down*), no qual são aplicados choques para baixo de mesma magnitude em todos os vértices da curva associada a cada fator de risco.

É importante salientar também que tais métricas são calculadas para cada moeda na qual existam exposições da carteira bancária da Instituição sujeitas ao IRRBB, sendo os valores finais dessas metodologias iguais a soma das perdas estimadas para cada moeda e sob cada cenário de choque de taxas de juros.

O ΔEVE tem o propósito de avaliar o impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária da instituição. Tal métrica consiste na diferença entre o somatório dos valores presentes dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o somatório dos valores presentes dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

O ΔNII, por sua vez, tem a finalidade de avaliar o impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição. Tal métrica consiste na diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **1T2020** | | **2T2020** | | **3T2020** | | **4T2020** | |
| R$ milhões | Delta EVE | Delta NII | Delta EVE | Delta NII | Delta EVE | Delta NII | Delta EVE | Delta NII |
| Médio | 105,09 | 378,25 | 258,39 | 408,35 | 480,91 | 428,17 | 477,83 | 430,74 |
| Mínimo | - | 344,53 | 105,02 | 370,75 | 333,90 | 395,35 | 363,82 | 393,31 |
| Máximo | 236,86 | 417,07 | 451,63 | 436,13 | 562,77 | 444,43 | 536,57 | 448,97 |

Não ocorreram variações significativas nas médias das métricas do ΔEVE e do ΔNII em comparação ao trimestre anterior. Vale destacar no 4T2020 o crescimento das posições do Conglomerado BRB em produtos de crédito prefixados, principalmente, de crédito consignado. No período, ocorreu também o crescimento da carteira de operações de crédito imobiliário, além do aumento do volume de captações pós-fixadas em CDI e Selic.

1.3. Análise de sensibilidade

No quarto trimestre de 2020, os resultados da análise de sensibilidade para a carteira de negociação indicaram uma perda esperada com o cenário projetado. A estimativa de prejuízo para esse portfólio foi relacionada ao fator de risco “Câmbio”, em razão da expectativa de queda de 4,9% na cotação do euro. Já para a carteira bancária, sob tal cenário projetado, houve uma previsão de perda maior do que aquela que havia sido projetada para o trimestre anterior. Isto ocorreu devido ao crescimento da carteira de crédito prefixada no período, o que deixou o *banking* *book* mais vulnerável a variações de juros e que, consequentemente, potencializou o eventual prejuízo em circunstâncias desfavoráveis.

Nas situações adversas com deterioração de 25% e de 50% nas variáveis de risco consideradas, o resultado para a carteira de negociação apresentou possibilidade de perda menor do que aquela que havia sido estimada para o trimestre anterior. A diferença resultou da diminuição da exposição em dólar, o que tornou o portfólio menos sensível a choques no fator de risco cambial. Já para a carteira bancária, sob tais condições adversas, houve uma previsão de perda maior do que aquela que havia sido projetada para o trimestre anterior. Isto ocorreu, principalmente, devido ao crescimento da carteira de crédito prefixada no período, o que deixou o *banking* *book* mais vulnerável a variações de juros e que, consequentemente, potencializou o eventual prejuízo estimado em circunstâncias desfavoráveis.

1.4. Backtesting

O modelo aplicado ao risco de mercado foi validado no teste de aderência (*backtesting*), pois apresentou um número aceitável de exceções para o Critério de *Kupiec*.

### a.2. Risco de liquidez

A mensuração do risco de liquidez abrange todas as operações financeiras do Conglomerado BRB que podem afetar a capacidade de pagamento da Entidade. Diariamente, é feita a apuração desse risco conforme procedimentos aprovados pela Alta Administração. Esse processo de gestão prevê, dentre outras atividades, a adoção de limites mínimos de liquidez suficientes para a absorção de perdas em cenários adversos, mensurados via metodologia interna.

A gestão do risco de liquidez é realizada por meio de indicadores de controle desse risco (Índice de Liquidez de Curto Prazo – ILCP e Fluxo de Caixa Projetado - FCP), de testes de estresse, de simulações de movimentações financeiras relevantes para prever antecipadamente seu impacto no fluxo de caixa da Instituição e de *backtestings* do modelo.

No trimestre em análise, mesmo diante da elevação da previsão de saídas de caixa da Instituição para os 21 dias úteis subsequentes a 31.12.2020, em comparação com a estimativa de desembolso mensal que se tinha no trimestre anterior (30.09.2020), houve um aumento do ILCP no período, em razão do crescimento mais intenso do estoque de ativos de liquidez imediata (ALI).

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Liquidez de Curto Prazo (21 dias úteis)** | | | | |
| BRB Banco Múltiplo | 31.03.2020 | 30.06.2020 | 30.09.2020 | 31.12.2020 |
| Índice de Liquidez de Curto Prazo (ILCP) | 2,31 | 3,18 | 3,79 | 5,56 |
| Ativos de Liquidez Imediata (ALI) (R$ milhões) | 1.777 | 2.699 | 3.734 | 5.741 |

A ampliação dos ativos de liquidez imediata ao longo do ano de 2020 resultou de um esforço do Banco para o fortalecimento do seu caixa, diante das incertezas causadas pela pandemia do novo coronavírus. Nesse período, o BRB aderiu a algumas medidas promovidas pelo Banco Central do Brasil para o enfrentamento dos efeitos econômicos da crise sanitária, tais como a emissão de letras financeiras garantidas por operações de crédito (LTEL-LFG), cujas regras foram dispostas na Resolução CMN nº 4.795/2020 e na Circular BCB nº 3.996/2020, e a captação por meio de Depósitos a Prazo com Garantia Especial do FGC (DPGE), cujas regras foram descritas na Resolução CMN º 4.222/2013, com alterações dadas pelas Resoluções CMN nº 4.785/2020, nº 4.799/2020 e nº 4.805/2020.

Ademais, no último trimestre de 2020, observou-se um aumento expressivo do ILCP, causado, principalmente, pelo recebimento, em dezembro, de recursos não recorrentes, que foram provenientes do Fundo Geral de Turismo (Fungetur), de repasses antecipados para pagamento de salários dos servidores da área de segurança do DF e de recursos associados à Secretaria de Estado de Economia do DF. Esse montante recebido extraordinariamente totalizou quase R$ 1,3 bilhão. Desde já, cabe ressaltar que, mesmo na ausência desses recursos não recorrentes, a Instituição manteria o seu caixa em um nível superior ao necessário para suportar períodos de estresse, evidenciando, portanto, a sua solidez.

b) Índice de Basileia e de Imobilização

O Banco realiza a apuração consolidada considerando o conglomerado prudencial, conforme Resolução CMN nº 4.280/2013, sendo o índice de Basileia apresentado superior ao mínimo de 9,25% exigido pela autoridade monetária, considerando os novos valores da parcela ACPConservação, de acordo com a Resolução CMN nº 4.783/2020.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Base de cálculo – Índice de Basileia** | **Conglomerado Prudencial** | |
| **Patrimônio de Referência** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| Nível I (Capital Principal + Complementar) | 1.809.360 | 1.494.555 |
| Nível II | 197.635 | 172.974 |
| **Total** | **2.006.995** | **1.667.529** |

| **Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| --- | --- | --- |
| Parcela de risco de crédito | 12.842.681 | 9.318.819 |
| Parcela de risco de mercado – ações | - | 121 |
| Parcela de risco de mercado - câmbio | 13.403 | 48.726 |
| Parcela de risco de mercado - *commodities* | 1.113 | 1.129 |
| Parcela de risco operacional | 867.656 | 864.183 |
| **Total** | **13.724.853** | **10.232.980** |

| **Índices** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| --- | --- | --- |
| Índice de Capital Principal | 12,82% | 13,28% |
| Índice de Nível I | 13,18% | 13,35% |
| Índice de Basileia | 14,62% | 16,30% |
| Razão de Alavancagem | 6,23% | 8,08% |

| **Margens** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| --- | --- | --- |
| Margem sobre o PR considerando IRRBB e ACP (1) | 262.481 | 547.983 |
| Índice de imobilização | 8,65% | 11,62% |
| Índice da margem de imobilização | 82,71% | 76,76% |
| Margem de imobilização | 829.966 | 640.019 |
| IRRBB | 474.966 | - |

(1) O cálculo da margem considera o valor da parcela *IRRBB e o adicional de capital principal*.

Composição do Capital

O Patrimônio de Referência (PR) utilizado para verificar o cumprimento dos limites operacionais impostos pelo CMN consiste no somatório de três itens:

- Capital Principal: soma de capital social, reservas e lucros acumulados, menos deduções e ajustes prudenciais.

- Capital Complementar: composto por instrumentos de caráter perpétuo que atendam a requisitos de elegibilidade. Somado ao Capital Principal, compõe o Nível I.

- Nível II: composto por instrumentos de dívida subordinada de vencimento definido que atendam a requisitos de elegibilidade. Somado ao Capital Principal e ao Capital Complementar, compõe o PR Total. No BRB compõem o Nível II Letras Financeiras Subordinadas sem previsão de resgates antecipados.

Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)

O Montante dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) consiste na soma das seguintes parcelas, conforme Circulares Bacen n.O 3.638/2013, 3.639/2013, 3.640/2013, 3.641/2013, 3.644/2013 e 3.645/2013:

RWA = RWACPAD + RWAMPAD (RWACAM + RWAJUR + RWACOM + RWAACS) + RWAOPAD.

Principais variações no ano

- Patrimônio de Referência: Aumento de 20,36% impulsionado pelo crescimento de 14,26% no Capital de Nível II decorrente da emissão de novas Letras Financeiras Subordinadas. O Capital de Nível I apresentou aumento, em função principalmente do resultado positivo do semestre e pela integração de Letras Financeiras Subordinadas Perpétuas que compõem o Capital Complementar.

- RWA: Crescimento dos ativos ponderados pelo risco total, em decorrência, principalmente, do incremento da parcela de risco de crédito (RWACPAD) em 37,81%, impactada pelo aumento da carteira de crédito.

- Índice de Basileia: Redução de 1,67 pontos percentuais em função do crescimento dos ativos ponderados pelo risco (RWA) superior ao aumento do PR.

- IRRBB(1): metodologia adotada com a abordagem de valor econômico (ΔEVE) e de resultado de intermediação financeira (ΔNII), em cumprimento da Circular Bacen nº 3.876/2018, a partir de janeiro de 2020.

(1) Risco atual ou prospectivo do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira para os instrumentos classificados na carteira bancária.

O Conglomerado Prudencial BRB cumpre todos os requisitos de capital previstos pela Resolução Bacen nº 4.193/2013.

c) Gestão do Capital

O monitoramento e controle do capital mantido pelo Conglomerado BRB são realizados de forma a condicionar o alcance dos objetivos estratégicos da Instituição, considerando o ambiente econômico e comercial onde atua. Além disso, mecanismos de gestão foram implementados para assegurar a manutenção de uma base sólida de capital para apoiar o desenvolvimento das atividades negociais e fazer face aos riscos a que estamos sujeitos, bem como atender aos requerimentos regulatórios de capital. Esses mecanismos são relatórios gerenciais, análises de riscos e impactos no capital decorrentes de propostas de novos produtos, serviços, testes de estresse, projeções de capital em cenários prováveis e adversos, ou quaisquer outras ações que possam acarretar alterações para as estimativas de capital do Conglomerado.

O Conglomerado BRB busca manter, permanentemente, uma sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento de suas atividades, para fazer face aos riscos mensuráveis assumidos (em situações normais ou de estresse), para suportar eventuais perdas oriundas de riscos não mensuráveis e para viabilizar possíveis oportunidades de negócios, sem deixar de cumprir as exigências regulatórias vigentes.

Na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) estão estabelecidos *buffers* de capital mínimos definidos e aprovados pelo Conselho de Administração. Nesta dimensão, foram definidos pisos institucionais para o índice de Basileia, índice de Capital Principal e Margem Mínima de PR considerando o IRRBB e o ACP.

A Instituição adota uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado. Há uma unidade responsável por essa gestão com sistemas, rotinas e procedimentos definidos para o gerenciamento de capital, apuração mensal dos níveis de Patrimônio de Referência (PR), dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), do índice de Solvabilidade da Instituição, da Razão de Alavancagem (RA), do Índice de Imobilização, Índice de Capital Principal, Índice de Nível I e da margem do PR considerando o IRRBB.

d) Análise de sensibilidade (Pronunciamento Técnico CPC 40 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis)

Foi realizada análise de sensibilidade do Conglomerado BRB, em atendimento à Deliberação CVM nº 684 de 30 de agosto de 2012, que torna obrigatório o Pronunciamento Técnico CPC 40 (R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis para as companhias abertas. Nesta análise de sensibilidade, as operações foram segregadas em duas carteiras: negociação e bancária (de acordo com a Resolução CMN nº 4.557/2017 e a Circular BCB nº 3.354/2007).

- A carteira de negociação (*trading book*) é formada pelos instrumentos detidos com intenção de negociação (isto é, aqueles assumidos para revenda, para obtenção de benefício decorrente dos movimentos de preços ou para realização de arbitragem) ou destinados a *hedge* de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitos à limitação de sua negociabilidade.

- A carteira bancária (*banking book*) é constituída pelos instrumentos não classificados na carteira de negociação.

A carteira de negociação do Conglomerado Prudencial BRB é composta por disponibilidades em moedas estrangeiras. A carteira bancária é formada por operações de crédito, captações, títulos públicos federais, operações compromissadas, depósitos interfinanceiros, títulos privados, fundos, ações, operações indexadas a cupom de dólar, dentre outros papéis.

Para a análise de sensibilidade, foram considerados três cenários, os quais foram aplicados às carteiras de negociação (*trading book*) e bancária (*banking book*). O cenário I foi fornecido pela área de cenários da Instituição e reflete maior probabilidade de ocorrência para os próximos três meses, com base nas condições de mercado observadas em 31/12/2020. Os cenários II e III foram combinações de resultados adversos para o Conglomerado Prudencial BRB.

Cenário I: As premissas utilizadas com base no cenário econômico – em dezembro de 2020 – foram: taxa de câmbio reais/dólar a R$ 5,20 projetada a R$ 5,25; taxa de câmbio reais/euro a R$ 6,39 projetada a R$ 6,08; Ibovespa a 119.017 pontos projetado a 111.990 pontos; estruturas a termo de taxas de juros (ETTJs) das curvas PRÉ, Cupom de IPCA e Cupom de IGP-M extraídas das projeções mensais da taxa SELIC, do IPCA e do IGP-M.

Cenário II: Foram aplicados choques paralelos de 25% (tanto para mais, quanto para menos) sobre as curvas dos fatores de mercado associados às exposições da Instituição, considerando as piores perdas obtidas (para cada fator de risco) nesses eventos adversos.

Cenário III: Foram aplicados choques paralelos de 50% (tanto para mais, quanto para menos) sobre as curvas dos fatores de mercado associados às exposições da Instituição, considerando as piores perdas obtidas (para cada fator de risco) nesses eventos adversos.

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a carteira de negociação:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Exposição Financeira** | | | |
| **Fatores de Risco** | **Cenário I** | **Cenário II** | **Cenário III** |
| Câmbio | (85) | (755) | (1.509) |
| **Total** | **(85)** | **(755)** | **(1.509)** |

A seguir, estão descritos os resultados para a carteira bancária:

| **Exposição Financeira** | | | |
| --- | --- | --- | --- |
| **Fatores de Risco** | **Cenário I** | **Cenário II** | **Cenário III** |
| Prefixados | (100.278) | (473.408) | (909.169) |
| Inflação | (13.620) | (90.981) | (200.987) |
| Renda variável | (636) | (2.696) | (5.392) |
| **Total** | **(114.534)** | **(567.085)** | **(1.115.548)** |

Cabe ressaltar que os impactos nas exposições financeiras da carteira bancária não necessariamente representam potencial prejuízo contábil. Isso porque parte das operações de crédito que estão na carteira bancária é financiada por depósitos à vista e/ou poupança, os quais são *hedge* natural para eventuais oscilações de taxa de juros. Essas variações de valor também não representam impacto efetivo sobre o resultado da Instituição, uma vez que a intenção é manter as operações de crédito até o seu vencimento.

# Nota 29 - Transações com partes relacionadas

O Conglomerado BRB realiza transações com o seu controlador e partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, empréstimos, operações compromissadas e operações de certificados de depósitos bancários (CDI). Essas operações, salvo quando indicado o contrário, são efetuadas em condições de mercado.

Em relação ao acionista controlador, estão incluídas as transações com a Secretaria de Fazenda de Governo do Distrito Federal e os órgãos da Administração Direta e Indireta do governo distrital que mantêm operações bancárias com o Banco, incluindo serviços de arrecadação.

As principais transações realizadas com o conglomerado estão assim representadas:

|  | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| --- | --- | --- |
| **Ativo** | **5.090** | **52.872** |
| Operações de Crédito | 5.090 | 52.872 |
| Administração indireta (2) | 421 | 46.206 |
| Pessoal-chave da administração(4) | 4.669 | 6.666 |
| **Passivo** | **2.335.431** | **1.600.292** |
| Depósitos à vista | 314.544 | 172.028 |
| Administração Direta (1) | 63.998 | 69.751 |
| Administração Indireta(2) | 250.309 | 101.748 |
| Vinculadas ao funcionalismo (3) | 58 | 485 |
| Pessoal-chave da administração (4) | 80 | 44 |
| Outros (5) | 99 | - |
| Depósitos a prazo | 2.011.756 | 1.382.679 |
| Administração direta (1) | 1.909.200 | 792.860 |
| Administração indireta (2) | 16.797 | 487.887 |
| Vinculadas ao funcionalismo (3) | 58.920 | 62.978 |
| Pessoal-chave da administração (4) | 26.839 | 38.954 |
| Outras Obrigações | 9.131 | 45.585 |
| Administração direta (1) | 4.752 | 36.028 |
| Administração indireta (2) | 4.379 | 9.557 |

(1) compreendem a Secretaria de Fazenda de Governo do Distrito Federal e os órgãos da Administração Direta;

(2) compreendem as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista controladas pelo Governo do Distrito Federal;

(3) compreendem a Regius - Sociedade Civil de Previdência Privada e a BRB Saúde - Caixa de Assistência;

(4) compreendem qualquer administrador: Conselho de Administração; Diretoria Executiva; Conselho Fiscal; Comitê de Auditoria; e parentes;

(5) Compreendem *Global Payments* Serviços de Pagamentos S.A. e Associação dos Empregados do Banco de Brasília – AEBRB.

As empresas e órgãos públicos da União e do Distrito Federal são isentas das tarifas de produtos e serviços constantes na tabela de tarifas de produtos e serviços bancários, exceto os serviços prestados mediante convênio celebrado entre as partes. Entende-se como convênio os serviços de arrecadação, exemplos: pagamento de tributos da União, Estados e Municípios (Fazenda), consumo de energia elétrica (CEB), água (Caesb), telefonia fixa e móvel e demais convênios.

As empresas controladas seguem os trâmites normais dos outros clientes nas cobranças de serviços prestados pelo Banco, não havendo favorecimento, em conformidade com o artigo 245 da lei n.º 6.404/1976.

O Conglomerado BRB não possui nenhum tipo de controle ou influência significativa sobre as entidades que compõem a Administração Direta ou Indireta do Governo do Distrito Federal.

A Regius – Sociedade civil de previdência privada é uma entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, instituída pelo BRB, em 1985, com o objetivo de garantir qualidade de vida aos funcionários da instituição financeira que viessem a se aposentar.

A Saúde BRB – Caixa de assistência é uma associação sem fins econômicos instituída para cuidar da saúde e do bem-estar dos beneficiários.

Associação dos Empregados do Banco de Brasília - AEBRB – é uma entidade sem fins lucrativos, constituída em 17.12.1981, composta majoritariamente por empregados ativos e aposentados do BRB Banco de Brasília S.A., que possui participação acionária no BRB e contribui para o custeio da Saúde BRB através de repasses suplementares com base nos resultados positivos, na proporção das despesas assistenciais líquidas do Plano A-1.

Instituto BRB - é uma entidade sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, de natureza jurídica de direito privado, com atividades e funcionamento regulados pelo seu Estatuto. Foi reativado em 2017 com a missão de buscar modelos sustentáveis que promovam a qualidade de vida em comunidades onde atua o Conglomerado do BRB, além de reunir e formalizar as práticas de responsabilidade social exercidas pelo BRB.

A DF Gestão de Ativos S.A. é uma empresa constituída com base no disposto no Art. 8º da Lei complementar n.º 897, de 18.06.2015, e tem por objetivo a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Governo do Distrito Federal, originários de créditos tributários e não tributários, decorrentes de parcelamentos administrativos ou judiciais.

O Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – Iprev/DF foi criado há seis anos pela Lei Complementar n.° 769/2008, como gestor único do Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal - RPPS/DF, para garantir os benefícios previdenciários dos servidores efetivos e seus dependentes, com qualidade e eficiência, visando um futuro sustentável para o Distrito Federal e possui 5.996.583 (cinco milhões, novecentas e noventa e seis mil, quinhentas e oitenta e três) ações ordinárias (ON).

*Global Payments* Serviços de Pagamentos S.A. – é uma empresa que oferece soluções em tecnologia de meios de pagamento, da qual a BRBCard, empresa do conglomerado BRB, participa com 10% das ações.

1. Transação com partes relacionadas – Controladas

Empresas controladas são as entidades na qual a controladora, diretamente ou por meio de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores.

| **Ativos** | **31.12.2020** | | **31.12.2019** | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Saldo** | **Resultado** | **Saldo** | **Resultado** |
| Disponibilidade | 15.642 | - | 6.592 | - |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | 1.618.727 | 39.012 | 1.147.174 | 34.588 |
| TVM (Fundo e CDB) | 397.346 | 12.872 | 428.121 | 13.143 |
| Outros créditos | 63.499 | - | 61.233 | - |
| Investimentos | 707.984 | 169.269 | 639.766 | 81.167 |

| **Passivos** | **31.12.2020** | | **31.12.2019** | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Saldo** | **Resultado** | **Saldo** | **Resultado** |
| Depósitos | 2.005.674 | 51.997 | 1.560.883 | 47.369 |
| Depósito à vista | 15.642 | - | 6.592 | - |
| Depósito a prazo | 394.336 | 13.289 | 424.693 | 13.294 |
| Depósito interfinanceiro | 1.595.696 | 38.708 | 1.129.598 | 34.075 |
| Obrigações operações compromissadas | 23.031 | 304 | 17.576 | 514 |
| Outras obrigações | 36.302 | - | 32.572 | - |

| **Resultado** | **2° semestre** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| --- | --- | --- | --- |
| Receitas | 53.839 | 88.844 | 39.365 |
| Rendas de prestação de serviços | 22.398 | 30.771 | 12.058 |
| Serviços bancários | 6.423 | 11.848 | 6.501 |
| Ressarcimento de despesas operacionais | 20.323 | 36.461 | 16.600 |
| Outras receitas operacionais | 4.623 | 9.621 | 4.139 |
| Outras receitas não operacionais | 72 | 143 | 67 |
| Despesas | (53.840) | (88.855) | (39.366) |
| Despesas do sistema financeiro | (86) | (151) | (907) |
| Despesas administrativas | (21.284) | (40.473) | (18.870) |
| Despesas de serviços de terceiros | (12.838) | (21.034) | (9.211) |
| Outras despesas operacionais | (19.632) | (27.197) | (10.378) |

1. Política de remuneração do pessoal-chave da administração

Compete à Assembleia Geral Ordinária aprovar anualmente o montante global de remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Colegiada do Banco, na forma dos artigos 152 e 190 da Lei n.º 6.404/1976 e as normas do Sistema Financeiro Nacional sendo que para o período de maio de 2019 a abril de 2020 foi fixado em R$ 7.840, mais encargos de R$ 2.188.

Com amparo da Medida Provisória n.º 931, de 30.03.2020, que prorrogou o prazo para realização da Assembleia Geral Ordinária, em até sete meses, o saldo remanescente do montante global 2019/2020 também abarcou a remuneração paga aos administradores no período de maio e junho/2020.

Compete, também, à Assembleia Geral Ordinária fixar anualmente a remuneração global dos membros do Conselho Fiscal.

Compete ao Comitê de Remuneração elaborar a política de remuneração de administradores do Banco e de suas subsidiárias e controladas, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento e propor anualmente, ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à Assembleia Geral, na forma do artigo 152 da Lei n.º 6.404/1976.

Para a Diretoria Colegiada, que é composta pelo Presidente, Diretores Executivos e Diretor Jurídico, é assegurada gratificação correspondente a 1/12 (um doze avos) da remuneração devida em dezembro, por mês de trabalho do ano calendário e licença remunerada para descanso de até 30 (trinta) dias, por ano de mandato, vedada sua conversão em espécie ou conversão em pecúnia.

Durante o período de impedimento de 04 (quatro) meses contados a partir do término de sua investidura no cargo, os ex-membros da Diretoria Colegiada não farão jus à remuneração compensatória equivalente à do cargo que ocupavam.

O valor do pagamento da remuneração variável é obtido através do cálculo de 50% do valor definido como participação nos lucros e o pagamento é dividido nos 4 anos subsequentes. Existe provisão de R$ 3.889 para pagamento baseado em ações/variação patrimonial.

Custos com remunerações e outros benefícios pagos às Diretorias, ao Conselho de Administração, ao Conselho Fiscal e ao Comitê de Auditoria:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| Remuneração fixa | 5.644 | 5.135 |
| Remuneração variável | 1.897 | 1.557 |
| **Total** | **7.541** | **6.692** |

# 

# Nota 30 - Compromissos e garantias

O Banco possui compromissos com garantias prestadas relacionados com operações de crédito de órgãos oficiais e consórcio, tendo como contra garantia hipotecas e vinculação de receitas orçamentárias, avais, alienação fiduciária.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| Compromissos com garantias prestadas | 2.611 | 2.353 |

A BRB-DTVM administra diversos fundos de investimentos, cujo patrimônio líquido total combinado é de R$ 1.204 em 31.12.2020 (R$ 1.536 em 31.12.2019), que gerou rendas de administração de fundos de Investimentos de R$ 11.799 (R$ 15.170 em 31.12.2019).

# Nota 31 - Benefícios a empregados

a) Plano de previdência complementar

O BRB - Banco de Brasília S.A. é um dos patrocinadores da Regius - Sociedade civil de previdência privada, pessoa jurídica sem fins lucrativos que tem por finalidade administrar planos de previdência complementar instituídos no âmbito do Conglomerado BRB, nas seguintes modalidades:

- Plano BD-01: plano de benefícios previdenciais estruturado na modalidade de benefício definido, instituído em junho de 1985 e fechado ao ingresso de novos participantes desde fevereiro de 2000. Custeado por contribuições dos participantes ativos e participantes assistidos e pelas contribuições das patrocinadoras (Banco e Regius), que são paritárias as dos participantes. Plano de Custeio: contribuição de 3%, 5% e 12% de acordo com as faixas de renda do salário de contribuição para os participantes ativos; e, contribuição de 15% do benefício para os participantes assistidos.

- Plano CD-02: plano de benefícios previdenciais exclusivo para os participantes ativos do Plano BD-01 na data de sua aprovação, 30.09.2012, estruturado na modalidade de contribuição definida - benefícios temporários, com prazo máximo de recebimento em 48 meses, calculados a partir do saldo de cotas acumulado em nome do participante, formado pelas contribuições pessoais, patronais e rentabilidade alcançada pelos investimentos. Plano de Custeio: contribuições mínimas de 2% do salário de contribuição para os participantes ativos, e contribuição da Patrocinadora, paritária com a dos participantes ativos, de 2% a 6% do salário de contribuição.

- Plano CV-03: plano de benefícios previdenciais estruturado na modalidade de contribuição variável, instituído em março de 2000, com benefícios programados calculados a partir do saldo de cotas acumulado em nome do participante, formado pelas contribuições pessoais, patronais e rentabilidade alcançada pelos investimentos; benefícios de riscos (invalidez e morte) calculado conforme fórmula prevista em regulamento próprio. Plano de Custeio: contribuições mínimas de 6% do salário de contribuição para os participantes ativos, e contribuição da Patrocinadora, paritária com a dos participantes ativos, de 6% a 8% do salário de contribuição.

- Plano CD-05: plano de benefícios previdenciais estruturado na modalidade de contribuição definida, instituído em fevereiro de 2017. Tem como base de cálculo o montante constituído pelas contribuições vertidas para o seu custeio e o correspondente retorno líquido dos investimentos, foi elaborado na modalidade Contribuição Definida, um plano individual, financeiro e com benefícios temporários.

Para fins de atendimento à Deliberação CVM n.º 695/2012, o banco efetua o cálculo das obrigações atuariais semestralmente, os valores calculados por atuário externo, para data base de 31.12.2020, conforme Relatório Técnico de 15 de janeiro de 2021, estão a seguir sumariados.

a.1 - Valores sumariados

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **31.12.2020** | | **31.12.2019** | |
|  | **Plano BD-01** | **Plano CV-03** | **Plano BD-01** | **Plano CV-03** |
| Valor presente total das obrigações atuariais | (3.279.624) | (10.824) | (3.206.647) | (23.873) |
| Valor justo dos ativos do plano | 2.844.800 | 34.481 | 2.800.298 | 51.246 |
| **Deficit/superávit no exercício** | **(434.824)** | **23.657** | **(406.349)** | **27.373** |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | **31.12.2020** | | **31.12.2019** | |
|  | **Plano BD-01** | **Plano CV-03** | **Plano BD-01** | **Plano CV-03** |
| RMBC | (2.302.703) | (7.142) | (2.069.730) | (9.577) |
| RMBaC | (976.921) | (3.682) | (1.136.917) | (14.296) |
| **Resultado do plano** | **(3.279.624)** | **(10.824)** | **(3.206.647)** | **(23.873)** |

a.2 - Principais premissas biométricas

|  | **Plano BD-01** | **Plano CV-03** |
| --- | --- | --- |
| Tábua de mortalidade geral | AT-2000 M&F específica por sexo e suavizada em 20% | AT-2012 Basic, segregada por sexo |
| Tábua de entrada em invalidez | Álvaro Vindas | Álvaro Vindas suavizada em 50% |
| Tábua de mortalidade de inválidos | MI85 M&F suavizada em 15% | MI85 M&F suavizada em 20% |

a.3 - Principais premissas econômicas

|  | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| --- | --- | --- |
| Taxa real de juros – Plano BD-01 | 3,79%a.a | 3,08%a.a |
| Taxa real de juros – Plano CV-03 | 3,73%a.a | 2,87%a.a |
| Taxa estimada de inflação | 3,34%a.a | 3,66%a.a |
| Taxa de rotatividade (ativos) – Plano BD-01 | 0,00%a.a | 0,00%a.a |
| Taxa de rotatividade (ativos) – Plano CV-03 | 2,03%a.a | 2,03%a.a |
| Taxa de crescimento salarial (ativos) – Plano BD-01 | 0,00%a.a | 0,00%a.a |
| Taxa de crescimento salarial (ativos) – Plano CV-03 | 3,97%a.a | 3,97%a.a |
| Capacidade de benefícios |  |  |
| BD-01 | 98,54% | 98,42% |
| CV-03 | 98,54% | 98,42% |
| Capacidade salarial |  |  |
| BD-01 | 98,54% | 98,42% |
| CV-03 | 98,54% | 98,42% |
| Índices dos Planos |  |  |
| BD-01 | IPCA | IPCA |
| CV-03 | IPCA | IPCA |

a.4 Quantidade de participantes por plano de benefícios

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Participantes ativos – BD 01** | | |
| **Participantes** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| BRB – Banco de Brasília | 441 | 511 |
| Regius | 4 | 4 |
| **Total** | **445** | **515** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Participantes ativos – CD 02** | | |
| **Participantes** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| BRB – Banco de Brasília | 325 | 372 |
| Regius | 4 | 4 |
| **Total** | **329** | **376** |

| **Participantes ativos – CV 03** | | |
| --- | --- | --- |
| **Participantes** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| BRB – Banco de Brasília | 2.029 | 2.031 |
| Regius | 19 | 24 |
| BRBCard | 63 | 81 |
| BRB Seguros | 39 | 57 |
| **Total** | **2.150** | **2.193** |

| **Participantes ativos – CD 05** | | |
| --- | --- | --- |
| **Participantes** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| BRB – Banco de Brasília | 119 | 58 |
| Regius | 6 | 5 |
| BRBCard | 37 | 32 |
| BRB Seguros | 72 | 63 |
| BRB Saúde | 55 | 73 |
| Plano Brasiliaprev | 43 | - |
| **Total** | **332** | **231** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Participantes ativos – CD Metrô** | | |
| **Participantes** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| Metrô-DF | 755 | - |
| **Total** | **755** | **-** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Participantes ativos em manutenção – BD 01** | | |
| **Participantes** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| BRB – Banco de Brasília | 6 | - |
| **Total** | **6** | **-** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Participantes por Plano - Autopatrocinados cedidos – BD 01** | | |
| **Participantes** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| BRB – Banco de Brasília | 4 | - |
| **Total** | **4** | **-** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Participantes por Plano - Autopatrocinados cedidos – CV 03** | | |
| **Participantes** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| BRB – Banco de Brasília | 9 | - |
| **Total** | **9** | **-** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Participantes por Plano - Autopatrocinados cedidos – CD 02** | | |
| **Participantes** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| BRB – Banco de Brasília | 4 | - |
| **Total** | **4** | **-** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Participantes por Plano - Autopatrocinados e optantes – BD 01** | | |
| **Participantes** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| BRB – Banco de Brasília | 5 | - |
| **Total** | **5** | **-** |

| **Participantes por Plano - Autopatrocinados e optantes – CV 03** | | |
| --- | --- | --- |
| **Participantes** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| BRB-Banco de Brasília | 29 | - |
| Regius | 1 | - |
| BRBCard | 2 | - |
| BRB Seguros | 5 | - |
| **Total** | **37** | **-** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Participantes por Plano - Autopatrocinados e optantes – CD 05** | | |
| **Participantes** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| BRB – Banco de Brasília | 1 | - |
| BRB Seguros | 2 | - |
| Saúde BRB | 5 | - |
| **Total** | **8** | **-** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Participantes por Plano - Autopatrocinados e optantes – CD Metrô** | | |
| **Participantes** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| Metrô-DF | 4 | - |
| **Total** | **4** | **-** |

| **Participantes por Plano – Regime especial – CV 03** | | |
| --- | --- | --- |
| **Participantes** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| BRB-Banco de Brasília | 6 | - |
| Regius | 2 | - |
| BRBCard | 7 | - |
| BRB Seguros | 5 | - |
| **Total** | **20** | **-** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Participantes por Plano – Regime especial – CD 05** | | |
| **Participantes** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| BRB Seguros | 1 | - |
| Saúde BRB | 1 | - |
| **Total** | **2** | **-** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Participantes por Plano – Regime especial – CD Metrô** | | |
| **Participantes** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| Metrô-DF | 2 | - |
| **Total** | **2** | **-** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Assistidos – BD 01** | | |
| **Participantes** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| BRB – Banco de Brasília | 1.210 | 1.167 |
| Regius | 1 | 1 |
| **Total** | **1.211** | **1.168** |

| **Assistidos – CD 02** | | |
| --- | --- | --- |
| **Participantes** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| BRB – Banco de Brasília | 100 | 134 |
| Regius | - | 1 |
| **Total** | **100** | **135** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Assistidos – CV 03** | | |
| **Participantes** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| BRB – Banco de Brasília | 24 | 23 |
| Regius | 3 | 3 |
| BRB Seguros | 2 | 1 |
| **Total** |  | 27 |

| **Pensionistas – BD 01** | | |
| --- | --- | --- |
| **Participantes** | **31.12.2020** | **31.12.2019** |
| BRB – Banco de Brasília | 150 | 145 |
| Regius | 1 | 1 |
| **Total** | **151** | **146** |

a.5 – Alocação por categoria de ativo

| **Plano BD-01** | **31.12.2020** | | **31.12.2019** | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Categorias** | **Posição** | **%** | **Posição** | **%** |
| Títulos de renda fixa | 2.056.545 | 88 | 1.951.479 | 87 |
| Títulos de renda variável | 116.064 | 5 | 109.384 | 5 |
| Investimentos estruturados | 5.493 | - | (3) | - |
| Imóveis | 123.973 | 6 | 134.943 | 6 |
| Empréstimos a participantes | 34.661 | 1 | 36.176 | 2 |
| Disponibilidades | 28 | - | 31 | - |
| Depósitos judiciais | 264 | - | 251 | - |
| Contingências | (1.398) | - | (1.081) | - |
| Outros | (795) | - | - | - |
| **Total** | **2.334.835** | **100** | **2.231.180** | **100** |

O plano BD-01 possui um total de R$ 299.259 (R$ 205.813 em 31.12.2019) aplicados em instrumentos financeiros emitidos pelo conglomerado BRB.

| **Plano CD-02** | **31.12.2020** | | **31.12.2019** | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Categorias** | **Posição** | **%** | **Posição** | **%** |
| Títulos de renda fixa | 69.449 | 94 | 75.118 | 100 |
| Estruturados | 4.187 | 6 | - | - |
| Imobiliário | 236 | - | - | - |
| Disponibilidades | 2 | - | 9 | - |
| **Total** | **73.874** | **100** | **75.127** | **100** |

O plano CD-02 não possui aplicações em instrumentos financeiros emitidos pelo conglomerado BRB.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Plano CV-03** | **31.12.2020** | | **31.12.2019** | |
| **Categorias** | **Posição** | **%** | **Posição** | **%** |
| Títulos de renda fixa | 396.860 | 87 | 324.901 | 61 |
| Títulos de renda variável | 40.590 | 9 | 35.005 | 6 |
| Imobiliário | 3.098 | 1 | 633 | - |
| Empréstimos a participantes | 14.500 | 3 | 174.602 | 33 |
| Disponibilidades | 21 | - | 33 | - |
| Outros | (100) | - | - | - |
| **Total** | **454.969** | **100** | **535.174** | **100** |

O plano CV-03 possui um total de R$ 33.234 (R$ 14.642 em 31.12.2019) aplicados em instrumentos financeiros emitidos pelo conglomerado BRB.

| **Plano CD-05** | **31.12.2020** | | **31.12.2019** | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Categorias** | **Posição** | **%** | **Posição** | **%** |
| Títulos de renda fixa | 6.713 | 92 | 4.206 | 94 |
| Títulos de renda variável | 160 | 2 | 282 | 6 |
| Estruturados | 141 | 2 | - | - |
| Imobiliário | 236 | 3 | - | - |
| Empréstimos a participantes | 41 | 1 | - | - |
| Disponibilidades | 4 | - | 4 | - |
| Outros | (1) | - | - | - |
| **Total** | **7.294** | **100** | **4.492** | **100** |

O plano CD-05 não possui aplicações em instrumentos financeiros emitidos pelo conglomerado BRB.

a.6 - Conciliação da obrigação atuarial

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **BD-01** | **CV-03** |
| **Valor presente da obrigação atuarial em 31.12.2018** | **2.750.582** | **21.555** |
| Custos dos juros | 231.153 | 1.166 |
| Custo do serviço corrente | 21.257 | 1.001 |
| Reembolso do serviço corrente | (12.524) | - |
| Benefícios pagos pelo fundo | (135.834) | (1.155) |
| Contribuição dos participantes ativos | 11.425 | 17.026 |
| Ganhos/perdas atuariais sobre a obrigação atuarial | 340.588 | (15.720) |
| **Valor presente da obrigação em 31.12.2019** | **3.206.647** | **23.873** |
| Custos dos juros | 217.237 | 1.242 |
| Custo do serviço corrente | 10.400 | 1.091 |
| Reembolso do serviço corrente | - | - |
| Benefícios pagos pelo fundo | (171.138) | (1.549) |
| Contribuição dos participantes ativos | 36.675 | 48 |
| Ganhos/perdas atuariais sobre a obrigação atuarial | (20.197) | (13.880) |
| **Valor presente da obrigação em 31.12.2020** | **3.279.624** | **10.825** |

a.7 - Conciliação de ativos do plano

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **BD-01** | **CV-03** |
| **Valor justo dos ativos do plano em 31.12.2018** | **2.306.894** | **46.186** |
| Rendimento esperado dos ativos do plano | 196.271 | 3.829 |
| Contribuições recebidas pelo fundo - participante | 11.425 | 17.026 |
| Contribuições recebidas pelo fundo - patrocinador | 32.246 | 1.012 |
| Contribuições extraordinárias - patrocinador | 5.697 | 16.390 |
| Benefícios pagos pelo fundo | (135.834) | (1.155) |
| Ganhos/perdas atuariais sobre os ativos do plano | 383.599 | (32.042) |
| **Valor justo dos ativos do plano em 31.12.2019** | **2.800.298** | **51.246** |
| Rendimento esperado dos ativos do plano | 190.565 | 2.826 |
| Contribuições recebidas pelo fundo - participante | 36.675 | 48 |
| Contribuições recebidas pelo fundo - patrocinador | 38.922 | 742 |
| Benefícios pagos pelo fundo | (171.138) | (1.549) |
| Ganhos/perdas atuariais sobre os ativos do plano | (50.522) | (18.832) |
| **Valor justo dos ativos do plano em 31.12.2020** | **2.844.800** | **34.481** |

a.8 - Ganhos e perdas atuariais

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **BD-01** | **CV-03** |
| **Valor líquido acumulado dos ganhos e perdas atuariais e do serviço passado em 31.12.2018** | - | - |
| Ganhos/perdas atuariais para o ano sobre a obrigação | (340.588) | 15.720 |
| Ganhos/perdas atuariais para o ano sobre os ativos do plano | 383.599 | (32.042) |
| Alteração do limite máximo de reconhecimento do passivo oneroso | - | (1.925) |
| **Ganhos/perdas atuariais do exercício** | **43.011** | **(18.247)** |
| Amortização dos ganhos/perdas atuariais acumulados e serviço passado | 43.011 | (18.247) |
| **Ganhos/perdas atuariais e serviço passado não reconhecidos em 31.12.2019** | - | - |
| **Valor líquido acumulado dos ganhos e perdas atuariais e do serviço passado em 31.12.2019** | - | - |
| Ganhos/perdas atuariais para o ano sobre a obrigação | (20.197) | (13.880) |
| Ganhos/perdas atuariais para o ano sobre os ativos do plano | 50.522 | 18.832 |
| Ganhos/perdas sobre o teto do ativo | - | (5.284) |
| **Ganhos/perdas atuariais do ano** | **30.325** | **(332)** |
| Amortização dos ganhos/perdas atuariais acumulados e serviço passado | (30.325) | (332) |
| **Ganhos/perdas atuariais e serviço passado não reconhecidos em 31.12.2020** | - | - |

a.9 - Cálculo da obrigação atuarial descoberta

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **BD-01** | **CV-03** |
| Valor presente da obrigação em 31.12.2019 | (3.206.647) | (23.873) |
| Valor justo dos ativos do plano em 31.12.2019 | 2.800.298 | 51.246 |
| **Valor presente da obrigação descoberta** | **(406.349)** | **27.373** |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | **BD-01** | **CV-03** |
| Valor presente da obrigação em 31.12.2020 | (3.279.624) | (10.824) |
| Valor justo dos ativos do plano em 31.12.2020 | 2.844.800 | 34.481 |
| **Valor presente da obrigação descoberta** | **(434.824)** | **23.657** |

a.10 - Cálculo da despesa do exercício

|  | **BD-01** | **CV-03** |
| --- | --- | --- |
| **Despesas reconhecidas na demonstração do resultado 31.12.2018** | **54.121** | **5.660** |
| Custo do serviço corrente | 21.257 | 1.001 |
| Reembolso do serviço corrente | (12.524) | - |
| Custo dos juros | 231.153 | 1.166 |
| Rendimento esperado dos ativos do plano | (196.271) | (3.829) |
| **Despesas reconhecidas na demonstração do resultado 31.12.2019** | **97.736** | **3.998** |
| Custo do serviço corrente | 10.400 | 1.091 |
| Custo dos juros | 217.237 | 1.242 |
| Rendimento esperado dos ativos do plano | (190.565) | (2.826) |
| **Despesas reconhecidas na demonstração do resultado 31.12.2020** | **134.808** | **3.505** |

a.11 - Movimentação do passivo líquido

|  | **BD-01** | **CV-03** |
| --- | --- | --- |
| **Passivo/ativo líquido em 31.12.2018** | **443.688** | **-** |
| Despesas do ano | 43.615 | 845 |
| Pagamento de contribuições | (37.943) | 17.402 |
| Ganhos/perdas atuariais do ano | (43.011) | (18.247) |
| **Passivo/ativo líquido em 31.12.2019** | **406.349** | **-** |
| Despesas do ano | 37.073 | 1.074 |
| Pagamento de contribuições | (38.922) | (742) |
| Ganhos/perdas atuariais do ano | 30.325 | (332) |
| **Passivo/ativo líquido em 31.12.2020** | **434.824** | **-** |

a.12 - Cálculo da despesa estimada para 2021

|  |  |
| --- | --- |
|  | **BD-01** |
| Custo do serviço corrente - líquido | **(26.878)** |
| Custo do serviço corrente – bruto | (26.878) |
| Custo dos juros - líquido | **-** |
| Juros sobre a obrigação de benefício definido | (11.372) |
| Juros sobre o valor justo do ativo do plano | (15.506) |
| **Despesa estimada** | **(26.878)** |

a.13 - Obrigação atuarial com a variação na taxa de desconto de longo prazo

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Plano BD-01** | | **Plano CV-03** | |
| **Taxa de desconto** | **Valor da obrigação** | **Taxa de desconto** | **Valor da obrigação** |
| 3,42% | 3.199.564 | 3,98% | 10.465 |
| 2,92% | 3.387.787 | 3,48% | 11.205 |

b) Plano de saúde

O Banco é o principal patrocinador do plano de saúde disponibilizado para seus empregados. O convênio de adesão celebrado entre o BRB - Banco de Brasília e a Saúde BRB - Caixa de Assistência tem o objetivo de assegurar a oferta de cobertura assistencial à saúde dos empregados da Patrocinadora, e dos respectivos dependentes diretos, na condição de Beneficiários. Ele é regulamentado, especialmente, pela Lei n.º 9.656/1998, Resolução Normativa ANS n.º 137/2006 e alterações, pelo Estatuto da Saúde BRB e pelo Regulamento do Plano A-1.

O objeto da Saúde BRB é a instituição e manutenção de planos e programas de assistência à saúde, campanhas de prevenção de doenças e promoção do bem-estar de seus Beneficiários, diretamente ou por meio de convênios. Os serviços de saúde são realizados nos prestadores da rede credenciada e na Clínica Saúde BRB, que atua sob o modelo de APS – Atenção Primária à Saúde.

Os Beneficiários abrangem empregados ativos e diretores que mantenham vínculo empregatício e respectivos dependentes, aposentados e pensionistas (sem contribuição patronal) e seus dependentes, além dos avulsos, que são os ex-empregados demitidos sem justa causa, na forma da Lei 9.656/1998, por período mínimo de 6 meses e máximo de 2 anos.

O plano de custeio, determinado no regulamento do Plano A-1, realiza-se nos seguintes percentuais:

Das associadas BRB-Banco de Brasília, BRB – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A e BRB - Crédito, Financiamento e Investimento S/A: contribuição mensal de 4% (quatro por cento), calculada sobre o valor da remuneração bruta do Beneficiário Titular (incluídas horas extras, substituições e décimo-terceiro salário);

Das associadas AEBRB - Associação dos Empregados do Banco de Brasília; BRB Administradora e Corretora de Seguros S/A; Cartão BRB S/A; Regius e Saúde BRB Caixa de Assistência: contribuição mensal de 6% (seis por cento), calculada sobre o valor da remuneração bruta do Beneficiário Titular;

De todas as Associadas: contribuição mensal no percentual de 1,5% (um e meio por cento), calculada sobre o valor da remuneração dos Beneficiários titulares; para custear as despesas administrativas do Plano.

Dos beneficiários, conforme percentuais específicos definidos no regulamento.

1. Participação nos lucros e resultados

Foi assinado o II Termo Aditivo ao Acordo Coletivo 2018/2020, que regula a participação dos empregados do Banco BRB, efetivos, contratados em emprego ou cargo em comissão, nos lucros e resultados da instituição, no ano de 2019.

Tendo como referência os percentuais de lucratividade do BRB, conforme tabela abaixo, realiza-se o pagamento de acordo com o Programa.

| **Percentual de rentabilidade sobre o PL médio do Banco no semestre** | **Percentual do lucro líquido a ser distribuído a título de PLR** |
| --- | --- |
| De 0,1% a 14,00% | 15,00% |
| De 14,01% a 19,99% | 17,00% |
| Igual ou maior que 20% | 20,00% |

O Programa ajustado entre o BRB e as entidades sindicais (II Termo Aditivo ao ACT 2018/2020) é dividido nos seguintes critérios: (a) índice de lucratividade (art. 2º, § 1º, I, Lei n. 10.101/00) e (b) índice de cumprimento do programa de metas (art. 2º, § 1º, II, Lei n. 10.101/00).

Conforme o índice de lucratividade, 60% do valor total da premiação será distribuído linearmente entre todos os empregados participantes, ressalvados os casos específicos.

Já em relação ao índice de cumprimento do programa de metas, o valor a ser redistribuído corresponderá a 40% do Valor Total da Premiação, sendo distribuído, exclusivamente, para as unidades que cumpriram as suas metas.

A distribuição por índice de cumprimento do programa de metas será realizada tomando-se por base o valor definido para o salário, considerando-se: o vencimento padrão 1 – VP1 dos cargos da respectiva carreira, para os empregados sem comissão; o valor do somatório do VP1 com a respectiva atividade gratificada, no caso dos empregados com atividade gratificada e, excepcionalmente, para os empregados detentores das funções de analista tecnológico júnior, analista tecnológico pleno e analista tecnológico sênior; e o valor de referência, nos casos dos demais empregados com função gratificada.

Por fim, o enquadramento dos empregados que participam do Programa de PLR é definido de forma detalhada no II Termo Aditivo ao Acordo Coletivo 2018/2020, esclarecendo quanto aos empregados de licença interesse ou especial, cedidos, desligados, afastados e demais casos específicos.

# 

# Nota 32 - Outras informações

Impactos do Covid no Conglomerado BRB

O BRB tem adotado medidas preventivas e reativas desde as primeiras notícias sobre a pandemia. Nesse sentido, diversas ações foram implementadas desde 13 de março para preservar a saúde e as condições financeiras dos seus colaboradores e clientes, com o objetivo de minimizar os impactos do novo coronavírus. Nesse cenário, o Banco criou o programa Supera DF, com o intuito de centralizar as diversas medidas desenvolvidas para ajudar as pessoas, físicas e jurídicas, a superarem as dificuldades e os desafios que o momento vem exigindo.

As ações do programa foram centralizadas em três diferentes áreas de apoio: cuidado à saúde, estímulo à atividade econômica e proteção social.

Tais ações foram amplamente recebidas pela sociedade, em especial junto ao empresariado do Distrito Federal. O volume total movimentado no Supera-DF foi de R$ 4,4 bilhões de crédito, valor bem superior ao inicialmente previsto. Dos mais de 37.300 clientes atendidos, mais de 4.600 foram de clientes pessoa jurídica. Até o encerramento do programa, aproximadamente 8,5 mil empresas procuraram o Banco em busca das oportunidades oferecidas pelo Supera DF, o que influenciou para o crescimento no ano de 15,6% da carteira de clientes PJ.

A eficiência conferida no enfrentamento dos impactos da pandemia do Covid-19 no BRB está associada à solidez da Instituição, que demonstrou resultados favoráveis nos indicadores de capital e nas margens de liquidez para a adequação às novas necessidades dos clientes e continuidade dos negócios. Durante o ano de 2020, a área de riscos fez reportes periódicos à alta administração, para acompanhamento dos indicadores de capital garantindo a solvência do BRB. As medidas implementadas pelo Banco Central em resposta à crise do Covid-19 asseguraram que houvesse recursos disponíveis para emprestar e financiar dívidas de pessoas e empresas afetadas pela crise, sem comprometer a solidez e estabilidade do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

Nossas atividades estão em plena capacidade operacional e, desde o início da pandemia, nossas ações têm levado em consideração as orientações do Ministério da Saúde e Secretaria de Saúde do Distrito Federal. O BRB instituiu um comitê operacional responsável pela gestão de crise e continuidade de negócios. A comissão foi formada por profissionais de diversas áreas do BRB e empresas do grupo, a fim de buscar, de forma multidisciplinar, a melhor maneira de conduzir os negócios e o corpo funcional. As ações e os impactos são monitorados diariamente através de relatórios quantitativos encaminhados à alta gestão. Dessa forma, foi possível obter excelentes resultados apesar de todos os obstáculos, sem deixar de prezar pela segurança e bem-estar de todos.

Os empregados têm recebido total apoio das áreas de saúde para que se mantenham saudáveis fisicamente e psicologicamente, dispondo de consultas online e monitoramento periódico sobre suas condições durante a quarentena. Sabemos também a importância da informação de qualidade nesse momento, e, além de todas as medidas necessárias para o combate ao Covid, temos trabalhado de forma preventiva através de comunicados e ações nas mídias sociais, a fim de evitar novos casos.

Segue relação das principais ações realizadas:

* Isolamento profilático para grupos com sintomas, suspeitos e com histórico de viagem internacional, casos suspeitos, etc;
* Teletrabalho para grupos de risco, pessoas que tiveram contato com casos suspeitos ou confirmados, etc;
* Suspensão de cursos presenciais, viagens a serviço, ginástica laboral, registro de ponto por biometria;
* Realização de reuniões virtuais ou com número reduzido de pessoas;
* Monitoramento pela área de saúde de empregados com afastamentos respiratórios;
* Abertura da Clínica Saúde BRB aos finais de semana;
* Suspensão de visitas presenciais aos clientes;
* Medição de temperatura dos empregados;
* Escala de trabalho para as Agências, preservando o atendimento ao cliente;
* Início da campanha de vacinação contra a gripe;
* Distribuição de máscaras para todas as unidade e conglomerado;
* Realização de testes para Covid;
* Reteste de Covid para as áreas que apresentaram casos positivos;
* Divulgação de medidas preventivas contra o coronavírus.

As mensurações dos impactos econômico-financeiros futuros relacionados à pandemia continuarão sendo apuradas apesar das incertezas quanto a duração ou agravamento da pandemia.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| |  | | --- | | Membros da Administração **DIRETORIA EXECUTIVA**  Paulo Henrique Bezerra Rodrigues Costa (Presidente)  Cristiane Maria Lima Bukowitz  Dario Oswaldo Garcia Júnior  Eugênia Regina de Melo  Fabiano Pereira Côrtes  Hugo Andreolly Albuquerque Costa Santos  Kellen Kris Alves Flores Brito  **DIRETORIA JURÍDICA** |   Hellen Falcão de Carvalho   |  |  |  | | --- | --- | --- | | **CONSELHO FISCAL**  André Clemente Lara de Oliveira (Presidente)  Alberto Castilho De Siqueira  Engels Augusto Muniz  José Eduardo Pereira Filho  Kaline Gonzaga Costa | | | | **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**  Marcelo Talarico (Presidente)  Adão Alves dos Passos  Carla Alessandra Trematore  Luis Fernando de Lara Resende  Paulo Cesar Pagi Chaves  Paulo Henrique Bezerra Rodrigues Costa  Reinaldo Busch Alves Carneiro  Romes Gonçalves Ribeiro | | | **COMITÊ DE AUDITORIA**  Reinaldo Busch Carneiro (Presidente)  Cláudio Lysias de Toledo Pereira  Glauco Alves e Santos | | |   **SUPERINTENDÊNCIA DE CONTABILIDADE E TRIBUTOS**  Eveline Duarte Calcado  Contadora CRC/DF n.º 027032/O-2  CPF: 007.324.131-84 |
| |  |  | | --- | --- | | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | | **Paulo Henrique Bezerra Rodrigues Costa** | **Cristiane Maria Lima Bukowitz** | | Presidente | Diretora Executiva de Gestão de Pessoas, Administração e Retaguarda | | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | | **Dario Oswaldo Garcia Júnior**  Diretor Executivo de Varejo | **Eugênia Regina de Melo**  Diretora Executiva de Atacado e Governo | | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | | **Fabiano Pereira Côrtes**  Diretor Executivo de Tecnologia | **Hugo Andreolly Albuquerque Costa Santos**  Diretor Executivo de Finanças e Controladoria  Diretor de Relacionamento com Investidores | | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | | **Kellen Kris Alves Flores Brito**  Diretora Executiva de Controles e Risco | **Hellen Falcão de Carvalho**  Diretora Jurídica | |  | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | |  | **Eveline Duarte Calcado**  Contadora  CRC-DF n.º 027032/O-2  CPF: 007.324.131-84 | | |

# Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

# BRB - Banco de Brasília S.A.

# 31 de dezembro de 2020

# com Relatório do Auditor Independente

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos

Acionistas e ao Conselho de Administração do

**BRB - Banco de Brasília S.A.**

Brasília - DF

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do BRB – Banco de Brasília S.A. (“Banco”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do BRB – Banco de Brasília S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), incluindo a Resolução nº 4.818/20 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Resolução BCB nº 2/2020 do Banco Central do Brasil (BACEN).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfases**

*Operações Circus Maximus e Chorume*

Conforme mencionado na nota explicativa n° 2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em função de notícias veiculadas na mídia, a respeito do suposto envolvimento de ex-executivos das empresas do Conglomerado BRB – Banco de Brasília S.A. e do Banco de Brasília - BRB em processos de investigação pelas autoridades públicas federais nas operações denominadas “Circus Maximus” e “Chorume”, respectivamente, a administração do Banco, como líder do

Conglomerado BRB, adotou ações investigativas, com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos por parte de seus empregados, administradores e ex-executivos relacionados a essas alegações. Essas ações já foram concluídas no caso da Operação “Circus Maximus” e presentemente em curso no caso da Operação “Chorume”, incluindo os processos de investigações internas. Entretanto, como as referidas operações ainda se encontram em andamento, neste momento não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes do processo de investigação conduzido pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

*Créditos com o Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS*

Chamamos atenção para a nota explicativa n° 11.b às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a qual menciona que, em 31 de dezembro de 2020, o Banco (individual e consolidado) possuíam créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (“FCVS”) no montante de R$181.170 mil. A realização desses créditos depende da homologação do FCVS quanto à aderência de certos requisitos regulamentares dos financiamentos habitacionais encerrados que possuíam cobertura do FCVS. O Banco estabeleceu critérios estatísticos para estimar os respectivos financiamentos habitacionais encerrados que não estariam aderentes aos requisitos do FCVS e, com base nisso, reconheceu uma provisão para realização desses créditos no montante de R$77.085 mil, em 31 de dezembro de 2020. Os créditos decorrentes dos financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, portanto realizáveis, estão em processo de securitização previsto na Lei 10.150, de 21 de dezembro de 2000. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

**Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

Ambiente de tecnologia

As operações do Banco e de suas controladas são altamente dependentes de suas estruturas de tecnologia e de seus sistemas de informação, os quais passam por mudanças constantes, possuem alto nível de integração entre si e com fontes de informação externas ao Banco e suas controladas e, ainda, processam um alto volume de transações. Devido a essas razões, consideramos o ambiente de tecnologia um principal assunto de auditoria.

*Como nossa auditoria tratou o assunto*

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles automatizados considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações do Banco e de suas controladas. Por fim, realizamos testes de detalhe para avaliar o correto fluxo de informação entre sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração, foram identificadas deficiências relevantes no ambiente de tecnologia, relacionadas sobremaneira à governança sobre acessos a sistemas e gestão de mudanças. Como consequência, alteramos nosso planejamento de auditoria, modificando a natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos sobre os saldos contábeis, de modo a obtermos, por esses meios, evidências de auditoria que fossem suficientes e apropriadas para concluirmos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo.

Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme divulgado na nota explicativa n° 9 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2020, os saldos brutos de operações de crédito eram de R$13.388.227 mil nas demonstrações financeiras individuais e R$15.385.662 mil nas demonstrações financeiras consolidadas, para os quais foram constituídas provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de R$350.723 mil e de R$457.630 mil, respectivamente. Adicionalmente, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram reconhecidas, em base líquida, despesas com provisão para perdas associadas ao risco de crédito de R$165.167 mil nas demonstrações financeiras individuais e R$232.478 mil nas demonstrações financeiras consolidadas. Devido ao fato da mensuração contábil das supracitadas provisões requerer julgamentos complexos pela administração do Banco na atribuição de “ratings” a seus clientes assim como a relevância dos saldos contábeis mencionados para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, consideramos as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito um principal assunto de auditoria.

*Como nossa auditoria tratou o assunto*

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do processo estabelecido pela administração para avaliação do risco de crédito de seus clientes, com consequente atribuição de ratings, avaliação do desenho e da efetividade de controles relevantes para análise e aprovação de limites de crédito, formalização e análise da suficiência de garantias recebidas, monitoramento de informações sobre a capacidade de pagamento de seus clientes. Nossos procedimentos substantivos de auditoria incluíram testes de detalhe sobre uma amostra de operações de crédito, paras as quais, realizamos inspeções das documentações de análise de crédito e recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dessas operações, observando os critérios mínimos de provisionamento estabelecidos pela Resolução 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. Avaliamos, ainda, a acurácia e razoabilidade das informações divulgadas em notas explicativas relacionadas ao saldo.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração, concluímos que os critérios e premissas adotados pelo Banco e suas controladas são aceitáveis e as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito estão razoavelmente mensuradas e apresentadas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Realização dos créditos tributários

Conforme divulgado na nota explicativa n° 25 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2020, o Banco possuía R$451.338 mil em créditos tributários, enquanto o Consolidado possuía R$524.629 mil. Esses créditos tributários foram apurados sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A administração do Banco elabora estudos de realização de tais créditos tributários, os quais contemplam o emprego de premissas e julgamentos relevantes e complexos. Devido a esse fator e considerando também a relevância para as demonstra demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos a realização dos créditos tributários um principal assunto de auditoria.

*Como nossa auditoria tratou o assunto*

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação da razoabilidade da metodologia e das premissas utilizadas nas projeções de lucros tributários e bases de contribuição social, estimados pela administração, avaliação da razoabilidade sobre as premissas de realização das diferenças temporárias, conciliação dos créditos tributários com os registros contábeis e controles fiscais, avaliação geral sobre o atendimento dos estabelecidos pela Resolução nº 3.059/02 do Conselho Monetário Nacional e alterações posteriores, assim como avaliação da acurácia e razoabilidade das divulgações relacionadas ao saldo nas notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração, concluímos que os critérios e premissas adotados pelo Banco e suas controladas são aceitáveis para fins de análise da realização dos créditos tributários, os quais estão razoavelmente apresentados e divulgados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto

Provisão para obrigações atuariais

Conforme descrito na nota explicativa no 31 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2020, o Banco possuía R$434.824 mil reconhecidos como provisão para obrigações atuariais. Essas obrigações se referem a plano de previdência complementar estruturado na modalidade de benefício definido, os quais o Banco figura como patrocinador. O referido plano se encontra deficitário, principalmente no atual cenário macroeconômico, o qual apresenta taxas de juros nos menores patamares históricos das últimas décadas. Para estimar tal déficit, o Banco se vale de um estudo atuarial complexo, envolvendo premissas relevantes para calcular o valor presente das obrigações atuariais do plano. Considerando isso e, em que pese também a relevância do saldo para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, consideramos a provisão para obrigações atuariais um principal assunto de auditoria.

*Como nossa auditoria tratou o assunto*

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos especialistas atuários na avaliação das premissas, metodologias e critérios utilizados na apuração valor presente total das obrigações atuariais do supracitado plano, inspeção documental, para uma amostra de itens, dos dados cadastrais dos beneficiários do plano. Também realizamos o recálculo do valor justo dos ativos da carteira do plano e revisamos as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relacionadas ao assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da administração, concluímos que os critérios e premissas adotados pelo Banco e suas controladas são aceitáveis para fins de análise da realização dos créditos tributários, os quais estão razoavelmente apresentados e divulgados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Divulgação e provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

Conforme mencionado na nota explicativa n° 22 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas o Banco e suas controladas são parte em diversos processos administrativos e judiciais envolvendo questões de naturezas trabalhistas, fiscais e cíveis, oriundos do curso ordinário de seus negócios, para os quais constituiu provisões, em 31 de dezembro de 2020, nos montantes de R$620.968 mil nas demonstrações financeiras individuais e de R$628.947 mil nas demonstrações financeiras consolidadas. A atribuição do prognóstico de perda aos processos envolve elevado grau de subjetividade por parte dos assessores legais que patrocinam a defesa da lide, assim como por parte da administração do Banco, e levam em consideração, entre outros, aspectos relacionados a existência de jurisprudência, recorrência das demandas apresentadas e mensuração de eventuais desembolsos futuros. Consideramos esse principal assunto de auditoria devido a relevância, complexidade e julgamentos envolvidos na avaliação, definição do momento para o reconhecimento, mensuração e divulgações relacionadas aos riscos fiscais, cíveis e trabalhistas.

*Como nossa auditoria tratou o assunto:*

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a obtenção de cartas de confirmação, quanto aos processos em andamento, diretamente dos assessores jurídicos do Banco e suas

controladas para 31 de dezembro de 2020 e confronto dos prognósticos de perdas e montantes atribuídos com os controles operacionais e registros contábeis.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram para os processos mais relevantes, teste do cálculo dos valores registrados e divulgados e avaliação dos prognósticos em relação à jurisprudência e teses jurídicas conhecidas. Nós envolvemos nossos profissionais de Impostos na execução desses procedimentos. Analisamos também as comunicações recebidas dos órgãos de fiscalização relacionadas a processos, atuações e discussões das quais o Banco e suas controladas são parte, e a suficiência das divulgações relacionadas às questões oriundas de contingências e das provisões registradas. Por fim, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pelo Banco e suas controladas sobre os riscos fiscais, cíveis e trabalhistas na nota explicativa n° 22 às demonstrações financeiras e individuais e consolidadas.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados sobre os riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e nos resultados obtidos, consideramos aceitáveis as provisões e divulgações preparadas pela administração, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas como um todo.

**Outros assuntos**

*Demonstrações do valor adicionado*

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentadas como informação suplementar às demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório

está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras, e incluem a administração e o Conselho Fiscal do Banco.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

* Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude

pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.

* Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
* Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
* Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
* Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
* Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 11 de fevereiro de 2021.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP034519/O-6

Gilberto Bizerra De Souza

Contador CRC- RJ076328/O-2



# MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração do BRB-Banco de Brasília S.A., em sua 749ª Reunião Ordinária, realizada em 11-02-2021, examinou o Relatório da Administração e as Contas da Diretoria do BRB referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e decidiu, por maioria de seus membros, encaminhar a matéria à Assembleia Geral de Acionistas do BRB-Banco de Brasília S.A., com parecer favorável à sua aprovação, em conformidade com o artigo 142, inciso V, da Lei nº 6.404, de 15-12-1976, e, ainda, com o artigo 29, inciso VII, do Estatuto Social do BRB.

Brasília-DF, 11 de fevereiro de 2021.

|  |
| --- |
|  |
|  |

Edison Antônio Costa Britto Garcia

**Presidente**

|  |  |
| --- | --- |
| Adão Alves dos Passos | Carla Alessandra Trematore |
| **Conselheiro** | **Conselheira** |

|  |  |
| --- | --- |
| Luís Fernando de Lara Resende | Marcelo Talarico |
| **Conselheiro** | **Conselheiro** |

|  |  |
| --- | --- |
| Paulo Henrique Bezerra Rodrigues Costa | Paulo Cesar Pagi Chaves |
| **Conselheiro** | Conselheiro |

|  |  |
| --- | --- |
| Reinaldo Busch Alves Carneiro | Romes Gonçalves Ribeiro |
| **Conselheiro** | **Conselheiro** |
|  |  |
|  |  |
|  |  |



# PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do BRB-Banco de Brasília S.A., em cumprimento das disposições legais e estatutárias, examinou o relatório da administração e as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o relatório dos auditores Independentes – Ernst & Young Auditores Independentes S.S, datado de 11 de fevereiro de 2021, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina, por maioria de seus membros, que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela assembleia geral ordinária dos acionistas.

Brasília, 11 de fevereiro de 2021.

|  |  |
| --- | --- |
| **ANDRÉ CLEMENTE LARA DE OLIVEIRA**  Presidente | |
| **ALBERTO CASTILHO DE SIQUEIRA**  Conselheiro | **ENGELS AUGUSTO MUNIZ**  Conselheiro |
| **JOSÉ EDUARDO PEREIRA FILHO**  Conselheiro | **KALINE GONZAGA COSTA**  Conselheira |

|  |
| --- |
|  |



# 

# RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

**2º Semestre de 2020**

O Comitê de Auditoria é um órgão estatutário com vínculo direto ao Conselho de Administração do BRB – Banco de Brasília S.A., regido pela Resolução CMN nº 3.198/2004, pela Lei nº 13.303/2016, pelo Decreto DF nº 37.967/2017, pelo Estatuto Social, pelo seu Regimento Interno, disponível em <http://ri.brb.com.br/regulamentos-e-politicas/>, e demais normas aplicáveis. Atua, também, sobre todas as empresas controladas pelo Banco, que integram o Conglomerado BRB.

O Comitê de Auditoria é composto por um Conselheiro de Administração e outros dois integrantes, todos independentes, e tem como atribuições principais: zelar pelo cumprimento de exigências legais e regulamentares, avaliar a efetividade do sistema de controles internos e das auditorias interna e independente e revisar, previamente à publicação, o conjunto das demonstrações contábeis.

As análises e avaliações do Comitê baseiam-se nas informações e documentos recebidos da Administração das empresas que compõem o Conglomerado BRB, dos auditores internos e dos auditores independentes, além de suas observações diretas nas atividades de monitoramento e supervisão. Realiza reuniões periódicas com gestores, especialistas e auditores, e acompanha os resultados de inspeções e apontamentos de órgãos reguladores e de controle.

Os Administradores do Banco e de suas subsidiárias são responsáveis pela adoção de todos os procedimentos que garantam a qualidade, a segurança e a integridade das informações que comporão as demonstrações contábeis, inclusive a geração e emissão de relatórios. Os mesmos gestores devem garantir a efetividade dos controles internos, da gestão de riscos, da aplicação das políticas e procedimentos internos, assim como da conformidade das operações com as normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna é vinculada diretamente ao Conselho de Administração, que aprova e acompanha a execução do Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna. Nos seus trabalhos, os auditores internos também avaliam com independência a adequação dos controles internos, a efetividade do gerenciamento de riscos e dos processos de governança e a confiabilidade dos processos contábeis.

A Ernst Young Auditores Independentes SS – EY é responsável por avaliar a qualidade e a efetividade dos controles internos relevantes para o processo de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis, além de atestar a sua adequada condição para demonstrar a posição financeira e patrimonial das empresas integrantes do Conglomerado BRB, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Atividades no Período**

Para cumprimento de todas as suas atribuições, o Comitê elabora um programa de trabalho anual, aprovado pelo Conselho de Administração, e neste semestre realizou apenas reuniões através de



videoconferência, registradas em atas, e esteve permanentemente à disposição do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal para discussão dos assuntos de sua competência.

O Comitê promoveu reuniões com gestores de áreas estratégicas, analisou relatórios, documentos internos e externos, informações recebidas sobre assuntos relacionados a controles internos, conformidade, segurança corporativa, prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, política de crédito, gestão de riscos, controladoria, contabilidade, tecnologia da informação, segurança cibernética, relacionamento com clientes e usuários dos serviços bancários, transações com partes relacionadas, programa de integridade, previdência complementar, assistência à saúde e outros temas relevantes do Conglomerado BRB.

Permaneceu acompanhando as medidas adotadas pela Administração em função da pandemia, as normas editadas no período, os apontamentos efetuados pela supervisão prudencial e de conduta do Banco Central do Brasil e participando de eventos de educação continuada.

No último trimestre de 2020 a Administração implementou uma reestruturação organizacional com foco em eficiência, governança e inovação. As mudanças impactaram todas as áreas do Banco, e o Comitê enfatiza aquelas nas diretorias executivas de Finanças e Controladoria e de Controle e Riscos, que permitirão melhores condições na execução das atividades de segunda linha.

Neste resumo, destacamos as seguintes atividades:

Auditoria Interna

O Comitê acompanhou as atividades da Auditoria Interna, discutiu seus relatórios trimestrais, o relatório de atividades do ano anterior, o planejamento e a execução dos trabalhos, seus resultados e conclusões, a revisão ou implantação de normas internas de auditoria e as ações de melhoria adotadas.

Nesse processo, o Comitê não identificou ocorrências que pudessem comprometer a objetividade e independência, e concluiu que a estrutura e o orçamento da Auditoria Interna do BRB permanecem adequados ao desempenho de suas funções, dado o presente volume operacional; em relação às atividades da Auditoria Interna das empresas não financeiras do Conglomerado, ainda estão sendo adequadas às necessidades identificadas.

Auditoria Independente

O Comitê acompanhou os trabalhos da Auditoria Independente, aprovou seu planejamento, discutiu o conteúdo dos seus relatórios e concluiu que os serviços foram adequados às necessidades e que não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer a sua independência ou a sua qualidade.



Ao analisar as demonstrações contábeis do Banco individuais e consolidadas, acompanhadas das respectivas notas explicativas, o COAUD discutiu com o auditor independente o seu relatório, datado de 11 de fevereiro de 2021, emitido sem ressalva.

Demonstrações Contábeis

O Comitê acompanhou os trabalhos da Superintendência de Contabilidade e Tributos durante o semestre, inclusive a elaboração das demonstrações trimestrais divulgadas e revisou as demonstrações contábeis anuais, que foram analisadas e discutidas também com as Auditorias Interna e Independente.

Registramos que não houve qualquer divergência significativa entre a Administração, a Auditoria Independente e o Comitê em relação a essas demonstrações.

Controles Internos, Conformidade e Integridade

O Comitê de Auditoria analisou e discutiu os relatórios periódicos relativos ao sistema de controles internos, às atividades de conformidade (compliance) e de integridade, e manteve outras interações com a Superintendência de Controle Institucional. Para manutenção e adequação dos controles internos e dos processos de conformidade e de integridade, objeto de preocupação constante por parte da Administração, há diversas ações de melhoria em andamento.

Também foram discutidos diversos planos de ação para correção de deficiências acompanhados pelo Comitê de Auditoria, apontadas pelas auditorias, por órgãos reguladores ou pelo próprio Comitê.

Gerenciamento de Riscos

O suporte direto ao Conselho de Administração em relação ao gerenciamento de riscos e de capital é atribuição do Comitê de Riscos, também composto por membros independentes, e o Comitê de Auditoria avaliou e monitorou as exposições de risco do Conglomerado BRB através da troca de informações e coordenação de atividades com o Comitê de Riscos, inclusive realizando reuniões conjuntas com periodicidade definida.

Ouvidoria

O Comitê de Auditoria analisou e discutiu com a Ouvidoria seu relatório semestral e suas recomendações, e acompanhou as questões relativas aos clientes e usuários dos serviços prestados pelo BRB no período.

Canal de Denúncias

No período não houve denúncia no canal do Comitê de Auditoria, disponível no endereço <http://ri.brb.com.br/servicos-aos-investidores/fale-com-o-comite/> para recepção de informações acerca de eventual descumprimento de regulamentos e códigos internos e de dispositivos legais e normativos aplicáveis. Denúncias efetuadas por outros canais são encaminhadas à Auditoria Interna e são acompanhadas nas reuniões periódicas com a área.



**Conclusão**

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente as limitações inerentes ao alcance de sua atuação e responsabilidades, concluiu que as Demonstrações Contábeis foram elaboradas em conformidade com as normas legais e práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e refletem, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada do BRB – Banco de Brasília S.A. em 31 de dezembro de 2020.

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2021.

**REINALDO BUSCH ALVES CARNEIRO**

**CLAUDIO LYSIAS DE TOLEDO PEREIRA GLAUCO ALVES E SANTOS**